



Carolina de Carvalho Gambôa Trotta

**Habitar para além da habitação:
Práticas cotidianas nas áreas de uso comum no
conjunto Ismael Silva – Zé Ketí do Programa Minha Casa
Minha Vida**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura.

Orientadora: Prof.^a Máira Machado Martins

Rio de Janeiro
Março de 2019



Carolina de Carvalho Gambôa Trotta

**Habitar para além da habitação:
Práticas cotidianas nas áreas de uso comum no
conjunto Ismael Silva – Zé Ketí do Programa Minha Casa
Minha Vida**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo.

Prof.^a Maíra Machado Martins

Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PUC-Rio

Prof. Fernando Esposito Galarce

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PUC-Rio

Prof. Maria Laís Pereira da Silva

UFF

Prof. Gerônimo Emílio Almeida Leitão

UFF

Rio de Janeiro, 22 de Março de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Carolina de Carvalho Gambôa Trotta

Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Trotta, Carolina de Carvalho Gambôa

Habitar para além da habitação : práticas cotidianas nas áreas de uso comum no conjunto Ismael Silva – Zé Ketí do Programa Minha Casa Minha Vida / Carolina de Carvalho Gambôa Trotta ; orientadora: Maíra Machado Martins. – 2019.

129 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Habitar. 3. Apropriação do espaço. 4. Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí. 5. Programa Minha Casa Minha Vida. 6. Rio de Janeiro. I. Martins, Maíra Machado. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

Aos meus avós, Ayrton e Neyde (*in memoriam*).

Agradecimentos

Ao meu namorado Kaio Felipe, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos, dos mais felizes aos mais difíceis. Por todo o amor e incentivo desde a época de faculdade, durante o processo seletivo do mestrado e, principalmente agora, nesta etapa final.

À minha família, meu “ninho seguro”.

À Juliana Correia de Souza, pelo companheirismo ao longo da pesquisa de campo e ao longo do mestrado.

Aos moradores do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, por me receberem e por compartilharem comigo seu cotidiano. Agradeço em especial à Baiana, meu primeiro contato no Conjunto, por sua disponibilidade e vontade de me ajudar nesta pesquisa; ao “seu” França e ao Sidney, pela gentileza e por me apresentarem a outros moradores.

Às amizades construídas ao longo do mestrado, pelos momentos de alegria e de confraternização, pelo suporte em momentos difíceis e por todos os comentários e críticas construtivas que enriqueceram esta pesquisa.

Aos professores da PUC-Rio, do IPPUR/UFRJ e da UFF cujos cursos frequentei ao longo do mestrado, e àqueles presentes em minha banca de qualificação, por todo conhecimento que tão generosamente passam adiante. Em especial agradeço às professoras Maria Laís, Lígia Saramago e Cecília Melo, e aos professores Fernando Espósito, Gerônimo Leitão e Marcos Fávero.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo apoio à pesquisa. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Por fim, mas não menos importante, à minha orientadora Máira, por todas as conversas mais que inspiradoras e por todo o incentivo, principalmente em relação à vida acadêmica, que foi muito importante para mim. Desejo que nossa proveitosa parceria continue para além do mestrado.

Resumo

Trotta, Carolina de Carvalho Gambôa. Machado-Martins, Maíra. **Habitar para além da habitação: Práticas cotidianas nas áreas de uso comum no conjunto Ismael Silva – Zé Ketí do Programa Minha Casa Minha Vida.** Rio de Janeiro, 2018. 129p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa tem como propósito contribuir para a discussão da importância da relação entre os moradores e os espaços coletivos e públicos de conjuntos habitacionais como um aspecto essencial para a estabilidade, permanência e qualidade de vida de seus habitantes. Neste trabalho, desenvolvo a discussão sobre a relação entre o *habitar* e a *apropriação do espaço*, tendo como estudo de caso o Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O objetivo desta pesquisa é investigar em que medida a disposição dos edifícios e a inserção urbana contribuem para a relação entre seus moradores e os espaços privados, coletivos e públicos deste conjunto. Em outras palavras, procuro compreender de que maneira a forma construída pode influenciar a relação que temos com o ambiente em que vivemos por meio deste estudo de caso. A relação que temos com o ambiente em que vivemos é recíproca: da mesma forma que moldamos os lugares, somos por eles também moldados. Neste sentido, esta pesquisa se orienta principalmente pelos conceitos de *habitar*, que consiste no modo básico como nos relacionarmos com o mundo, e de *apropriação do espaço*, que vai para além do simples uso por criar vínculos de pertencimento e de identidade entre as pessoas e o lugar. Ambos os conceitos são abordados por diferentes campos do conhecimento. O *habitar* surge na filosofia, como tema de estudos de Martin Heidegger e de Gaston Bachelard, influenciando autores do campo da arquitetura como Christian Norberg-Schulz e Juhani Pallasmaa. O conceito de *apropriação do espaço* é abordado por autores como Herman Hertzberger (arquitetura), Enric Pol (psicologia ambiental), Marco Mello e Arno Vogel (antropologia e sociologia). O conjunto Ismael Silva – Zé Ketí,

destinado à faixa 1 do PMCMV, foi inaugurado em 2014 e construído no lugar do Complexo Penitenciário Frei Caneca, no bairro Estácio. O que propiciou a escolha deste conjunto como estudo de caso foram algumas particularidades em relação a outros empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida no que diz respeito à morfologia, inserção urbana e formas de apropriação de espaço. Destas particularidades derivam quatro objetivos específicos desta pesquisa. O primeiro deles é identificar que outras maneiras, além da adaptação de parte dos apartamentos em atividade comercial, os moradores deste empreendimento encontram de manter antigos hábitos e modos de se apropriar dos espaços neste novo local de moradia. O segundo consiste em investigar se este conjunto e seus moradores se integram aos bairros em seu entorno imediato. Considerando que, além das diferenças, existem também aspectos típicos de empreendimentos do PMCMV, o terceiro objetivo específico desta pesquisa é compreender os aspectos arquitetônicos e urbanísticos deste Programa no âmbito de políticas habitacionais que o precedem. Por fim, investigo também o contexto e as razões que orientaram a concepção diferenciada do Ismael Silva – Zé Ketí.

Palavras-chave

Habitar; Apropriação do espaço; Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí; Programa Minha Casa Minha Vida; Rio de Janeiro.

Abstract

Trotta, Carolina de Carvalho Gambôa. Machado-Martins, Máira (Advisor). **Dwelling beyond housing: daily practices in the areas of common use at Ismael Silva - Zé Ketí housing development of Minha Casa Minha Vida Program.** Rio de Janeiro, 2018. 129p. MSc. Dissertation – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to contribute to the discussion of the importance of the relationship between the residents and the collective and public spaces of housing estates as an essential aspect for the stability, permanence and quality of life of its inhabitants. In this work, I intend to develop the discussion about the relationship between the dwelling and the appropriation of space, having as a case study the Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí of the Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Program. The objective of this research is to investigate the extent to which the layout of buildings and urban insertion contribute to the relationship between their residents and the private, collective and public spaces of this group. In other words, I try to understand how the constructed form can influence the relationship we have with the environment in which we live through this case study. The relationship we have with the environment in which we live is reciprocal: in the same way that we shape the places, we are also molded by them. In this sense, this research is oriented mainly by the concepts of dwelling, which consists of the basic way in which we relate to the world, and the appropriation of space, which goes beyond simple use and creates bonds of belonging and identity between people and the place. Both concepts are approached by different fields of knowledge. The dwelling arises in philosophy, as subject of studies of Martin Heidegger and Gaston Bachelard, influencing authors of the field of the architecture like Christian Norberg-Schulz and Juhani Pallasmaa. The concept of appropriation of space is approached by authors such as Herman Hertzberger (architecture), Enric Pol (environmental psychology), Marco Mello and Arno Vogel (anthropology and sociology). The set Ismael Silva - Zé Ketí, destined to the 1st track of the PMCMV, was inaugurated in 2014 and built in place of the Frei Caneca Penitentiary Complex, in the Estácio neighborhood. What propitiated

the choice of this set as a case study were some particularities in relation to other projects of the My House My Life Program with regard to morphology, urban insertion and forms of appropriation of space. From these particularities derive four specific objectives of this research. The first one is to identify that other ways, in addition to the adaptation of part of the apartments in commercial activity, the residents of this development find to maintain old habits and ways of appropriating the spaces in this new place of dwelling. The second is to investigate whether in this set there is in fact an isolation, physical or social, in relation to the place where it was built. Considering that in addition to the differences, there are also typical aspects of PMCM ventures, the third specific objective of this research is to understand the architectonic and urban aspects of this Program within the scope of housing policies that precede it. Finally, I also investigate the context and the reasons that guided the differentiated conception of Ismael Silva - Zé Ketí.

Keywords

Dwell; Appropriation of space; Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí; Minha Casa Minha Vida Program; Rio de Janeiro.

Sumário

1. Introdução	14
1.1 Recorte temático	15
1.2 Objetivos	17
1.3 Enquadramento teórico-metodológico	18
2. Construção do Lugar, consolidação do Habitar	23
2.1. Habitar e apropriação do espaço	24
2.2. “De Usuário a Morador”	33
2.3. Entre o público e o privado	41
3. Dos princípios arraigados no PMCMV às motivações que orientaram a concepção do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí	48
3.1 Uma herança empobrecida dos ideais modernistas: Dos pioneiros da habitação social no Brasil ao Programa Minha Casa Minha Vida.	49
3.1.1 Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (1930 – 1964)	50
3.1.2 O Banco Nacional de Habitação (1964 – 1986)	53
3.1.3 O Programa Minha Casa Minha Vida (2009)	55
3.1.4 A persistente negligência em relação ao habitar	65
3.2 Contextualização da concepção do projeto do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí	68
4. Estudo de caso: o conjunto Ismael Silva – Zé Ketí	77
4.1. A praça e o muro: relação com o bairro	79
4.2. O lugar do lazer: apropriação dos espaços programados e dos espaços criados	87
4.3. Os jardins: apropriação do espaço e a construção do lugar	96
4.4. Os apartamentos e os halls de acesso	105
5. Considerações finais	113
6. Bibliografia	118
Anexos	122
Anexo 1 Mapa do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí	122

Anexo 2 Lista de moradores entrevistados	123
Anexo 3 - Roteiro da entrevista estruturada	124
Anexo 4 - Decreto de tombamento – Portal do Complexo Penitenciário Frei Caneca	125
Anexo 5 - Desenhos técnicos – Conjunto Ismael Silva Zé Ketí	126
Anexo 6 - Metodologia e Etapas do processo da pesquisa	128

Lista de figuras

Figura 1 - Adaptações de unidades habitacionais em um conjunto do PMCMV. Fonte: Andrade (2015)	62
Figura 2 – Acesso aos edifícios pela rua-estacionamento em quatro empreendimentos do PMCMV. Fonte: Benetti, Pecly e Andreoli (2017).	63
Figura 3 - proposta de intervenção da CEHAB-RJ. Fonte: GUILLÉN, 2013.	70
Figura 4 Rua-estacionamento no Condomínio Ismael Silva. Fonte: acervo pessoal, 2017.	72
Figura 5 - Conformação diferenciada observada em ambos os condomínios do Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí. Fonte: acervo pessoal, 2017.	73
Figura 6 - Mapa - bairros adjacentes ao Conjunto Ismael Silva e suas grandes áreas de uso único. Fonte: elaboração própria.	80
Figura 7- Área livre entre os dois condomínios do Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí, com a Clínica da Família ao fundo. Fonte: acervo da autora	82
Figura 8- Praça ocupada no início de uma tarde, em uma sexta feira. Fonte: acervo da autora.	83
Figura 9 - Esquema de diferenciação territorial no interior do Conjunto. Fonte: elaboração própria.	87
Figura 10 - Quadra do condomínio Ismael Silva, com parte do alambrado remanescente, em 2017. Fonte: acervo da autora.	88
Figura 11 - Salão de festas do condomínio Ismael Silva, desocupado. Fonte: acervo da autora.	90
Figura 12 - Salão do condomínio Zé Ketí, em dia de festa. O tecido utilizado durante as festas para “fechar” o salão é retirado ao fim da festa. Fonte: acervo da autora.	90
Figura 13 - Conjunto Ismael Silva Zé Ketí - Principais atividades observadas. fonte: elaboração própria.	92
Figura 14 Churrasco no "lugar dos vizinhos". Fonte: Acervo da autora	94

Figura 15 - Mapeamento de apropriações do espaço em áreas comuns do conjunto Ismael Silva - Zé Ketí. Fonte: elaboração própria	97
Figura 16 Diferentes formas de apropriação do acesso aos edifícios: jardim e área parcialmente concretada (esquerda superior); jardins e uso como depósito (direita superior); concretagem completa (esquerda inferior); e jardim com uso para secagem de roupas (direita inferior). Fonte: acervo da autora.	98
Figura 17 - Uso de vegetação para garantir melhor privacidade em apartamentos térreos. Fonte: acervo da autora.	103
Figura 18 - Dois halls do Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí. Fonte: acervo da autora	108
Figura 19 - Uso inadequado dos halls. Fonte; acervo da autora.	109
Figura 20 - Planta baixa. Fonte: GUILLÉN, 2013.	126
Figura 21 – Corte AA. Fonte: GUILLÉN, 2013.	126
Figura 22 - Fachada Fonte: GUILLÉN, 2013.	127
Figura 23 - Corte CC. Fonte: GUILLÉN, 2013.	127

1. Introdução

Em 1933 um grupo de arquitetos elaborou um manifesto no qual que o *habitar* é definido como uma das quatro funções-chave da cidade funcionalista, ao lado do lazer, do trabalhar e do circular. Este manifesto, intitulado Carta de Atenas, foi produzido pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) em um contexto que estes arquitetos declaravam ser de caos nas cidades. Enquanto os centros urbanos alcançavam densidades elevadíssimas para a época, as habitações se tornavam cada vez mais precárias, principalmente no que diz respeito à higiene, pela deficiente insolação e ventilação.

Foi, portanto, dada uma resposta contundente a esta situação caótica. Ao crescente descontrole que as cidades enfrentavam, estes arquitetos propunham um ordenamento racionalista, dando um status quase científico à disciplina de arquitetura e urbanismo, que levou, dentre outros resultados, à formulação destas quatro funções-chave, definidas como autônomas, porém articuladas, da cidade funcional, dentre as quais estaria o *habitar*.

Habitar não pode, entretanto, ser resumido à mera função ou comportamento humano. Não habitamos aqui, trabalhamos ali e descansamos acolá: habitar é uma condição ontológica do ser humano. Segundo Martin Heidegger, nós “somos *como aqueles que habitam*” (HEIDEGGER, 2012, p. 126). O *habitar* é um demorar-se junto às coisas, é uma forma de nos relacionarmos com o mundo. Ao mesmo tempo em que adaptamos os lugares em que vivemos à nossa imagem, somos também moldados por estes lugares.

A principal motivação desta pesquisa vem de dois questionamentos referentes à relação entre a arquitetura e aqueles que a habitam. O primeiro deles, delineado acima, é: em que medida a forma construída pode mediar e estruturar nossa relação com o mundo? O segundo deles é proveniente de uma série de visitas acadêmicas feitas a conjuntos habitacionais cariocas em uma disciplina de projeto de habitação de interesse social¹. Durante as visitas fui percebendo que em alguns conjuntos os moradores se apropriavam das áreas externas às unidades habitacionais deixando ali suas marcas pessoais, signos de que estes espaços recebiam cuidado e atenção destes moradores. Por outro lado, em outros

¹ Disciplina de Projeto de Habitação Social ministrada pelos professores Mauro Cesar de Oliveira Santos e Maria Lucia Pecly na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ.

conjuntos observei espaços amplos, áridos e mal cuidados, dando a impressão de estar diante de um lugar inabitado. Assim, a segunda questão é: o que faz com que alguns destes conjuntos adquiram o aspecto de vitalidade, com traços daqueles que ali vivem, enquanto que outros permaneçam marcados apenas pela passagem do tempo, evidenciada pelo desgaste dos materiais de sua construção?

Neste sentido, o *habitar*, conforme descrito por dois filósofos como uma relação entre o indivíduo e o mundo, seja em sua totalidade, segundo Heidegger, seja no âmago da casa natal, na leitura de Gaston Bachelard, desponta como um conceito profundamente elucidativo nesta investigação. O conceito de *apropriação do espaço* é também central para esta reflexão, pois caracteriza uma relação com o lugar que vai para além do simples uso, constituindo-se como um desdobramento do *habitar*: é através da *apropriação do espaço* que construímos nossa relação com um lugar e consolidamos o nosso *habitar*. Ambos os conceitos são amplamente discutidos em diversos campos do conhecimento, tais como a arquitetura, a antropologia, a sociologia, a filosofia e a psicologia ambiental, possibilitando, com isso, uma discussão interdisciplinar.

Quando as pessoas são reassentadas para um conjunto habitacional, trazem consigo um modo próprio de habitar. Esta relação prévia com o espaço público e com a casa se mescla, reage e se transforma tanto com a ideia de moradia que surge do fato de estarem se mudando para um novo local e para um imóvel próprio, quanto com os modos de morar dos outros. O lugar de origem deixa em nós marcas que irão nos acompanhar por toda a vida.

Sendo assim, esta pesquisa se propõe a estudar a relação dos moradores de um conjunto habitacional, escolhido como estudo de caso, com o ambiente em que vivem: o modo como transformam este ambiente construído e quais efeitos surgem de tais adaptações.

1.1 Recorte temático

A partir do momento em que o Estado passa a intervir de forma mais incisiva na questão do déficit habitacional do país, a partir da década de 1930, podemos destacar três grandes momentos caracterizados por programas habitacionais centralizadas na figura do governo federal. Apesar dos diferentes

contextos políticos, sociais e econômicos que distinguem estes momentos, há certa proximidade entre eles no que diz respeito a permanências e a descontinuidades de certos aspectos que os caracterizam. São eles: o período de produção habitacional dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), entre 1930 e 1964; O Banco Nacional de Habitação (BNH), que atuou entre 1964 - 1986, durante o Regime Militar; e o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009. Este último, ao longo de seus nove anos de existência, passou por quatro reformulações, sendo a última anunciada pelo presidente Michel Temer em 2017 e que vigora atualmente. Por esta razão, e também porque o PMCMV carrega em seu modelo aspectos destas políticas anteriores, esta pesquisa irá analisar um conjunto habitacional deste programa.

O estudo de caso escolhido foi o Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí (ver anexo 1), inaugurado em 2014 e localizado no bairro Estácio, zona central da cidade do Rio de Janeiro. Este empreendimento compreende por volta de mil unidades habitacionais, divididas em dois condomínios (o condomínio Ismael Silva e o condomínio Zé Ketí)². O conjunto apresenta em sua implantação áreas similares às observadas em outros exemplares do PMCMV e, ao mesmo tempo, possui espaços cuja ambiência difere quase que por completo de outros empreendimentos deste Programa. No Ismael Silva – Zé Ketí se faz presente, por um lado, a árida rua-estacionamento a qual dá acesso a uma parte dos blocos de apartamentos, característica marcante dos conjuntos produzidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Por outro lado, há em cada um dos dois condomínios deste conjunto um “miolo”, acessível somente a pedestres, onde a disposição dos edifícios cria entre eles áreas de diferentes formas e tamanhos.

A escolha deste conjunto como estudo de caso se deu pela percepção, em uma fase inicial desta pesquisa³, desta diferença na espacialidade deste conjunto e pela observação de formas de apropriação do espaço permanentes (os jardins) e efêmeras (churrascos e colocação de cadeiras na frente dos edifícios). Um aspecto de interesse, que fomenta outros questionamentos para esta pesquisa é sua inserção urbana, em uma área próxima ao centro da cidade. Outra singularidade deste Conjunto é a de incluir em seu projeto uma praça entre os dois condomínios, isto

² Ver anexo 1.

³ Após visitar outros conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida, em uma etapa da pesquisa cujo objetivo era escolher um conjunto para estudo de caso.

é, uma área livre de uso público. Além disto, este é também um dos poucos empreendimentos do PMCMV a ser construído em um terreno previamente ocupado, preservando em seu projeto traços da edificação anterior.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é investigar em que medida as diferenças observadas em relação à disposição dos edifícios e à sua inserção urbana contribuem para a relação entre os moradores e os espaços privados, coletivos e públicos deste conjunto, isto é, em que medida estas diferenças espaciais influenciam o *habitar* e as formas de *apropriação do espaço* de seus habitantes.

Apesar de inserido em um bairro consolidado, na área central da cidade, o Conjunto foi construído na forma de dois condomínios fechados, não se integrando, fisicamente, à malha urbana existente. Conforme apontado por Ribeiro (2016), somente dois empreendimentos da faixa 1 do PMCMV foram implantados em bairros consolidados da cidade do Rio de Janeiro próximos ao centro da cidade: o Ismael Silva – Zé Ketí e o Bairro Carioca em Triagem, realizando, com isso, um movimento contrário ao que se tornou uma constante neste programa⁴.

Nesse sentido, o *primeiro* dos quatro objetivos específicos desta pesquisa será o de averiguar como se dá a inserção deste conjunto e de seus moradores no bairro, levando em consideração ter sido projetado como um condomínio fechado. Considero também a possibilidade de ocorrer neste caso a mesma vicissitude apurada por Ribeiro (2016) no Bairro Carioca: um *distanciamento social*, uma forma de rejeição “por parte dos moradores locais mais antigos em relação aos novos habitantes que estavam chegando” (RIBEIRO, 2016, p. 56).

Conforme destaca Pablo Benetti, a casa, para as camadas populares, não é simplesmente abrigo, mas a “possibilidade de reprodução e inserção social” (BENETTI, 2012, p. 87). A moradia, segundo este autor, é o lugar que pode crescer no caso do crescimento da família. Tem também um papel econômico, no sentido de abrigar atividades comerciais e de serviços, bem como pela

⁴ Segundo Faulhaber e Azevedo (2015, apud RIBEIRO, 2016, p. 74) “as remoções e reassentamentos na Cidade do Rio de Janeiro, no período entre 2009 e 2012, produziram um deslocamento espacial contínuo para áreas da Zona Oeste”.

possibilidade de se expandir, criando cômodos para aluguel. Apesar da proibição, de acordo com as normas condominiais do PMCMV, de uso das unidades habitacionais para qualquer outro fim que não a habitação, muitos moradores adaptam um dos quartos do imóvel para este fim, dando lugar a atividades como, por exemplo, uma mercearia ou a um salão de beleza. Se por um lado este tipo de transformação do espaço nasce de uma necessidade, por outro, é comum que estes espaços comerciais e de serviços se tornem também catalisadores das relações entre moradores e clientes. Portanto, o *segundo* objetivo específico desta pesquisa será o de analisar a formação destes pontos e de outras formas de apropriação do espaço e a maneira como contribuem para a sociabilidade entre os moradores do conjunto.

O Programa minha Casa Minha Vida se assemelha, em muitos aspectos, à produção massiva realizada pelo Banco Nacional de Habitação que, por sua vez, pode ser visto como uma versão empobrecida da política habitacional que o antecedeu. Neste sentido, o *terceiro* objetivo específico desta pesquisa é analisar esta genealogia, buscando destacar a permanência e a ausência de diretrizes projetuais que ainda podem ser observadas na atual produção de habitação social brasileira.

Os empreendimentos construídos posteriormente ao estudo de caso analisado nesta pesquisa mantém a configuração morfológica típica do Programa Minha Casa Minha Vida, sem qualquer trecho diferenciado, como ocorre no Ismael Silva – Zé Ketí. O *quarto* objetivo específico desta pesquisa é investigar o contexto e as motivações que levaram à concepção diferenciada deste conjunto, tanto no que diz respeito à sua implantação quanto à escolha deste terreno para a faixa 1 do Programa.

1.3 Enquadramento teórico-metodológico

Este trabalho adota como metodologia a pesquisa empírica, fundamentada no olhar e na descrição etnográficos e na análise e interpretação do material da pesquisa através do Método de Interpretação de Sentidos (cf. MINAYO [org.];

DESLANDES; GOMES, 2016)⁵. Para a realização desta pesquisa foram feitas entrevistas ora abertas⁶, ora estruturadas; observações em campo; e mapeamento de atividades no Conjunto, com registro fotográfico. A pesquisa de campo foi realizada nos períodos de outubro a dezembro de 2017 e de abril a agosto de 2018.

A etnografia é uma metodologia de pesquisa empírica utilizada principalmente pela Antropologia na qual o pesquisador realiza uma imersão no campo escolhido para estudo, procurando compreender como os membros de um determinado grupo atribuem significados às suas práticas. Ela consiste em “uma ‘descrição densa’ (Geertz, 1973), um manuscrito que roteiriza o objeto que se deseja conhecer e que permite lê-lo.” (MELLO e VOGEL, 2015, p. 35). De acordo com Laplatine, a etnografia é “uma atividade decididamente perceptiva, fundada no despertar do olhar e na surpresa que provoca a visão, buscando, numa abordagem deliberadamente micro-sociológica, observar o mais atentamente possível tudo o que encontramos, incluindo mesmo, e talvez, sobretudo, os comportamentos aparentemente mais anódinos.” (LAPLATINE, 2004, p. 15).

No decorrer da pesquisa empírica três temáticas espaciais começaram a tomar corpo próprio, se distinguindo umas das outras. Nas observações feitas em campo e nos relatos dos moradores era visível uma diferenciação entre as formas de apropriação e o grau de envolvimento dos habitantes do conjunto em três “cenários” ou “casos” diferentes: a área livre entre a Clínica da Família e o antigo portal do presídio; os espaços utilizados para o lazer dentro de cada condomínio; e as jardineiras nas imediações dos blocos de apartamentos.

Após os primeiros meses de trabalho, que foram também meses de aprendizado adquirido através da experiência do campo, conseguimos ter maior proximidade com alguns moradores, o que possibilitou levar a pesquisa, que antes se resumia aos espaços de uso comum dos condomínios, para dentro dos edifícios. Com isso, foram incorporados também outros dois espaços nos quais se aplicam também os princípios de distinção explicados acima: os apartamentos e o hall que dá acesso a eles.

⁵ Este método “trata de uma ‘perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjuntos de inter-relações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos’ (GOMES et al., 2005, p. 202)” (MINAYO, DESLANDES e GOMES, 2016, p. 87)

⁶ Neste tipo de entrevista o informante “é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões.” (MINAYO, DESLANDES e GOMES, 2016, p. 59).

Deste modo, através da leitura compreensiva do material obtido pelos relatos destes moradores e pela observação de suas práticas no Conjunto, foram definidas cinco unidades de análise, que relacionam os espaços e as práticas ali realizadas: a área livre entre os dois condomínios; as áreas internas dos condomínios usadas para o lazer, incluindo o salão de festas e a quadra; os jardins nas imediações dos blocos de apartamentos; os halls de acesso aos apartamentos dos edifícios; e os apartamentos. Elas se distinguem pela gradação do caráter público/privados dos espaços estudados, pelas formas de apropriação que ali ocorrem e pelo grau de envolvimento dos moradores com estes espaços. Com base na estrutura de análise montada nesta etapa, busquei identificar e problematizar ideias e significados explícitos e implícitos na fala e nas práticas dos moradores do Conjunto, em diálogo com outros estudos realizados sobre os conjuntos do PMCMV e com o referencial teórico desta pesquisa.

Os principais referenciais teóricos desta pesquisa são os autores que discutem o conceito de *habitar* e o de *apropriação do espaço*. Gaston Bachelard, em *A poética do espaço* (1958), e Martin Heidegger, principalmente pela conferência *Construir habitar pensar* (1952), formam a base para o entendimento sobre o que seria o *habitar*. Outros autores, como os arquitetos Ignasi de Solà-Morales, Juhani Pallasmaa e Christian Norberg-Schulz, fazem a transição deste tema do campo da filosofia para o campo da arquitetura. Há ainda autores de outros campos disciplinares, como a sociologia e a antropologia, também influenciados por Heidegger e por Bachelard, que tratam do *habitar*, como Marion Segaud.

O conceito de *apropriação do espaço* é tema de estudo de diversas áreas. Autores mais ligados à sociologia e à antropologia, como Segaud, Arno Vogel e Marco Mello, procuram compreender de que forma se dá o processo de apropriação do espaço através dos significados e interpretações que certos grupos ou indivíduos dão a determinados espaços, e que se consolidam através de suas práticas. Este mesmo processo é estudado também pela perspectiva da psicologia ambiental, como no caso de Enric Pol. O arquiteto Herman Hertzberger, por outro lado, procura demonstrar de que maneira a forma construída pode influenciar esta relação. Dentre as contribuições que a discussão acerca da *apropriação do espaço* pode oferecer para esta pesquisa, destaco o fato de que os autores que estudam este tema buscam compreender os processos mentais e sociais, bem como as

práticas cotidianas e a os tipos de forma construída que moldam a relação entre as pessoas e o lugar em que vivem.

O capítulo 2 deste trabalho é dedicado ao desenvolvimento da discussão acerca dos principais referenciais teóricos que orientam esta pesquisa. Sendo assim, em um primeiro momento procuro expor e articular a leitura dos dois conceitos centrais deste estudo, o *habitar* e a *apropriação do espaço*, bem como outras três noções essenciais para sua compreensão: a de *construir*, a de *lugar* e a de *lar*. Posteriormente procuro compreender como ocorre o processo de enraizamento das pessoas em determinado lugar, o qual não se limita ao âmbito da casa, se estendendo também para os espaços de uso coletivo e público. Por fim, detenho meu olhar sobre os espaços intermediários, que articulam e operam um papel fundamental para que a apropriação do espaço e a esfera de influência dos moradores, que começa no espaço da moradia, se expanda, chegando aos espaços coletivos e públicos.

O capítulo 3 é dedicado a responder dois questionamentos. O primeiro deles concerne à forma como é praticada a atual política habitacional brasileira, no que diz respeito a aspectos ideológicos, arquitetônicos e urbanísticos dos empreendimentos realizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida: quais destes aspectos constituem permanências e quais representam descontinuidades em relação às políticas habitacionais anteriores? Em segundo lugar, investigo o Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí no âmbito dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida destinados à faixa 1 deste programa, procurando identificar as razões que fizeram deste um exemplo singular.

No capítulo 4, apresento os resultados da pesquisa de campo. Em cada subcapítulo são descritas e analisadas as práticas e os relatos dos moradores referentes aos diferentes espaços do conjunto. Na primeira parte o foco recai sobre a relação do conjunto com o bairro, tendo como protagonista a área livre pública que existe entre os dois condomínios. Em seguida, apresento os espaços usados dentro do conjunto pelos moradores, principalmente para o lazer. Aqui são incluídas tanto as áreas projetadas para tal fim, como o salão de festas, o parquinho infantil e a quadra, quanto as áreas residuais entre os edifícios. Na etapa seguinte são apresentadas as motivações que levaram os moradores ao cultivo de jardins nas áreas adjacentes aos blocos de apartamentos, bem como as dificuldades e os frutos desta empreitada. Na última parte deste capítulo retrato a

perspectiva dos beneficiários do Minha Casa Minha Vida em relação a seus apartamentos e ao hall de acesso dos edifícios, que constituem as áreas de caráter mais privado dos condomínios.

2. Construção do Lugar, consolidação do Habitar

Compreender de que maneira se dá nossa relação com o ambiente em que vivemos passa pelo entendimento inicial de que para cada pessoa há formas diversas de se relacionar com diferentes tipos de espaço. Os locais em que realizamos nossas atividades cotidianas são carregados de cargas simbólicas que variam conforme quem experiencia estes lugares.

Tomemos como exemplo o baixio do viaduto Engenheiro Noronha, em Laranjeiras. Para muitos, aquele é apenas um local de passagem, parte de um percurso entre os bairros do Flamengo, Laranjeiras e o final do bairro de Botafogo que pode ser feito a pé, de bicicleta ou de carro. Aqueles que atravessam este baixio a pé podem ou não fazer uma parada rápida em seu caminho para comprar uma guloseima com os vendedores ambulantes cuja presença neste local já é uma constância. Para estes vendedores, o baixio não tem tanto a ver com a passagem, mas com a permanência, uma vez que eles fazem dali seu “ponto”.

Recentemente soube que neste local ocorrem também alguns eventos, como saraus e até mesmo festas juninas. Nestes casos este lugar se preenche com uma vitalidade completamente diferente do usual, adquirindo um aspecto que traz certa semelhança com o de uma pracinha de cidade pequena, que em dias especiais abriga suas festividades. Para as pessoas que frequentam estes eventos, que transformam por completo a atmosfera usual deste lugar, o baixio está impregnado destas experiências, fazendo com que, mesmo em dias normais, estes sejam lugares vistos com um olhar especial, carregado de memórias. Há o caso de um casal, que mesmo com as tentativas realizadas pelo poder público de tornar este um local inabitável, com a colocação de pedregulhos, permanece fazendo do baixio seu local de moradia.⁷

Este local passa por diferentes formas de apropriações temporárias e que não deixam marcas físicas ou transformações permanentes. Enquanto que para alguns esta é uma parte da cidade como outra qualquer, para outros, este é um *lugar*, o qual basta uma simples referência para despertar memórias de experiências passadas e ideias para o futuro. O processo através do qual um

⁷ Essas percepções são fruto de uma reflexão desenvolvida durante o Workshop de Projeto Repensar os Baixios do Viaduto de Laranjeiras, realizado pelo projeto de extensão “A praça, a rua, o bairro: experiências de participação no desenvolvimento de propostas urbanas e paisagísticas”, do qual faço parte desde o início de 2018.

espaço vazio se torna um lugar com significado ocorre desde a ocupação inicial em um novo local de moradia até em espaços públicos, como o baixio do viaduto Engenheiro Noronha. Tudo isso se conecta ao conceito de *habitar*, isto é, um entrelaçamento singular entre as pessoas e os lugares em que vivem.

É este tipo de relação que dirige meu olhar no estudo de caso desta pesquisa. Na primeira parte deste capítulo apresento, portanto, os conceitos centrais que orientam esta pesquisa. Em seguida exponho, amparada neste referencial teórico, os processos de apropriação do espaço através dos quais as pessoas criam, em relação a estes lugares, vínculos de pertencimento e de identidade. Por fim, destaco o papel fundamental de espaços intermediários, isto é, aqueles que fazem a transição entre áreas marcadamente públicas e privadas, como articulação e ponto de partida para as formas de apropriação do espaço em locais de uso coletivo ou públicos.

2.1. Habitar e apropriação do espaço

A conexão que nós temos com o mundo, isto é, com nossa casa, com a cidade, enfim, com os lugares em que realizamos nossas atividades cotidianas, é uma condição inescapável: nossas atividades, experiências e memórias se dão sempre em algum lugar. Uma das questões a serem trabalhadas nesta pesquisa é a maneira como essa relação acontece. Em que medida esse contato é capaz de permear as pessoas e o ambiente construído um no outro? De que forma essa relação é capaz de gerar a idéia de lar e de um lugar ao qual nós pertencemos e que, por outro lado, de certa forma, nos pertence também?

Esse entrelaçamento singular com o mundo pode ser traduzido pelo conceito de *habitar*. Em meados do século XX dois filósofos escreveram sobre este tema. O primeiro deles, Martin Heidegger, em *Construir habitar pensar*⁸, discorre sobre o que é *habitar* e sua relação com o *construir*, tendo como ponto de partida duas questões: “o que é habitar?” e “em que medida pertence ao habitar um construir?” (HEIDEGGER, 2012, p. 125). Nesta conferência Heidegger aponta o *habitar*

⁸ Este texto, publicado em 1952, é originalmente uma conferência, cujo tema era “o homem e o espaço”, feita em 1951 Dramstadt. De acordo com Adam Sharr (2007, p. 36), a audiência desta conferência era composta principalmente por arquitetos, engenheiros e filósofos.

como uma condição ontológica: "A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual *somos* homens sobre esta terra é o *Buan*, o habitar." (*Ibidem*, p. 127).

No contexto da reconstrução europeia do período pós Segunda Guerra, Heidegger afirma que a crise habitacional vivida pelos países europeus não se dá apenas no âmbito numérico. Representa, na verdade, algo mais profundo e primordial, isto é, a crise do *habitar*: "os mortais precisam sempre de novo buscar a essência do habitar, (...) os mortais devem *primeiro aprender a habitar*." (*Ibidem*, p. 140). O arquiteto Ignási de Solà-Morales, em uma leitura de Heidegger, lança uma luz sobre o que poderia ser este *aprender a habitar*:

Habitar es una tarea. (...) Hay un camino, un proceso por el cual el hombre debe llamarse al habitar. Pero este proceso no es otra cosa sino una construcción. Algo que está por hacer y que se hará paso a paso, reuniendo los elementos necesarios. Es por esta razón que el habitar lleva al construir y la construcción es el proceso por el cual el hombre congrega cosas, objetos, pero también se reúne con otros. (...) Una construcción en la que reuniendo, congregando, el hombre cuida de las cosas, las promueve, se hace con ellas. El fin del habitar es morar y el proceso del construir es levantar una morada, es decir, un lugar en el que la vida se entretenga con las cosas y en la que este habitar constituya un germen espiritual, moral. (SOLÀ-MORALES, 1991, p. 28)

Solà-Morales aponta o processo através do qual o homem retoma sua capacidade de habitar como uma construção, ou seja, algo que se faz pouco a pouco, ao longo do tempo e que leva o ser humano ao *construir*. De acordo com Heidegger, nós não construímos para depois habitarmos uma construção, isto é, não construímos *para* habitar, mas *porque* habitamos: "construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos *como aqueles que habitam*." (HEIDEGGER, 2012, p. 128). Além disso, construir não diz respeito somente ao ato de edificar, mas ao cuidar e ao cultivar. O *construir*, neste sentido, se relaciona a "tudo o que resulta do cuidado e do cultivo humanos, tudo o que é instaurado por suas mãos." (SARAMAGO, 2011, p. 80).

O *habitar*, segundo Heidegger, é um demorar-se junto às coisas, sejam elas edificadas ou fruto do cultivo ou do cuidado humano. As coisas construídas, como a ponte (exemplo usado por Heidegger em *Construir habitar pensar*), reúnem em si a quadratura⁹, isto é, o mundo em sua totalidade e simplicidade. Essa

⁹ A quadratura evoca a idéia de uma totalidade de quatro faces: o céu, a terra, os deuses e os mortais, e tudo aquilo que diz respeito a cada um deles. "As coisas construídas preservam a

proximidade junto às coisas significa manter uma relação com o mundo em sua plenitude, e é através do *construir* que o homem conduz a quadratura às coisas. As coisas, por sua vez, são e configuram *lugares*; elas *arrumam* o espaço em que vivemos:

O lugar *deixa ser* a quadratura e o lugar edifica a quadratura. (...) Enquanto duplo dar espaço, o lugar é um abrigo da quadratura e, como ainda diz a mesma palavra, *Huis, Haus*, uma moradia. Coisas semelhantes a esses lugares dão moradia à de-mora dos homens. Coisas semelhantes a esses lugares são moradias, mas não necessariamente habitações, em sentido estrito. (HEIDEGGER, 2012, p. 137)

O conceito de *lugar*, conforme descrito por Heidegger, é levado ao campo da arquitetura por Christian Norberg-Schulz. Segundo este autor, o *habitar* implica em “que os espaços onde a vida acontece são lugares, no verdadeiro sentido da palavra” (NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 5). Ao diferenciar *lugar* de um espaço qualquer, Norberg-Schulz (2013) o descreve como uma “totalidade de coisas concretas que possuem material, forma, textura e cor. Juntas, essas coisas determinam uma ‘qualidade ambiental’ que é a essência do lugar.” (*Idem*, 2013, p. 445).

Para este arquiteto, a estrutura de um lugar poderia ser classificada como “‘paisagem’ e ‘assentamento’ e analisada por categorias como ‘espaço’ e ‘caráter’.” (*Ibidem*, p. 449). Um lugar poderia, então ter sido feito por mãos humanas ou não, e poderia ser compreendido através de sua organização espacial e por sua “qualidade espacial”, ou sua “atmosfera”, que segundo Norberg-Schulz seria sua essência. Da mesma forma que a ponte sobre o rio configura um lugar para Heidegger, para Norberg-Schulz, é através do *construir* que um espaço qualquer se torna um *lugar*: “o propósito existencial do construir (arquitetura) é fazer um sítio tornar-se um lugar, isto é, revelar os significados presentes de modo latente no ambiente dado.” (*Ibidem*, p. 454).

Um lugar envolve, portanto, aspectos físicos e simbólicos. No campo a geografia, Souza ressalta que um lugar não é uma coisa concreta, devendo ser compreendido mais como imagens espaciais do que enquanto materialidade. A imagem de um lugar:

quadratura. São coisas que, a seu modo, resguardam a quadratura. Resguardar a quadratura, salvar a terra, acolher o céu, aguardar os divinos, acompanhar os mortais, esse resguardo de quatro faces é a essência simples do habitar.” (HEIDEGGER, 2012, p. 138).

“se ‘decalca’ sobre um espaço material, mas não se confunde inteiramente com ele. A imagem de um lugar pode se modificar, sem que o espaço, em sua materialidade, tenha se modificado; e o inverso também é verdadeiro: alterações materiais podem não alterar a imagem de um lugar (podendo, às vezes, no máximo, reforça-la)” (SOUZA, 2015, p. 36)

O que define um lugar é sua dimensão cultural-simbólica e as relações sociais que geram esta dimensão. Segundo Souza, um lugar não pode existir sem seu substrato espacial material, mesmo que virtual, mítico-lendário ou fictício. Ao mesmo tempo, “eles também só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções especializadas.” (*Ibidem*, p. 117).

Na Geografia Humana a constituição de um lugar está intimamente ligada às pessoas que experienciam determinados locais. É através da experiência humana e do entrelaçamento entre as pessoas e o ambiente construído que um espaço indefinido se torna um lugar com significado. Segundo Werther Holzer, “Lugares, por sua vez, só existem a partir do compartilhamento de experiências entre seres humanos, ou seja, da experiência intersubjetiva compartilhada das coisas e fenômenos para os quais nos voltamos em comum.” (HOLZER, 2013, p. 23).

Ao buscar por uma definição de lugar e de seu caráter geográfico, Holzer recorre a Edward Relph:

Um lugar é um centro de ação e intenção, ele é 'um foco onde nós experimentamos os eventos significativos de nossa existência'. De fato, eventos e ações são significativos somente no contexto de certos lugares, e ganham tonalidades e são influenciados pelo caráter desses lugares, ainda que contribuam para esse caráter... Os lugares são os contextos ou panos de fundo para objetos intencionalmente definidos ou para grupos de objetos ou eventos, ou podem ser, eles mesmos, objetos da intenção. (RELPH, 1976, apud HOLZER, 2013, p. 23).

Para Edward Relph, de forma simplificada e usual, qualquer localidade é um lugar, mas “em um sentido mais complexo, lugar se refere às configurações diferenciadas de seu entorno, pois são focos que reúnem coisas, atividades e significados” (RELPH, 2012, p. 25). Não apenas reúnem, mas também absorvem significados e experiências.

Para explicar de que forma um lugar se diferencia de uma localidade qualquer, Relph define algumas características e condições, que ele chama de aspectos de lugar. Dentre eles, a condição de ter um nome e de reunir, não só pessoas, mas também “qualidades, experiências e significados em nossa experiência imediata” (*Ibidem*, p. 22). Neste trabalho dois aspectos de lugar

apontados por Relph contribuem para a reflexão de alguns casos observados na pesquisa de campo. São eles *o sentido contaminado de lugar* e a diferenciação feita entre *lugar-sem-lugaridade* e *não-lugar*, da qual emerge a ideia de *lugaridade* ou *qualidade de lugar*.

No caso do *sentido contaminado de lugar*, Edward Relph ressalta ser fundamental abordar esta temática de forma crítica, ao incorporar entre os aspectos de lugar críticas de autores como David Harvey, para quem a idéia de lugar pode ter um caráter excludente e provinciano. No tópico “*Exclusão/Inclusão*”, Relph incorpora a crítica de Harvey e de Massey ao descrever as possibilidades negativas de um *sentido contaminado de lugar*:

A crítica oriunda da economia política a lugar, como as de Harvey e Massey, tem mostrado que a manifestação de forte apego a lugar é uma atitude exclusivista – este é o meu lugar e você é diferente (por causa da renda, raça, crença política, gênero), então fique fora daqui. (*Ibidem*, p. 26)

Este apego excessivo a um lugar fica evidente em casos em que um determinado local já habitado recebe uma nova leva de habitantes. Pode ocorrer de os moradores originais do lugar adotarem atitudes com a intenção de excluir os novos moradores, por acreditarem que esses não pertencem ao seu lugar. Em alguns casos a mera possibilidade de que novas pessoas tenham acesso a um determinado lugar pode fazer com que haja este tipo de reação por parte de seus moradores

Ao descrever lugares-sem-lugaridade, Relph afirma que *Lugar* não é uma definição fixa, ou seja, uma localidade não é absolutamente um *lugar* ou um *não-lugar*. Existem, na verdade, gradações, que podem ser melhor compreendidas através da ideia de *lugaridade*, ou de *qualidade de lugar*. Segundo Relph, um *lugar-sem-lugaridade* seria aquele com baixa *lugaridade*, com pouca atratividade para promover a reunião de pessoas, de coisas, de atividades e de significados. Em geral, *lugares-sem-lugaridade* são exemplificado por ambientes de grande fluxo de pessoas com mínima permanência ou ambientes padronizados como aeroportos, supermercados ou estações de metrô. Pode ocorrer, contudo, que para uma pessoa que trabalhe em um destes locais, ou que os visitam frequentemente, ali seja um lugar.

Neste sentido podemos pensar que a condição de lugar de determinados locais pode variar ao longo do tempo e de acordo com quem os vivencia. Segundo

Relph, na relação entre *lugar* e *lugar-sem-lugaridade* existe certa tensão, entre “os processos que levam à diferenciação de lugar contra aqueles que levam à ausência de lugaridade. Assim, qualquer parte, não importa o quão uniforme possa ser, tem alguns elementos de lugar.” (*Ibidem*, p. 25). Não existiria, portanto, nem um *lugar* puro nem um *não-lugar* em absoluto. Em meio a esta tensão dinâmica entre aspectos que fazem de uma localidade qualquer um lugar, há também o fato de que o lugar é fruto da experiência de indivíduos ou grupos. Deste modo, para algumas pessoas, determinado local pode não conter nenhum significado em especial, enquanto que para outros pode ser um lugar repleto de memórias e de significados.

Retomando o primeiro questionamento feito no início deste capítulo, podemos afirmar que o conceito de *lugar* confirma o pressuposto inicial de que o ambiente construído, de certa forma, é “contaminado” pelas pessoas. Ao longo do tempo a experiência humana deixa marcas em determinados espaços, diferenciando-os de um todo homogêneo, dotando-os de significados. As marcas que diferenciam um lugar de um espaço qualquer podem ser físicas, conforme descrito por Heidegger, ao exemplificar como um ponto específico ao longo das margens de um rio torna-se um lugar quando o ser humano constrói ali uma ponte. Estas marcas podem ser também meramente simbólicas, como valores atribuídos ou memórias de experiências passadas.

Por outro lado um lugar também deixa em nós marcas que podem nos acompanhar por toda a vida, influenciando, inclusive, a forma como iremos nos relacionar com outros lugares. Gaston Bachelard, em *A poética do espaço* (1958), explora a fundo as marcas que o lugar em que vivemos deixa em nós. Nesta obra o autor busca uma descrição fenomenológica da imagem do “*espaço feliz*” (BACHELARD, 1978, p. 196), aquele que habita nossas memórias e devaneios. Bachelard descreve a imagem da casa, o lugar que media nossa relação com o cosmos, e está permeada por nossa interioridade e que, ao mesmo tempo, nos permeia. Para Gaston Bachelard, é na casa natal, uma imagem que nos acompanha por toda a vida, que nasce o *habitar*. Nas palavras deste autor: “Em suma, a casa natal inscreveu em nós a hierarquia das diversas funções do habitar” (*Ibidem*, p. 207).

O arquiteto Juhani Pallasmaa, em *Habitar* (2017), traça uma oposição fundamental entre Heidegger e Bachelard:

Opondo-se à visão de Martin Heidegger a respeito da ansiedade fundamental da experiência humana como resultado de sermos “lançados ao mundo”, Bachelard argumenta que nascemos no “berço da casa” e que, portanto, nossa experiência existencial é mediada e estruturada pela arquitetura desde o princípio. Mesmo na ausência de uma casa concreta, as casas de nossa memória e imaginação estruturam nossas experiências. Não confrontamos o cosmos desprotegidos e sem mediação. (PALLASMAA, 2017, p. 50)

Para este arquiteto, o ambiente construído cumpre um papel fundamental na mediação de nossa relação com o mundo. Portanto, a arquitetura deve ser capaz de abrigar não somente uma dimensão fisiológica do ser humano, mas também “sua mente, sonhos e desejos” (*ibidem*, p.7). Uma arquitetura pensada segundo funções rigidamente estabelecidas e que não dialoga com o lugar em que se insere é criticada tanto por este autor quanto por Norberg-Schulz. Este último afirma que “Funções ‘similares’, mesmo as mais básicas como dormir e comer, se dão de diferentes maneiras e requerem lugares que possuem propriedades diversas, de acordo com as diferentes tradições culturais e as diferentes condições ambientais.” (NORBERG-SCHULZ, 2013, p. 445). Schulz critica a arquitetura funcionalista por deixar de fora “o lugar como um ‘aqui’ concreto com sua identidade particular.” (*Ibidem*, p. 445). O pensamento racionalista que leva à construção em massa de habitações na Europa do pós-Segunda-Guerra é também o que leva Heidegger a escrever sobre a perda da capacidade de *habitar*.

Pallasmaa, no entanto, se aproxima mais da concepção de *habitar* de Bachelard, profundamente ligada à casa e à ideia de lar. O lar é o ponto de partida de nossa relação com o mundo, é a partir dele que construímos nossa relação com os outros lugares que habitamos. É também o lugar que procuramos quando sentimos a necessidade de *fugir do mundo*: “O lar parece ser uma extensão e um refúgio tanto de nosso corpo quanto de nossa constituição” (PALLASMAA, 2017, p. 17). O entrelaçamento entre o lar e seu habitante ocorre de tal maneira que os aspectos físicos da casa, seus ambientes e até mesmo seu mobiliário se confundem com a interioridade de seu habitante. O espaço em que habitamos se impregna de marcas de nosso passado e de nosso presente.

O lar, segundo Pallasmaa, é uma condição complexa, na medida em que não se resume apenas àquilo que é material, sendo também um “conjunto de rituais, ritmos pessoais e rotinas do dia a dia” (*ibidem*, p. 13). Além disso, continua o autor, o lar “possui uma dimensão temporal e uma continuidade, sendo um

produto gradual da adaptação da família e do indivíduo ao mundo” (*ibidem*, p. 13). Em consonância a essa abordagem, Marion Segaud afirma que o lar é resultado da apropriação do espaço, desde que esta seja pensada “como um processo, isto é, como desenvolvimento material e simbólico de práticas num espaço circunscrito e culturalmente definido” (SEGAUD, 2016, p. 102).

Habitar e apropriação do espaço não são, evidentemente, a mesma coisa. *Habitar* diz respeito à forma como somos no mundo, é uma condição ontológica; enquanto que a apropriação do espaço pertence ao campo das práticas cotidianas de indivíduos ou de grupos em um determinado lugar ao longo do tempo. Ambos os conceitos aparecem na forma de verbos, denotando que nossa relação com o ambiente construído, com a arquitetura, se dá por meio de nossas ações, isto é, nossas atividades cotidianas e experiências, que marcam e são marcadas pelos lugares nos quais ocorrem. No trecho a seguir, no qual Pallasmaa define o ato de *habitar*, é possível destacar elementos que se assemelham com aquilo que alguns autores descrevem como apropriação do espaço:

O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. É fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão; por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental. (...) o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo do habitante. (PALLASMAA, 2017, p. 7)

A *apropriação do espaço* designa um conjunto de práticas em um determinado local que podem ou não estabelecer *lugares* e que variam conforme diferentes grupos sociais e culturais. Após analisar alguns dos aspectos sobre a apropriação do espaço, Enric Pol chega a uma síntese, que pode ser expressa pela definição proposta pela socióloga francesa María José Chombart de Lauwe:

Apropiarse de un lugar no es sólo hacer de él una utilización reconocida sino establecer una relación con él, integrarlo en las propias vivencias, enraizarse y dejar la propia impronta, organizarlo y devenir actor de su transformación. Puede ser también acotarlo para limitar el acceso sólo a los elegidos, aceptados, y con ello diferenciarse de los demás, situar su lugar en la sociedad, especificándose y oponiéndose (M.J. CHOMBART DE LAUWE 1976 *apud* POL, 1996).

Enquanto uma maneira de estabelecer uma relação com um determinado lugar, que vá para além do simples uso, em que um indivíduo ou um grupo podem

ou não deixar neste local suas marcas pessoais, a apropriação do espaço parece caminhar em direção ao *habitar*. Por sua vez, a aproximação entre o *habitar* e a *apropriação do espaço* se dá pelo conceito de *construir*, conforme descrito por Heidegger, enquanto ação humana, tanto no sentido de edificar quanto no sentido de cultivar ou de cuidar.

A apropriação do espaço não pressupõe necessariamente uma transformação permanente, podendo ocorrer de forma intermitente. Apesar deste tipo de apropriação do espaço não deixar marcas físicas em um determinado lugar, para aqueles que realizam ali algumas de suas atividades cotidianas, ou mesmo para os que apenas presenciam estas ocorrências, este espaço está carregado de um simbolismo que o configura como um lugar. Daí a importância de observar as práticas das pessoas que vivem em determinados locais, pois espaços aparentemente sem uso podem ter uma grande importância para estas pessoas.

Como descreve Relph, lugar não é uma característica fixa, havendo sempre uma tensão entre os aspectos de lugaridade e as forças que levam a um lugar-sem lugaridade. Neste sentido, podemos dizer que os espaços apropriados apenas ocasionalmente podem ter seu aspecto de lugaridade reforçados em seu grau máximo no momento de apropriação e um enfraquecimento deste caráter, que não cessa de existir.

Neste primeiro momento procurei compreender alguns dos conceitos que explicam nossa relação com o ambiente em que vivemos. Neste sentido, o *habitar* desponta como uma condição primordial, algo que é inerente ao ser humano. Enquanto que para Bachelard nossa relação com o mundo é mediada pela “casa natal” e, portanto, nos acompanha por toda a vida, para Heidegger o *habitar* é uma condição que pode estar ausente e cuja retomada depende de uma forma de pensar em direção ao *habitar*, e que, por consequência, leva ao *construir*.

Não habitamos, portanto, somente os locais definidos como habitação, mas todos aqueles com os quais estabelecemos algum laço seja de forma simbólica ou através do *construir*, no sentido de edificar ou de cultivar, isto é, através de uma intervenção. O processo descrito por Solà-Morales não leva somente a uma retomada do que Heidegger define como o *habitar*, mas nos conduz também à criação de um *lugar*. O *lugar* é não apenas um espaço diferenciado, dotado de significado em que temos nossas experiências, mas também onde podemos

revisita-las, um *onde* realizado e localizado, onde nos encontramos com o outro e com nós mesmos.

Segundo Heidegger, “construir é edificar lugares” (HEIDEGGER, 2012, p. 137). Através deste processo, que se aproxima do conceito de *apropriação do espaço*, há um entrelaçamento singular entre as pessoas e o lugar por elas habitados, que, como descreve Pallasmaa, consiste em um intercâmbio e uma extensão. Assim, podemos compreender a idéia de um pertencimento mútuo: enquanto que nós sentimos que o lugar o qual nos apropriamos nos pertence, de certa forma, nos percebemos também vinculados a estes lugares.

A noção de lar dialoga mais fortemente com o conceito de habitar de Bachelard, no sentido de um lugar espacial cujas marcas carregamos por toda a vida, influenciando a forma como nos relacionamos com outros lugares, que podem vir a se tornarem também um lar. Nesse sentido, a noção de *casa natal* não deve se limitar somente à nossa primeira experiência em um lugar, mas um somatório de marcas e memórias de lugares que nos marcaram. A imagem do lar, formada pela junção de fragmentos de memórias de lugares que habitamos permanece conosco e influencia diretamente a forma como nos relacionamos com novos lugares.

No subcapítulo seguinte, pretendo aprofundar a noção de *apropriação do espaço* enquanto processo de enraizamento, isto é, a maneira como um espaço vazio e sem significado se torna um lugar e, possivelmente um lar através das práticas cotidianas de seus habitantes ao longo do tempo. Uma vez que esta pesquisa pode estar diante de um estágio já avançado deste processo, considerando que o Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí foi inaugurado há quatro anos, procuro também analisar as formas como a esfera de influência de um morador pode se estender de sua casa para o âmbito dos espaços coletivos e públicos.

2.2. “De Usuário a Morador”

Por meio da expressão acima, usada como título do quinto capítulo de *Lições de Arquitetura* (1999), Herman Hertzberger descreve a maneira pela qual, através de um maior senso de responsabilidade e do envolvimento com o arranjo de um lugar, as pessoas poderiam passar da condição de apenas usuários, para

algo mais: moradores. Apesar de não usar especificamente o conceito de *habitar*, o que Hertzberger descreve são pequenos gestos e formas de cuidar que se direcionam àquilo que Pallasmaa descreve como o ato de habitar: uma extensão e um intercâmbio, algo que organiza todo o mundo do habitante.

Os exemplos usados por Hertzberger no quinto capítulo de seu livro ocorrem em espaços públicos ou coletivos, usados com certa frequência pelas mesmas pessoas ao longo de determinado tempo. Temos como exemplos uma sala de aula de uma escola, ocupada durante o período letivo pelos mesmos alunos, ou estações de trabalho utilizadas sempre pelos mesmos funcionários. Com o passar do tempo estes espaços organizados e mantidos por seus respectivos ocupantes, adquirem as marcas destas pessoas, se tornando uma espécie de “‘ninho seguro’ – um espaço conhecido à nossa volta, onde sabemos que nossas coisas estão seguras e onde podemos nos concentrar sem sermos perturbados pelos outros.” (HERTZBERGER, 1999, p. 28).

Este tipo de ocupação, em que marcas pessoais são deixadas em um local, é descrita por Enric Pol (2002) como o primeiro de dois momentos que compõe a maneira como ocorre a apropriação do espaço. Uma fase inicial, denominada pelo autor como “ação-transformação” é aquela na qual moldamos o espaço à nossa imagem, deixando ali marcas de nossa identidade, do modo como queremos ser vistos por outros e por nós mesmos. Como no exemplo acima descrito, é o modo como ocupamos um ambiente inicialmente vazio, dotando-o de significado, de tal maneira que este vai, pouco a pouco se “contaminando” com nossa presença e com as atividades que ali realizamos, bem como pelas marcas físicas que deixamos neste local.

Quando nos mudamos para uma nova casa, por exemplo, nos vemos diante da tarefa de ocupar e arrumar um ambiente vazio, ainda indefinido e impessoal; um espaço desabitado que, para nós, não tem história, ou qualquer significado. Em um primeiro momento, é possível experimentarmos certo estranhamento em relação a este cenário, perante o qual cabe a nós preencher, dotar de significados. Pode haver também, por outro lado, certa euforia: a idéia do “novo”, de página em branco. Mesmo com este sentimento de novidade, da possibilidade de que este lugar poderá ser melhor ou diferente de um local anterior de moradia, há certa permanência: daquilo que consideramos positivo em nossa identidade, que

procuramos reforçar através de pertences pessoais e do modo como os arrumamos pela casa.

Aos poucos, conforme organizamos o espaço para nossas coisas no novo apartamento ou na nova casa, se desenvolve em nós o sentimento de que agora este local nos pertence, da mesma forma que passamos a percebê-lo também como uma extensão de nosso ser. Assim, o que era “um espaço vazio se torna, aos poucos, um lugar com significado” (POL, 1996, p. 45).

A etapa posterior consiste em uma “identificação simbólica” com o valor que damos ao lugar. A carga simbólica, que caracteriza um determinado local e é fruto de nossas intervenções, funciona como uma forma de expressarmos nossa identidade perante os outros, e também como modo de reforça-la para nós mesmos. Segundo Pol (2002), através da interação simbólica a pessoa ou o grupo se reconhecem no entorno, o espaço apropriado passa a ser um fator de continuidade e de estabilidade do *self* bem como um fator de estabilidade da identidade e da coesão do grupo. Deste modo, é gerado o apego pelo lugar.

“Ação-transformação” e “identificação simbólica” são, portanto, os dois componentes de um modelo dual que visa a elucidar o fenômeno da apropriação do espaço (cf. POL, 2002). Apesar de um momento não anular o outro, existem fases na vida de uma pessoa em que um destes dois prevalece sobre o outro. Enquanto que na infância e na juventude, por exemplo, predomina o primeiro, em idades avançadas uma pessoa tende mais ao segundo. Por outro lado, estes dois momentos ganham maior ou menor força de acordo com o caráter de um lugar. Em um local privado há mais espaço para que se possa transformá-lo, enquanto que nos espaços públicos ou coletivos, onde nem sempre podemos intervir, prevalecem as formas de identificação simbólica.

O processo de apropriação do espaço, através do qual nos tornamos habitantes de um lugar, não se limita, no entanto, aos espaços estritamente privados ou àqueles que, ao menos temporariamente, nos pertencem. Não somos “moradores” somente do espaço da casa, mas de todos os lugares com os quais nos sentimos vinculados, seja pelas atividades que ali realizamos individualmente ou de forma coletiva, seja pelas marcas simbólicas que deixamos nestes locais.

Em *Quando a rua vira casa* (1980), Marco Mello e Arno Vogel observam e analisam justamente as formas de apropriação dos espaços públicos, semi-públicos, e os de uso coletivo, representados, respectivamente: pela rua; pelas

soleiras e janelas dos sobrados do Catumbi; e pelo parquinho infantil de um condomínio. O foco desta obra recai principalmente sobre os lugares usados para o lazer em dois ambientes distintos. O primeiro deles, um centro de bairro que na época era visto como a essência do atraso urbano, um lugar decadente para o qual o remédio seria uma intervenção baseada no urbanismo funcionalista, muito em voga na época. Em oposição ao bairro do Catumbi, a equipe escolheu como caso de controle o Conjunto Selva de Pedra, que foi projetado segundo preceitos da arquitetura racionalista.

Nesta obra, bem como nos estudos originados deste trabalho, Mello e Vogel afirmam que para que haja apropriação de um espaço, é necessário antes que ele faça sentido às pessoas, ou seja, que elas possam antes dar-lhes significado, uma vez que:

(...) o que não faz sentido não é passível de apropriação. (...) É preciso que as pessoas atribuam signos às coisas para que possam servir-se delas. Espaços construídos são capazes de sustentar um modo de vida desde que lhe sejam outorgados certos valores (MELLO e VOGEL, 2015, p. 295).

Estes autores descrevem a apropriação do espaço como uma gramática, constituída por três elementos principais: o ambiente construído (substantivo), um sistema de valores (adjetivo) e as atividades cotidianas (verbo). Os significados absorvidos pelos lugares vêm de um conjunto de convenções, valores e “códigos próprios de leitura” que cada sociedade teria e que “determinariam o aproveitamento dos lugares, definindo pertinências e impertinências.” (*Ibidem*, p. 294).

O componente verbal dessa gramática é fundamental para que determinados espaços mantenham ou mesmo mudem seu significado. As atividades cotidianas exercem grande influência sobre os outros dois componentes desta gramática, uma vez que é através deste fator verbal que os valores se fixam ou se transformam (permanentemente ou não) nos espaços habitados. A apropriação do espaço é, portanto, um fenômeno que se dá na passagem do tempo, através destas atividades, que “como que ‘escolhem’ seus espaços, apropriando-se deles, conformando-os, e sendo conformadas de volta”. (*Ibidem*, p.303)

Determinadas formas arquitetônicas e espaços urbanos podem estar contidos em sistemas de valores como público/privado, formal/informal, familiar/estranho. O caráter real destes locais é determinado, contudo, pelas

atividades que ali têm lugar, e que reforçam ou enfraquecem o significado destes lugares. Um exemplo dado pelos autores de *Quando a rua vira casa* é o da casa como local de trabalho, que neste momento deixa de ser privada para ser pública, saindo temporariamente do âmbito do familiar e se abrindo para receber estranhos. Um mesmo lugar pode também conter mais de um significado, dependendo de quais atividades pode abrigar em determinados momentos. A rua de um bairro, por exemplo, é local público, de passagem, mas pode também ser local de brincadeira, de jogos, de procissão religiosa ou pode ser fechada para uma feira semanal. A rua é um dos espaços urbanos capaz de abrigar o maior número de significados e atividades.

Ao mesmo tempo, é interessante notar como cada elemento arquitetônico como uma soleira, uma janela, um quintal ou a rua, se encaixa em um sistema de variação de valores, do mais público ao mais privado, podendo ser um elo, ou seja, uma área de conexão ou de contato entre a casa e a rua. A soleira e a janela, por exemplo, são pontos que Mello e Vogel associam como o lugar de onde podem participar na vida da rua aqueles que realizam tarefas domésticas; já o quintal, lugar das atividades do lar e das crianças pequenas, é definido como sendo um espaço diametralmente oposto à rua, que é o local público por excelência. Apesar de inscritos em esferas bem definidas, todos os espaços podem, em diferentes momentos, receber diferentes significados, de acordo com as atividades que abrigam. Através da observação e da análise das práticas cotidianas, procurando também levar em consideração a interpretação dos próprios moradores sobre o lugar que habitam, Mello e Vogel demonstram o forte dinamismo que há nesta gramática.

Neste sentido, o entrelaçamento entre as práticas cotidianas e o sistema de valores e simbolismos que dizem respeito a determinados lugares reforçam a idéia de que “ação-transformação” e “identificação simbólica” se articulam de forma cíclica, conforme também observa Pol. Esta gramática ajuda também a compreender o motivo pelo qual alguns locais permanecem vazios, não apropriados pelas pessoas. Pode haver um problema no ambiente construído, cujos espaços não teriam a dimensão ou o caráter adequado para o uso. Pode ser um local impregnado de valores simbólicos que desestimulem a apropriação pelas pessoas. Pode, por fim, ser um ambiente no qual haja restrições a certas atividades que fazem parte de um modo próprio de habitar das pessoas que ali vivem.

Segundo Pol (1996) a carga simbólica de um lugar pode derivar de dois processos distintos. A maneira como a relação entre as pessoas e o espaço se constrói ao longo do tempo como resultado desta relação dinâmica entre as atividades cotidianas, o lugar e o sistema de valores de seus habitantes e praticantes caracteriza um simbolismo a *posteriori*. Há, por outro lado, o simbolismo a *priori*, isto é, quando se tenta impor no local uma carga simbólica, através de um projeto ou da inserção de algo como um monumento.

Neste segundo caso, Pol descreve três possibilidades de reação por parte daqueles que irão conviver com esta intervenção. Pode ser que este simbolismo imposto esteja em acordo aos símbolos e valores já existentes no lugar, sendo então incorporado por estas pessoas. Pode também ocorrer o contrário, havendo uma rejeição por parte da população, apesar de não poder ser ignorado. Outra possibilidade é a de que, apesar de imposto, e não estando de acordo com os simbolismos e valores da população, este novo elemento ou projeto traga uma simbolização que é vista de forma positiva pelas pessoas e, assim, acabe sendo aceito.

Dentre as semelhanças entre a leitura de Pol e a de Mello e Vogel tem-se o fato de que para que um espaço seja apropriado é preciso que antes nos identifiquemos com ele, que seja possível ler, dar significado e que isso é fruto de modelos culturais e de papéis sociais. Esse ler o espaço, dar significado, ou se identificar, aparece também em *Lições de arquitetura*, como interpretação da forma construída. Entretanto, diferente dos primeiros, em que essa leitura vem por parte das pessoas, em Hertzberger o enfoque dado recai sobre a capacidade do espaço de oferecer essas interpretações. O arquiteto holandês afirma que os espaços, principalmente aqueles cuja estrutura se ancora nos arquétipos que aparecem ao longo do curso da história da arquitetura tem uma capacidade interpretativa.

Do mesmo modo que Mello e Vogel dizem que os lugares e valores influenciam e são ao mesmo tempo influenciados pelas atividades cotidianas praticadas pelas pessoas, para Hertzberger o mesmo fenômeno de mudança pode ocorrer justamente porque a forma construída é interpretável. Novas interpretações podem gerar transformações que modifiquem, de forma permanente ou não, o ambiente construído. Isto aconteceria com maior facilidade em estruturas capazes de absorver novos significados, sofrendo transformações físicas

sem que sua essência seja de fato modificada. Espaços feitos para cumprir com apenas uma função bem definida, se caracterizam como áreas que não são capazes de absorver outras interpretações e abrigar novos usos. No conjunto Selva de Pedra, caso de controle analisado por Mello e Vogel em *Quando a rua vira casa*, os espaços projetados para o lazer, como no caso de uma pracinha infantil no interior do conjunto, são apresentados como exemplo de espaços de apropriação incipiente.

Hertzberger explica a capacidade da forma de abrigar significados e o modo como as pessoas fazem isso através dos termos *Competência* e *desempenho*¹⁰: “Pode-se dizer que *competência* é a capacidade da forma de ser interpretada, e *desempenho* é o modo pelo qual a forma é/foi interpretada em uma situação específica”. (HERTZBERGER, 1999, p. 93). Certas formas são mais convidativas que outras oferecendo maior aporte à apropriação, isto é, são capazes de abrigar diferentes possibilidades de uso (competência) por diferentes indivíduos ou grupos em horários e dias diversos (desempenho).

O processo de apropriação do espaço se dá ao longo do tempo, através das marcas que deixamos e das atividades que realizamos nos lugares em que vivemos. Para que possamos nos apropriar do espaço é preciso, no entanto, que antes este possa absorver significados. Os três elementos da gramática proposta por Mello e Vogel são imprescindíveis para que isto ocorra, havendo, no caso de falha de qualquer um deles certa alienação em relação ao espaço vivido.

Tanto Pol quanto Hertzberger falam sobre este tipo de alienação, quando as pessoas não criam conexão ou não se sentem responsáveis pelo lugar. Enquanto para Enric Pol este é um fenômeno mais associado ao contexto urbano, pela dificuldade que as pessoas têm de se apropriar da cidade, Hertzberger vê isso acontecendo em qualquer cenário onde as pessoas que usam o lugar desconhecem a quem cabe a manutenção e o cuidado para com o lugar, não existindo um responsável definido ou no caso em que este é uma figura distante ou impessoal (serviço terceirizado de limpeza ou instituições do governo, por exemplo).

Sítios que não convidam à apropriação tendem a permanecerem impessoais, e podem ser desde locais de trabalho onde não se permite que os funcionários

¹⁰ Ambos os termos, competência e desempenho, vêm da teoria linguística de Chomsky, em que “competência é o conhecimento que uma pessoa tem de sua língua, enquanto desempenho se refere ao uso que ela faz deste conhecimento em situações concretas” (HERTZBERGER, 1999, p. 93)

deixem objetos pessoais (suas marcas simbólicas no espaço) a áreas livres de conjuntos habitacionais ou asilos, onde não se sabe a quem recai a responsabilidade do cuidado para com estes espaços. Em tais locais, dificilmente ocorrerão os processos através do qual os “usuários” se tornam “moradores”.

Sobre o convite à apropriação, o qual evita essa alienação, Hertzberger afirma que para além de uma questão daquilo que seja permitido (pelo chefe, administrador, ou síndico), existem também incentivos que a arquitetura, o ambiente construído pode dar. Esses incentivos vão desde um móvel de escritório que “peça” um complemento pessoal por parte do funcionário a diferenciações de piso ou canteiros que indiquem um espaço intermediário entre o que é privado (a casa) e o público (a rua). Do mesmo modo, mesmo que exista a permissão para uso e apropriação de certos espaços, incluindo espaços feitos para serem apropriados, como uma praça ou área livre de lazer em conjuntos habitacionais, podem acabar não sendo usados, seja pela falta de um mobiliário convidativo, seja pela grande extensão árida de uma área livre.

O grau de influência que podemos exercer em um determinado lugar propicia o sentimento de pertencimento, tanto no sentido de que o espaço, de certa forma, nos pertence, quanto no sentido de nos sentirmos vinculados àquele espaço. Hertzberger associa o grau de envolvimento que podemos ter em relação a um lugar com o tipo de atenção que daremos a ele: “Quanto mais influência pudermos exercer sobre as coisas a nossa volta, mais nos sentiremos emocionalmente envolvidos com elas, mais atenção daremos a elas e mais inclinados estaremos a tratá-las com cuidado e amor” (*Ibidem*, p. 170).

É interessante pensar, portanto, em modos de estimular a apropriação do espaço pelas pessoas em locais públicos e coletivos, uma vez que este processo fomenta não só a idéia de pertencimento e o enraizamento de um indivíduo, mas também a coesão e a permanência de um grupo. Além disso, um espaço apropriado implica, em muitos dos casos, em um espaço vivo, que recebe cuidado e manutenção por aqueles que dele fazem uso. Por outro lado, as formas de apropriação do espaço podem gerar conflitos, por isso tão importante quanto espaços cujo domínio é pouco definido, sendo, portanto, passíveis de apropriação por todos, são espaços cujo domínio é bem demarcado. Um local que em teoria pertence a muitas pessoas pode gerar dificuldades quanto a um consenso ao tratamento que será feito neste local. Este tipo de conflito ajuda a compreender

também uma das razões pelas quais o elemento da “ação/transformação” descrito por Pol dificilmente ocorre em espaços públicos.

Vimos aqui como a relação entre as pessoas e o ambiente construído se dá tanto no âmbito do domínio privado quanto nos espaços de uso coletivo (que englobam desde áreas comuns em condomínios até os espaços da cidade). Através de formas de apropriação, que podem ou não deixar marcas no espaço, as pessoas passam da condição de apenas “usuários” a verdadeiros habitantes destes lugares. No subcapítulo a seguir aprofundarei o estudo desta relação nos espaços que se situam entre os locais de uso público ou coletivo e aqueles de uso privado.

2.3. Entre o público e o privado

O grau de influência que podemos exercer em espaços de caráter mais público é reduzido, se comparado com a possibilidade de ação e de transformação que temos no domínio privado. Pode-se dizer que o processo de apropriação do espaço tem início no espaço privado, da casa, e a partir dele é que começamos a estender nossa esfera de influência, quando possível, para além de nossa moradia. Para melhor compreender como esta expansão ocorre, é necessário primeiramente fazer uma ressalva sobre os conceitos que caracterizam os espaços como públicos ou privados.

Público e privado não devem ser pensados como características opostas que se aplicam a um ou a outro tipo de ambiente. A polarização rígida entre estes aspectos resultou em um clichê, “e é tão sem matizes e falsa como a suposta oposição entre o geral e o específico, o objetivo e o subjetivo. Tais oposições são sintomas da desintegração das relações humanas básicas.” (HERTZBERGER, 1999, p. 12). Segundo este autor, “os conceitos de ‘público’ e ‘privado’ podem ser vistos compreendidos em termos relativos como uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, referem-se ao acesso, à responsabilidade, à relação entre propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas.” (*Ibidem*, p. 13).

O caráter de um espaço pode inclusive variar temporariamente, de acordo com o uso que recebe em determinado momento. Uma calçada, por exemplo, pode ser apropriada como espaço privado ao longo de uma manhã ou de uma

tarde por vendedores ambulantes, que fazem dali seu “ponto”, e volta a ser um espaço público quando esta pessoa termina seu expediente. Pode, no entanto, ocorrer de forma permanente, quando um espaço público é tornado privado. Isto ocorre, por exemplo, em conjuntos habitacionais quando um morador constrói uma extensão de sua casa no espaço comum do conjunto.

Uma vez que o caráter mais público ou mais privado se relaciona com os dois momentos de apropriação do espaço do modelo dual proposto por Enric Pol (2002), as gradações espaciais podem propiciar diferentes graus de envolvimento entre as pessoas e o lugar em que vivem. O número de pessoas que se sentem responsáveis por determinado local varia também em relação à gradação entre público e privado deste lugar, que é percebida através do grau de acesso e de aspectos morfológicos. Por exemplo, um quarto é de responsabilidade de quem ali dorme e mantém suas coisas, enquanto que o apartamento é mantido por todos os que ali moram. O acesso e a manutenção de um edifício dizem respeito aos moradores de todos os seus apartamentos, enquanto que a responsabilidade pelo condomínio congrega os residentes de todos os edifícios, e assim por diante. O grau de acesso, bem como a sensação de responsabilidade por um lugar, às vezes “é uma questão de legislação, mas, em geral, é exclusivamente uma questão de convenção, que é respeitada por todos.” (*Ibidem*, p. 15).

O envolvimento necessário para que haja a apropriação de um espaço pelas pessoas depende também de sua forma e da forma como seu mobiliário foi ordenado. De acordo com William Whyte (1980), que estudou as formas de apropriação do espaço em praças norte-americanas, espaços amplos, sem nenhum elemento que demarque diferenciações e, principalmente, sem qualquer coisa em que as pessoas possam se sentar, são menos atraentes quando a intenção é parar para conversar com outras pessoas, esperar alguém, ou mesmo apenas para observar a movimentação de outras pessoas. Este autor e sua equipe observaram que, em geral, indivíduos ou grupos permanecem próximos a elementos como árvores, canteiros, degraus, colunas ou mesmo o intenso fluxo de pessoas.

Estes elementos funcionam como uma forma de amenizar o aspecto árido que espaços muito amplos podem adquirir quando não estão completamente ocupados por pessoas. Para Hertzberger, deve haver nestes casos também uma espécie de gradação: “As coisas só devem ser grandes quando forem compostas por um conjunto de unidades pequenas, pois dimensões excessivas criam

imediatamente distância e separação.” (HERTZBERGER, 1999, p. 194). Esta forma de compartimentalização espacial gera o que este autor denominou como “capacidade de lugar”:

Este conceito de capacidade de demarcação ou “qualidade de lugar” diz respeito à capacidade variável de um espaço de ser convidativo para grupos maiores ou menores, dependendo de suas proporções e de sua forma. Isto parece estar baseado no equilíbrio exato entre fechamento e abertura, intimidade e exterioridade, que assegura a existência de focos suficientes nos vários lugares para que as pessoas possam se envolver, a ponto de compreenderem que estão juntas num grande todo espacial. (*Ibidem*, p. 198)

Em alguns casos, no entanto, não há uma gradação entre diferentes áreas, seja com relação a seu dimensionamento ou tipo de uso e de ocupação. No espaço urbano, uma forte e rígida demarcação, limitando duas áreas de aspectos muito divergentes, pode ter como resultado o que Jane Jacobs chama de zonas de fronteira desertas. Em *Morte e vida de grandes cidades*, ao analisar o funcionamento de cidades sob a perspectiva de aspectos morfológicos, econômicos e sociais, Jacobs afirma que grandes extensões de uso único funcionam como barreiras no tecido urbano. As fronteiras entre estas áreas e a malha urbana são “quase sempre vistas como passivas, ou pura e simplesmente como limites. No entanto, as fronteiras exercem uma influência ativa.” (JACOBS, 2009, p. 285).

Construções ou lugares como linhas férreas, a orla marítima, campi de universidades, grandes áreas de parque ou de instituições públicas se assemelhando por caracterizar grandes extensões de uso simplificado. Além disso, são locais com pouca diversidade e através dos quais as pessoas que circulam pelas ruas da cidade não podem atravessar, sendo necessário andar ao redor deles. Os limites entre estes espaços e a malha urbana frequentemente se caracterizam como zonas de fronteira desertas e cuja decadência se espraia em direção à malha urbana a seu redor, levando a uma baixa intensidade de uso e a falta de segurança de seu entorno imediato.

De acordo com Jacobs, estes espaços podem gerar diversas situações de restrição ou inibição de uso, tais como: desestímulo à circulação em ambos os lados das calçadas (como no caso de conjuntos habitacionais ou instituições muradas); impedimento à interação de usos entre os dois lados, como no caso de vias férreas; uso específico, apenas em algumas horas do dia ou em alguns meses

do ano, como no caso de parques; ou uso escasso, no caso de grandes terrenos destinados a atividades que demandam poucas pessoas, com uma baixa intensidade do uso do solo.

A autora define, assim, dois tipos de espaço na cidade: o *espaço público* e o espaço especial. O primeiro é constituído pelos espaços usado para a circulação de pedestres, ou seja, ruas, galerias e espaços em que as pessoas transitam livremente. O *espaço especial*, por outro lado, é caracterizado por grandes extensões de uso único ou barreiras, locais por onde as pessoas andam ao redor ou ao longo, mas não através dele. Os *espaços especiais* causariam então uma forma de interferência no uso dos espaços públicos, quebrando a diversidade das ruas e a fluidez no fluxo de pedestres.

Apesar deste aspecto negativo, que pode ser observado em grandes cidades por todo o mundo, Jacobs afirma que os *espaços especiais* e os *espaços públicos* são igualmente necessários para a dinâmica das cidades, tanto pelo contraste entre a calma e o intenso fluxo de pedestres quanto pelo fato de que um alimenta o outro.

“Porém, de outro ângulo, esse espaço especial contribui enormemente para o uso do espaço público. Contribui com pessoas. O solo especial provoca a circulação de todo tipo de pessoa. Faz isso por abriga-las em moradias ou no trabalho ou por atraí-las por outros motivos. Sem construções na cidade, as ruas não têm sentido. Então ambos os tipos de espaço contribuem para a circulação. Mas há sempre alguma tensão nesta inter-relação.” (*ibidem*, p. 291).

Estes dois tipos de espaços convivem, portanto, em uma inter-relação tensionada cujo sucesso depende do quanto que o *espaço especial* ocupa em relação ao *espaço público* e, em contrapartida, o quanto o primeiro pode contribuir com pessoas para o segundo.

Para que *espaços especiais* e *espaços públicos* funcionem contribuindo um para o outro é necessário que os usos oferecidos por cada um tenham certa relação. Por um lado as grandes áreas de uso simplificado devem colocar, justamente em seus limites, áreas de usos atrativos – como no exemplo dado, em que Jacobs propõe colocar as casas de xadrez ou o carrossel que se encontram no meio do parque mais na borda, de modo que sejam mais visíveis e atrativos para as pessoas que passam por ali. Do mesmo modo, as ruas que fazem limite com as áreas especiais devem proporcionar usos que conversem com as atividades destes

espaços como, por exemplo, restaurantes e lanchonetes próximas a quadras esportivas ou riques de patinação de modo que os esportistas possam comer e beber e os que estão nas lanchonetes e restaurantes possam observar o movimento no parque.

Na escala da cidade os males causados por uma demarcação rígida e abrupta entre duas áreas de aspectos diferenciados podem ser mitigados por usos que fazem essa costura entre estes dois espaços, gerando assim, certa permeabilidade. Em escalas reduzidas, a importância da quebra de fronteiras deste tipo assume também um papel central para o bom funcionamento de ambos. Segundo Hertzberger, áreas com demarcações territoriais divergentes, em que há uma separação abrupta entre um espaço de caráter mais privado e outro público (como no caso entre o interior de uma casa cujo acesso se faz diretamente pela via pública), podem ter essa ruptura atenuada pelo que Hertzberger chama de *o intervalo*. Este espaço, muitas vezes de pequenas dimensões, funciona como transição e diálogo, articulando espaços de aspectos divergentes, vigorando também como lugar de encontro entre as pessoas.

O primeiro exemplo deste importante elemento de transição espacial descrito por Hertzberger é o de uma criança sentada na soleira de sua casa, que no caso consiste em uma plataforma mais alta, como um grande degrau de acesso à casa. Esta criança, ao mesmo tempo em que pode se sentir mais independente, ver a rua, estar próxima a seu movimento, sabe que está em segurança, pela proximidade também com sua casa e família.

A soleira como intervalo significa “em primeiro lugar e acima de tudo, criar um espaço para as boas-vindas e as despedidas, e, portanto, é a tradução em termos arquitetônicos da hospitalidade” (HERTZBERGER, 1999, p. 35). Condições para a privacidade e condições para manter os contatos sociais com os outros são igualmente necessários (cf. *Ibidem*, p. 34-35). A soleira é onde já não se está mais na rua, mas também não se está dentro de casa. Ela é também o ponto de partida para a expansão da esfera de influência do âmbito da moradia para o espaço comum. Por ser a intersecção entre estas duas áreas de aspectos divergentes, o *intervalo* se traduz como um espaço que pertence à moradia, mas que, mesmo assim, é acessível física e visualmente a todos:

“A esse respeito, têm uma importância crucial o espaço em volta da porta da frente, o lugar onde a casa

termina e onde começa o espaço da rua de convivência. O que a moradia e a rua de convivência têm a se oferecer mutuamente é o que determina o bom ou o mau funcionamento de ambos.” (*Ibidem*, p. 60).

Hertzberger ressalta, no entanto, que, para isto acontecer e estes espaços se tornarem ponto de partida para a expansão da esfera de influência dos moradores, é preciso que haja demarcações no espaço, que a forma seja “lida” e compreendida pelas pessoas como uma articulação entre a casa e o espaço público: “Até mesmo um pequeno ajustamento, na forma de uma articulação espacial da entrada, pode ser o bastante para estimular a expansão da esfera de influência pessoal.” (*Ibidem*, p. 41). Deste modo, estes espaços se tornam então “uma área da rua com a qual os moradores estão envolvidos, onde marcas individuais são criadas por eles próprios” que “é apropriada conjuntamente e transformada num espaço comunitário.” (*Ibidem*, p. 43).

Demarcações espaciais, como diferentes níveis, pisos ou forma de acesso, contribuem para que as diferentes gradações existentes entre áreas públicas e privadas possam ser lidas pelas pessoas. Assim, os processos que caracterizam a fase de “ação/ transformação” que ocorrem mais livremente em locais de caráter mais privado, como a unidade habitacional ou mesmo o hall dos edifícios, poderão acontecer também nestas áreas intermediárias, onde, em geral, predominam os aspectos de “identificação simbólica”, conforme descreve Pol.

Muitas vezes, contudo, a transição entre áreas de caráter divergente se dá de maneira abrupta, trazendo, assim, certa dificuldade de interpretação e de apropriação destes espaços. Além disso, áreas muito amplas com nenhuma ou pouca demarcação espacial, que não conformam o que Hertzberger denomina como “capacidade de lugar”, tendem a inibir a apropriação por pessoas sozinhas ou por grupos de tamanho reduzido.

Neste capítulo procurei demonstrar os processos através dos quais as pessoas criam vínculos com os lugares nos quais realizam suas atividades cotidianas, transformando, mesmo que apenas de forma simbólica, estes espaços. Por outro lado, a forma construída deve ser também capaz de abrigar as diferentes práticas realizadas por pessoas e grupos diversos. Assim, busquei também demonstrar a importância das áreas intermediárias no processo de apropriação do espaço – através do qual o usuário se torna morador – para a construção de *lugares* e a consolidação do *habitar*.

No capítulo seguinte tratarei de dois elementos da gramática proposta por Mello e Vogel presentes no cenário escolhido como estudo de caso desta pesquisa: o ambiente construído e os aspectos simbólicos do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí. Cabe ressaltar que, no que diz respeito aos aspectos simbólicos deste e outros empreendimentos do PMCMV é possível afirmar que há um *simbolismo a priori*, conforme descrito por Pol, uma vez que o formato em condomínio fechado, adotado pelo Minha Casa Minha Vida, bem como o tipo de trabalho social realizado junto aos futuros moradores deste condomínio, possuem uma carga simbólica prévia.

Conforme apontado por Conceição (2018) a concepção de conjuntos habitacionais em formato de condomínio fechado vem carregada de valores pré-estabelecidos e de um modelo de vida a ser seguido. Segundo este autor, há a intenção de que através de “dispositivos disciplinares-civilizatórios”, ao remanejar uma população de baixa renda para um ambiente como estes condomínios, ter-se-ia então “uma oportunidade de controle e docilização dos pobres” (CERTEAU, 1998, p. 35). Além disso, a própria conformação marcadamente cartesiana destes conjuntos, em que os edifícios se repetem em perfeito alinhamento ao longo de uma rua-estacionamento impõe certa ordem que parecem inibir ou negar espaço para a apropriação do espaço pelos moradores.

Neste sentido, considero fundamental compreender os aspectos políticos e morfológicos que moldam a atual política habitacional do país e as razões que deram forma ao Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí.

3. Dos princípios arraigados no PMCMV às motivações que orientaram a concepção do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí

Contando com um elevado volume de investimentos nunca antes disponível para a finalidade de impactar o déficit habitacional do país, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi concebido como uma solução em larga escala, produzindo unidades habitacionais em massa por todo o país. Algumas das estratégias utilizadas por este Programa podem ser também identificadas em iniciativas de âmbito nacional realizadas anteriormente, tais como a padronização e a escolha de terrenos em áreas periféricas para a construção de grandes conjuntos habitacionais. Refiro-me, no caso, ao período em que atuaram os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), de 1930 a 1964, e a produção do Banco Nacional de Habitação (BNH), que vai de 1964 a 1986.

Analiso primeiramente, portanto, estas políticas habitacionais, levando em consideração seu contexto histórico, bem como alguns dos ideais que guiaram sua produção habitacional. Após esta breve exposição, demonstro em que medida o Programa Minha Casa Minha Vida se insere nesta linhagem de políticas habitacionais que, ao longo do tempo, foram se especializando em construir o maior número de unidades habitacionais pelo menor custo de tempo, de dinheiro, de espaço e, como diz Lefebvre (1978), de pensamento. Apresento também as características arquitetônicas e urbanísticas que permaneceram e aquelas que foram sendo deixadas de lado ao longo da genealogia destes programas habitacionais.

Em seguida, contextualizo o momento de concepção do conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, evidenciando as razões pelas quais este conjunto difere, em parte, de outros empreendimentos realizados pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Apesar de existirem, no Rio de Janeiro, outros conjuntos do PMCMV que se inserem em bairros consolidados e com infraestrutura urbana, esta é uma condição que foge ao padrão deste programa e, portanto um ponto que deve ser também examinado. Outra diferença marcante deste empreendimento é a existência de uma área livre pública, uma espécie de praça, entre os dois condomínios.

Portanto, na segunda parte deste capítulo, investigo as razões que resultaram nas diferenças de implantação e de inserção urbana deste conjunto em

relação a outros do mesmo programa. Neste sentido, foi levado em consideração o local escolhido para sua implantação, o contexto do período entre a contratação do projeto do conjunto, que foi formalizada em 2010, e sua inauguração, em 2014, ambos anos de eleições presidenciais. Tenho como base para esta análise, além disso, uma entrevista realizada com o arquiteto Gustavo Souto, um dos encarregados da obra do Ismael Silva – Zé Ketí e uma entrevista realizada com a Coordenadora de projetos da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ), Carmen Guillén y Viñas.

3.1 Uma herança empobrecida dos ideais modernistas: Dos pioneiros da habitação social no Brasil ao Programa Minha Casa Minha Vida.

O primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) foi realizado em 1928, proposto por Le Corbusier como uma forma de “organizar e unificar o debate da arquitetura moderna” (BARONE, 2002, p. 26). Havia também a intenção de difundir sua influência na política e na sociedade. Um objetivo que pode ser identificado já na Declaração de La Sarraz, o primeiro manifesto elaborado por este grupo de arquitetos modernos, era tirar a arquitetura das amarras da academia e levar para seu verdadeiro campo de atuação: “entre as formas de produção industriais e solucionar os problemas decorrentes do novo contexto social” (*Ibidem*, p. 28). Dois temas principais, que funcionariam como guia dos debates destes Congressos, foram elencados neste momento de fundação: a *habitação social* e a *cidade funcional*.

Predominava, no período anterior à Segunda Guerra, uma visão progressista, influenciada pela crença de que a ciência seria a solução definitiva para as questões da cidade do século XX: “O problema da sociedade industrial era entendido como uma questão a ser superada pelos instrumentos que ela própria geraria, a partir da produção na escala das massas” (*Ibidem*, p. 35). Nestes primeiros Congressos foram tratados temas como: o estudo da moradia mínima, buscando um fator de equilíbrio entre fatores econômicos e funcionais (2º CIAM, 1929); estudos de densidade habitacional, buscando determinar um afastamento ótimo entre os edifícios habitacionais de modo a não só garantir um bom coeficiente de densidade, mas também com a intenção de inserir áreas livres e

verdes entre estes edifícios (3º e 5º CIAM, 1930 e 1937); e, através da elaboração da Carta de Atenas, a definição das quatro funções-chave da cidade funcionalista (4º CIAM, 1933). A padronização e a inserção do processo construtivo na cadeia industrial eram também temas discutidos por estes arquitetos, principalmente por Le Corbusier e Walter Gropius, figuras de liderança dos CIAM.

As discussões acerca da função social do arquiteto e, principalmente sobre a construção de habitação social, influenciaram fortemente a produção de moradia popular realizada a partir da década de 1930 no Brasil. Nabil Bonduki, em *Os pioneiros da habitação social no Brasil* (2014), distingue cinco fases no cenário de mais de cem anos de políticas habitacionais em nosso país. De acordo com este autor, o primeiro momento em que o Estado passa a atuar de forma mais incisiva na questão do déficit habitacional do país é na segunda fase¹¹, a partir da década de 1930, durante a Era Vargas, englobando também os governos de Juscelino Kubitschek e de João Goulart.

3.1.1 Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (1930 – 1964)

Em 1930 Getúlio Vargas suspende o sistema previdenciário vigente, as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), que beneficiava apenas alguns trabalhadores, e os substitui pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), autarquias de nível nacional centralizadas no governo federal. Diferentemente do que ocorria no modelo anterior, o qual era organizado por empresas, os IAPs eram organizados por categorias trabalhistas. Entre a década de 1930 e o golpe civil-militar de 1964, os Institutos foram responsáveis por uma produção arquitetônica e urbanística fortemente influenciada pelas discussões dos CIAM.

No que diz respeito aos conjuntos construídos sob esta influência pelos IAPs, eles se caracterizam, com algumas exceções, pela diversidade de tipologias habitacionais e de soluções formais e construtivas, apesar da padronização de

¹¹ A primeira fase descrita por Bonduki é marcada pela ação ainda muito tímida do poder público: “Essa fase, que grosso modo, coincide com a República Velha, caracterizou-se pelo reconhecimento de que a habitação dos trabalhadores era um problema público. Prevalece, entretanto, a concepção liberal de que o Estado não deveria intervir diretamente na produção e nas regras de locação da moradia, que eram consideradas questões de mercado.” (BONDUKI, 2014, p. 15).

elementos construtivos, como forma de reduzir custos de construção. Segundo Bonduki, o debate sobre a *habitação para o mínimo nível de vida*, realizado no 2º CIAM, influenciou a produção habitacional dos IAPs tornando centrais preocupações como “a racionalização, a produção em larga escala de moradias e a normatização de materiais” (BONDUKI, 1998, p. 43). Havia também neste período um empenho em promover a construção de conjuntos habitacionais próximos aos locais de trabalho e ao acesso ao transporte público (cf. *Idem*, 2014).

Além disso, principalmente no caso do IAPI (Industriários) não se projetava e construía apenas habitação, mas equipamentos como escolas, clubes, igrejas e praças, que foram e ainda são uma contribuição para os bairros onde estes empreendimentos foram construídos. Prevalecia, neste período, o pensamento de que construir habitação significaria também construir cidade: “Coerentemente com o que pensavam os arquitetos modernos, para o IAPI, ‘construir habitações econômicas é fazer ao mesmo tempo e necessariamente urbanismo’ (IAPI 1940)” (*Idem*, 1998, pp. 155). Outro ponto a ser destacado era a opção pela verticalização e o generoso afastamento entre os edifícios, também influenciados pelo movimento moderno, que visavam à liberação da área do térreo como espaço público, garantindo também uma boa ventilação e insolação:

A valorização do espaço público é um dos princípios do urbanismo moderno mais relevante adotado nos planos que orientaram essa produção habitacional. Os projetos foram concebidos com a preocupação de se criar grandes áreas livres públicas e garantir, até mesmo no interior dos edifícios, uma permeabilidade entre o espaço público e o privado (...). Embora parte significativa dos conjuntos residenciais realizados no período fosse autarquizada do tecido urbano, eles não eram cercados e suas áreas livres eram abertas para a cidade. (*Idem*, 2014, p. 341).

A maioria das unidades habitacionais não era vendida aos proprietários, mas alugadas, o que garantia aos Institutos certo controle sobre o que era realizado ou não nestes conjuntos. Assim era possível a manutenção das áreas livres entre os edifícios, que foram mantidas como públicas até o fim dos IAPs, em 1964. A partir do momento em que os Institutos deixaram de existir, os imóveis foram vendidos e estes espaços livres foram privatizados, com muros, adições de cômodos nos apartamentos térreos ou pela transformação destas áreas em estacionamentos.

Grande parte da produção habitacional realizada pelos IAPs apresenta uma contribuição para os bairros onde os conjuntos foram implantados, o que raramente pode ser observado nos empreendimentos de habitação social atuais. O alcance dos conjuntos construídos pelos IAPs como habitação social, contudo, era restrito apenas aos trabalhadores com carteira assinada pertencentes aos respectivos Institutos, não abrangendo o resto da crescente população de baixa renda sem acesso a moradia digna. Conforme Bonduki, “os Institutos de previdência, principais órgãos promotores da habitação social no período, não tinham a missão específica de tratar da questão de moradia e entendiam a inversão imobiliária, em primeiro lugar, como um mecanismo para preservar e ampliar suas reservas.” (*Ibidem*, p. 327). Em outras palavras, a construção de habitação era vista também como uma forma de investir o capital previdenciário visando retorno e ampliação deste capital.

Adotado inicialmente pelo IAPI e posteriormente pelos outros Institutos, o modelo de atuação em três planos deixa claro que a atuação destes Institutos não visava somente à produção de habitação social. Segundo Bonduki (2017), os planos A e B tinham um objetivo social: o plano A destinava-se à locação ou venda de unidades habitacionais construídas pelos Institutos, enquanto que o plano B financiava a aquisição ou construção da moradia a seus associados. Estes planos, no entanto, beneficiavam também associados de média e alta renda. O plano C, por outro lado, tinha como objetivo “assegurar a máxima rentabilidade para as reservas acumuladas” (*Idem*, 2017, p. 113), através de empréstimos hipotecários e de operações imobiliárias como o financiamento de construções diversas e a aquisição de terrenos. A forma de atuação dos IAPs gerou ambiguidades não somente quanto às intenções por trás da construção de habitação social, mas também gerou uma disputa por recursos públicos:

Assim, além da polêmica entra rentabilidade ou função social dos investimentos dos IAPs, havia uma disputa por recursos públicos entre os que lutavam por uma política social de habitação e os incorporadores imobiliários privados, interessados na construção de apartamentos de luxo. Disputa que, na verdade, nunca mais deixou de existir. (*Ibidem*, p. 113)

3.1.2 O Banco Nacional de Habitação (1964 – 1986)

Em 1964, o golpe civil-militar encerra precocemente o governo do então presidente, João Goulart, dando início ao regime militar que se estenderá pelas próximas duas décadas. Neste mesmo ano é criada uma comissão responsável pela reformulação do sistema previdenciário que funde os IAPs, criando o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), atualmente o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em agosto de 1964 é criado também o Banco Nacional de Habitação, pela lei nº 4.380. Entre 1964 e 1986 a promoção de habitação social se dá por meio do BNH, sendo este o período considerado por Bonduki como a terceira fase no cenário de políticas habitacionais do país que, apesar de ser “um momento de cercamento das liberdades democráticas e de fortalecimento dos setores conservadores” (BONDUKI, 2014, p. 63), realizou alterações necessárias no que diz respeito à política habitacional nacional. Dentre elas a unificação da previdência, a centralização da produção de habitação social pelo BNH e a criação de um novo Sistema Financeiro da Habitação, que incluía o uso os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento de habitação de interesse social.

A política habitacional do BNH teve, contudo, um duplo objetivo, de forma semelhante, porém mais ampla, do que no caso dos IAPs. Em 1964 o país passava por uma grave crise política e econômica, com crescimento estagnado e inflação de quase 100%. Assim, além do papel social atribuído ao recém-criado Banco, este tinha também um papel de movimentação econômica, através do setor da construção civil e da geração de empregos. Segundo Roberto Campos, Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-1967):

A prioridade dada ao SFH, imediatamente após a reforma fiscal de emergência, visava em parte dar resposta a um dos desafios políticos do governo Goulart – o problema habitacional – e em parte servia de medida anti-recessiva durante o período de ajuste, pela ativação da indústria de construção, notoriamente intensiva de mão de obra (CAMPOS, 1994, p. 652).

A produção deste período se destaca pela construção em massa, com uma produção numericamente mais expressiva que a dos IAPs (175 mil unidades), chegando a 4,5 milhões de unidades habitacionais em seus vinte e dois anos de atuação. Por outro lado, segundo Bonduki, as regras para a obtenção do

financiamento pelo BNH e a ausência de um subsídio direto, limitaram o acesso aos recursos do Sistema de Financiamento da Habitação “aos trabalhadores formais que pudessem comprovar um rendimento estável compatível com as condições de acesso ao crédito” (BONDUKI, 2014, p. 65).

Foi somente a partir da década de 1970, com a criação de programas como o PROFILURB, o PRO-MORAR, e o Programa João de Barro. De acordo com Nakano e Rolnik (2009) somente um terço da produção do BNH chegou a beneficiar famílias de baixa renda, sempre nas periferias urbanas, caracterizadas por não haver “acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos. Enfim, por não ser cidade.” (NAKANO e ROLNIK, 2009). A produção habitacional massiva e homogênea deste período passa a ter uma imagem fortemente negativa já a partir do final da década de 70, crescendo cada vez mais conforme se fortaleciam os movimentos de oposição ao regime militar.

Os princípios modernistas que nortearam os projetos habitacionais no período dos IAPs, que favoreciam a qualidade arquitetônica e urbanística destes conjuntos e, conseqüentemente, uma expansão qualitativa da cidade, foram, portanto, ao longo do tempo se diluindo, permanecendo apenas as questões relativas à racionalização da construção e a busca pelo barateamento cada vez maior dos custos da produção de unidades habitacionais:

Houve, assim, uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna, perdendo-se os generosos e desafiadores horizontes sociais, onde o resultado econômico não deveria se desligar da busca de qualidade arquitetônica e urbanística, e da renovação do modo de morar, com a valorização do espaço público. Essa incorporação parcial gerou, em consequência, o empobrecimento gradativo dos projetos habitacionais ainda ao final do período dos IAPs, chegando ao seu clímax na massiva produção implementada pelo BNH a partir de 1964, onde se manifesta apenas a busca cega e inútil pela redução de custos, sem levar em conta as outras perspectivas propostas pela arquitetura moderna. Com isso introduziu-se, no repertório da habitação social brasileira, um suposto racionalismo formal desprovido de conteúdo, consubstanciado em projetos de péssima qualidade, monótonos, desvinculados do contexto urbano e do meio físico e, principalmente, desprovidos de um projeto social. (BONDUKI, 1998, p. 134)

Aspectos como a padronização e implantação racionalista, que rompe com a malha tradicional da cidade, apesar de figurarem como elementos da arquitetura e do urbanismo moderno são, neste momento, aproveitados puramente por questões de redução de custo. A desvalorização das áreas livres entre os edifícios é um dos aspectos notáveis neste período. Os espaços que antes eram vistos como forma de permeabilidade entre a cidade e os conjuntos habitacionais, tornam-se neste período, espaços residuais, com poucas possibilidade de uso pelos moradores.

Com o fim do regime militar e o início do período de redemocratização do país se inicia a quarta fase na produção habitacional brasileira. Apesar do baixo volume de subsídios por parte do governo, esta fase “se destacam por ter recuperado a diversidade, a qualidade do projeto arquitetônico e novas formas de inserção urbana” (*Idem*, 2014, p. 16). Esta fase, que dura pouco mais de duas décadas, se caracteriza também pela descentralização, com maior iniciativa por parte dos estados e dos municípios.

3.1.3 O Programa Minha Casa Minha Vida (2009)

Em março de 2009, durante o segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Este programa é apresentado tanto como uma resposta em larga escala ao déficit habitacional brasileiro quanto como uma forma de mitigar os efeitos da crise econômica que impactou o mundo a partir de 2008. As ferramentas que viabilizam o Programa e que possibilitam que este alcance as camadas de renda mais baixa da população foram também formas de reaquecer o mercado da construção civil, cujo impacto abrange a economia como um todo. Segundo Adauto Lúcio Cardoso e Thêmis Amorim Aragão:

Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, este Programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além dos subsídios, o PMCMV aumentou o volume de crédito para aquisição e produção de habitações, ao mesmo tempo em que reduziu os juros. Com a criação do Fundo Garantidor da Habitação, foram aportados recursos para pagamento das prestações em caso de inadimplência por desemprego e outras eventualidades. Desta forma, buscou-se manter o desenvolvimento do setor imobiliário e reaquecer as atividades do ramo da construção

civil, que experimentava uma fase de intenso crescimento desde 2006, mas que vinha sofrendo impactos da crise econômica. (CARDOSO e ARAGÃO, 2013, p. 35)

A proposta do Programa em sua primeira fase, que vigorou de 2010 a 2011, era o financiamento de um milhão de moradias, de modo a ampliar o mercado imobiliário para famílias com renda de até dez salários mínimos. Destas, 400 mil unidades habitacionais seriam destinadas à faixa de renda entre zero e três salários mínimos, que em 2009 constituía 90% do déficit habitacional do país (cf. ROLNIK & NAKANO, 2009). Para famílias com renda de três a seis salários mínimos a meta era também de 400 mil unidades, enquanto que para a faixa de seis a dez salários mínimos a meta era de 200 mil unidades.

Em 2009 foram publicados artigos de autores que, cientes da proposta do PMCMV, já adiantavam alguns de seus pontos positivos e alertavam sobre possíveis impactos negativos da implantação do Programa nas cidades brasileiras. Maricato (2009), por exemplo, ressalta o fato de que um cenário com elevados índices de desemprego pode ter como consequência direta o aumento da violência urbana, sendo assim, urgente uma medida econômica que favoreça a geração de empregos no país. Nesse sentido, “o governo acerta quando remete à construção civil o foco da tarefa, pois ela cria demandas para trás (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia, etc.) e para a frente (eletrodomésticos, mobiliários, para as novas moradias) e, consequentemente muito emprego.” (MARICATO, 2009).

Além disso, Maricato elogia a meta do Programa de atender famílias com renda de até três salários mínimos. A autora afirma, no entanto, que há uma desproporção: enquanto que as famílias com renda de até três salários mínimos constituem 90% do déficit habitacional do país, são destinadas a elas somente 40% da meta total do Programa. Por fim, como principal crítica, Maricato identifica que não há qualquer menção a aspectos urbanísticos, não havendo também a incorporação de avanços feitos em questão de habitação social no país nos últimos anos: “em matéria urbanística podemos prever, com toda a certeza, alguns impactos negativos que os novos conjuntos irão gerar por suas localizações inadequadas.” (*Ibidem*).

Rolnik e Nakano (2009) reforçam a crítica à falta de conteúdo de questões urbanísticas e fundiárias no escopo do PMCMV, que estaria, portanto, confundindo “política habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção” (NAKANO e ROLNIK, 2009). Os autores alertam para

as graves consequências sociais que a falta de conexão deste programa com qualquer estratégia urbanística poderia gerar, principalmente no que diz respeito à segregação socioespacial, prevendo a localização periférica dos conjuntos habitacionais que seriam construídos com os recursos do Programa Minha Casa Minha Vida.

As críticas direcionadas ao Programa no ano de seu lançamento, e que seguem sendo realizadas ao longo de sua existência, podem ser explicadas por duas contradições do PMCMV assinaladas por Cardoso e Aragão (2013). De acordo com estes autores, essas duas contradições se articulam, sendo a primeira em relação aos objetivos do Programa, que busca, ao mesmo tempo, impactar o déficit habitacional e estimular a economia, ampliando o mercado habitacional, incluindo famílias de mais baixa renda (de zero a três salários mínimos), mas sem deixar de fora famílias de classe média (de seis a dez salários mínimos). Isto significaria, segundo Cardoso e Aragão, a necessidade de resposta em larga escala e em um curto espaço de tempo, o que acaba por excluir etapas de projeto e de planejamento que articulariam a produção habitacional a questões fundiárias e urbanísticas.

A segunda contradição diz respeito ao privilégio dado ao setor privado na consolidação desta política habitacional, apesar de toda a experiência acumulada pelo setor público em experiências alternativas de combate ao déficit habitacional, principalmente nos anos que seguiram entre 1986 e 2009. Os recursos do PMCMV são distribuídos aos estados brasileiros de forma proporcional à estimativa de déficit habitacional de cada um. Cabe aos municípios, de acordo com a cartilha da CAIXA, o cadastramento de famílias de acordo com as faixas de renda estipuladas pelo Programa. Além disso, como ressaltado por Cardoso e Aragão, compete também aos municípios facilitar e agilizar o processo de contratação de empresas para a construção de conjuntos habitacionais através da “isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos do MCMV.” (CARDOSO e ARAGÃO, 2013, p. 36).

Segundo Rolnik o Programa Minha Casa Minha Vida “é representativo de padrões específicos entre agentes políticos e privados no capitalismo brasileiro.” (ROLNIK, 2015, p. 309). Se por um lado o Programa possibilitou o acesso à casa

própria a famílias de baixa renda, por outro, o Programa ajudou também muitas empresas do setor imobiliário a escaparem de suas rotas rumo à falência durante a crise econômica de 2008:

Não há dúvida de que o setor imobiliário e, especialmente as incorporadoras financeiras e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, já que este não só os salvou da derrocada, como impulsionou o valor de suas ações. Realizados seus lucros, essas grandes empresas, que foram as que mais lançaram unidades no programa em sua primeira fase, começam lentamente a deixá-lo na fase 2, voltando-se para seus nichos mais tradicionais de mercado (ROLNIK, 2015, p. 305)

Ao longo dos seus nove anos de existência, o Programa Minha Casa Minha Vida tem passado por reformulações que modificam os requisitos projetuais dos conjuntos habitacionais e os limites de renda de cada faixa do Programa. Em 2011, ao assumir a presidência, Dilma Rousseff anuncia a segunda fase do Programa, que iria até 2014, com a meta de produção de dois milhões de novas unidades habitacionais. Além de dobrar a meta anterior, a segunda fase prevê também novos parâmetros construtivos para as unidades habitacionais, visando melhorar a qualidade dos imóveis construídos. A área construída de unidades unifamiliares construídas pelo programa passou de 35 m² para 39 m², enquanto que os apartamentos passaram de 42 m² para 45,5 m². O valor médio das unidades foi também reajustado, de R\$ 42 mil para R\$ 55.188,00. Além disso, nesta segunda fase, as unidades seriam entregues com revestimentos em todos os cômodos (na primeira fase somente as áreas molhadas eram entregues com revestimento).

Dentre as mudanças mais significativas propostas nesta reformulação estão também: a possibilidade de que mulheres chefes de família passem a poder assinar os contratos, independentemente de seu estado civil; e as famílias beneficiadas pela faixa 1 do Programa podem vender seu imóvel antes dos dez anos de moradia, caso já tenham pago seu valor total, incluindo o subsídio dado pelo poder público.

A terceira fase do Programa é anunciada em 2016, também pela ex-presidente Dilma Rousseff, e apresenta mudanças em relação às faixas de renda contempladas pelo Programa e a aspectos construtivos e de implantação dos conjuntos. Além do aumento do valor das unidades e do acréscimo em dois metros quadrados na área dos imóveis, foram anunciadas melhorias qualitativas

para os imóveis. Dentre elas, isolamento térmico e acústico e a incorporação de itens de sustentabilidade, tais como: aeradores de torneira, válvulas de descarga com acionamento duplo, sensores de presença para a iluminação de áreas comuns, bombas de água com certificação Procel e sistemas alternativos de aquecimento solar. Outros dois pontos destacados nesta reformulação são: a arborização obrigatória e uma melhor inserção urbana. Nesta fase os projetos deverão ser projetados na forma de loteamentos, com ruas públicas e conectadas ao restante do bairro ou da cidade. As ruas e calçadas deverão ser dimensionadas de forma a comportar diferentes modos de transporte e arborização.

Em maio de 2016, no entanto, Dilma Rouseff foi afastada da presidência através do processo de impeachment, assumindo então Michel Temer, seu vice. Neste ano, foi realizado um balanço do Programa, avaliando seus principais resultados e propondo melhorias. Segundo esta avaliação, até 2016 foram contratadas 4.542.599 unidades habitacionais, das quais 3.248.672 foram entregues até o fim deste ano. Foi proposto o aperfeiçoamento do planejamento e do uso do orçamento público, com maior controle e transparência, além da melhoria desta política pública, com maior discussão e participação das três esferas de governo ¹².

Em fevereiro de 2017 Michel Temer anuncia a permanência do Programa Minha Casa Minha Vida reafirmando seu caráter tanto como uma medida econômica quanto como uma política habitacional:

Houve uma interação de trabalho dos vários ministérios para que nós pudéssemos, mais uma vez, apresentar uma espécie de reformulação do Minha Casa Minha Vida, mas sim procurando a idéia de que esta reformulação combaterá uma das angústias do nosso sistema que é exatamente o desemprego. (...) O que vemos hoje é a combinação virtuosa de estímulo ao setor com o fortalecimento de um programa social da maior relevância que é o Minha Casa Minha Vida. Portanto, se de um lado nós prestigiamos o setor produtivo do país, que é a iniciativa privada, de outro estamos também apontando para a responsabilidade social do governo quando tratamos do Minha Casa Minha Vida (TEMER, 2017).¹³

¹² Informativo de avaliação de políticas públicas, disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/informativos/avaliacao-de-politicas-publicas-programa-minha-casa-minha-vida-feff>>

¹³ Trecho do discurso proferido por Michel Temer (março de 2017). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Obf9ZAunLbY>>.

Nesta última reformulação não foram divulgadas quaisquer mudanças no que diz respeito a melhorias nos imóveis e inserção urbana dos conjuntos.

Por um lado o PMCMV foi o programa habitacional de âmbito nacional que beneficiou o maior número de famílias de mais baixa renda, que de outra forma não teriam acesso à casa própria e que contabilizam a maior parcela do déficit habitacional do país¹⁴. Por outro lado, é preciso fazer uma ressalva quanto ao modo como essas famílias têm sido atendidas pelo Programa. Ao longo de nove anos de existência, com uma produção massiva de habitações, o PMCMV foi e continua sendo objeto de inúmeros estudos. Muitos deles confirmam as previsões feitas no ano de seu lançamento, em 2009, principalmente no que diz respeito à falta de diálogo entre esta política habitacional e questões urbanísticas e fundiárias. Autores como Andrade (2015) e Benetti (2012) argumentam que este programa representa, na verdade um retrocesso arquitetônico e urbanístico, “repetindo de fato as más soluções do passado” (BENETTI, 2012, p. 78).

Dentre as críticas já realizadas aos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, duas se destacam por argumentarem que este Programa não leva em consideração o modo de habitar de seus futuros moradores. A primeira, elaborada por Benetti, diz respeito à representação da moradia para os mais pobres, que difere daquilo que é de fato ofertado para eles:

A habitação, para as camadas populares nunca teve nem terá o mesmo significado que para outras camadas sociais. O evidente papel que ela desempenha na melhoria social é negligenciado pelas políticas atuais, preocupadas em fornecer o objeto [habitação] sem pensar na oferta de cidade que a deve acompanhar. (*Ibidem*, p.8)

A casa, para as camadas populares, não é simplesmente abrigo, mas a “possibilidade de reprodução e inserção social” (*Ibidem*, p.87). A moradia é o lugar que pode expandir, no caso do crescimento da família, e que tem papel econômico, no sentido de abrigar atividades comerciais e de serviços, bem como pela possibilidade de se expandir, criando cômodos para aluguel. Apesar da rigidez construtiva que não permite quaisquer modificações nas unidades habitacionais, é possível encontrar em muitos dos empreendimentos do PMCMV apartamentos nos quais um dos cômodos é adaptado, seja para local de venda, principalmente como mercearia, ou para a prestação de serviços.

¹⁴ Em 2014, ano mais recente em que consta o dado do déficit habitacional em relação à faixas de renda, a população com renda de zero a três salários mínimos constituía 83,9% do total.

Além de ser uma prática comum em assentamentos informais, como forma de complementação de renda, o uso das habitações para este fim se faz necessário também pela elevação do custo de vida dos moradores nos conjuntos do PMCMV. Com a mudança para o novo local de moradia, somam-se aos gastos destas famílias, além das contas de energia elétrica, água e gás, as cotas condominiais. Segundo Rolnik, quando considerada a taxa condominial, o comprometimento da renda destas famílias pode chegar a até 77% de sua renda total (cf. ROLNIK, 2015, p. 314).

Além de uma forma de complementação de renda, as atividades exercidas pelos moradores destes empreendimentos geram também redes de sociabilidade, conforme pude observar em visitas a empreendimentos do PMCMV e através de revisão bibliográfica. Em um condomínio em Duque de Caxias, por exemplo, muitos dos moradores entrevistados¹⁵ afirmaram ter receio em conhecer seus vizinhos por questões de desconfiança quanto à origem e índole deles. Após algumas entrevistas, no entanto, percebi que, mesmo assim, alguns vizinhos se conheciam e mantinham relações sociais graças a vendas e serviços prestados entre eles. Tais transações ocorriam inicialmente por meio virtual, através de um grupo de Whatsapp e, em alguns casos, após a venda ou o serviço, estes vizinhos passavam a manter contato entre si.

Em alguns casos, os apartamentos térreos adaptam um de seus cômodos e fazem uso das janelas como balcão de vendas de artigos que vão desde produtos básicos de limpeza e alimentícios a bebidas alcoólicas. Pesquisas como o estudo de caso em Santa Cruz realizado sob a coordenação de Luciana Andrade e os estudos de caso de Rodrigo Ribeiro no bairro Carioca e no Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí revelam como estes usos podem acabar gerando certa vitalidade para as áreas de uso comum destes empreendimentos.

¹⁵ Visita realizada em Setembro de 2017, no período em que busquei definir um estudo de caso para esta pesquisa.



Figura 1 - Adaptações de unidades habitacionais em um conjunto do PMCMV. Fonte: Andrade (2015)

Estas adaptações e improvisos realizados pelos moradores evidenciam a inadequação destes conjuntos em relação ao habitar destas famílias, isto é, da forma como interpretam e se relacionam com seu ambiente. Nos condomínios estudados por Andrade em Santa Cruz, por exemplo, os entrevistados manifestam descontentamento em relação à falta de espaços externos, principalmente de quintais. Outra questão levantada pelo estudo é insatisfação dos moradores pela opção por blocos de apartamentos, uma vez que o entorno imediato é constituído basicamente por casas de um a dois pavimentos.

No artigo publicado em *Minha casa... E a cidade?* (2015) Rolnik et al. também apontam as deficiências do Programa no que diz respeito à adequação cultural em relação a seus habitantes. Ao analisar sete empreendimentos construídos no estado de São Paulo, os autores afirmam que “as entrevistas são reveladoras de que esses projetos não compreendem as várias formas de morar e de organizar a vida no espaço” (ROLNIK, et al., 2015, p. 403). Dentre as respostas obtidas em entrevistas com os moradores há um conjunto de ambientes na nova moradia os quais eles sentem falta, como: quintal, área de serviço ou espaços externos (varandas, sacadas etc.). De acordo com o artigo, os projetos “carimbo¹⁶” do PMCMV são construídos para um padrão de família que em grande parte não corresponde à realidade e não tem possibilidade de adequação para as famílias fora deste padrão.

Não há, além disso, qualquer preocupação com os espaços livres dos empreendimentos financiados pelo PMCMV. Em uma análise de quatro conjuntos do PMCMV, o Laboratório de Pesquisa de Habitação e Forma Urbana do

¹⁶ O termo “carimbo” diz respeito à padronização destes conjuntos em que um mesmo modelo de edifício com apartamentos de plantas idênticas, é replicado por todo o conjunto.

PROURB destaca a pobreza espacial das áreas de uso comum destes condomínios. Conforme já mencionado, nos empreendimentos financiados pelo PMCMV os edifícios são alinhados sempre ao longo de uma rua-estacionamento privativa dos condomínios. Este tipo de configuração faz com que o acesso a todos os edifícios seja semelhante, gerando percursos monótonos e áridos entre a entrada do condomínio e os edifícios:



Figura 2 – Acesso aos edifícios pela rua-estacionamento em quatro empreendimentos do PMCMV.
Fonte: Benetti, Pely e Andreoli (2017).

Além disso, a tipologia empregada nestes empreendimentos tem o acesso aos apartamentos realizado diretamente pelas escadas, sem o espaço do hall que há no caso das plantas em “H”. Assim, não há, de fato, qualquer espaço de transição entre o apartamento e o espaço público do condomínio. Este tipo de encontro abrupto entre dois espaços díspares dificulta o processo de expansão da esfera de influência dos moradores nos espaços de uso comum nestes casos. Além disso, a implantação de forma alinhada à rua deixa espaçamentos residuais mínimos entre os blocos de apartamentos. A falta de espaços de transição, somada a má qualidade espacial das áreas livres destes empreendimentos, são fatores que podem desestimular a expansão da esfera de influência do morador, a partir do

espaço privado de seu apartamento em direção a uma apropriação coletiva do espaço comum do conjunto.

A pesquisa realizada pelo Laboratório de Pesquisa de Habitação e Forma Urbana do PROURB descreve, contudo, algumas formas de apropriação do espaço por parte dos moradores, de forma individual, tais como o cercamento de algumas áreas gramadas e o uso da circulação vertical dos edifícios como local para estender roupas. Estas apropriações, no entanto, não configuram formas positivas de sociabilidade entre os moradores destes conjuntos:

Dentro de um cenário de escassez, as pequenas parcelas do espaço capazes de serem apropriadas de forma particular são concebidas como territórios de disputa, ou por vezes, negligenciados e evitados como espaços públicos. Desta forma, tencionam entre as condições de conflito devido a importância do acréscimo espacial, assim como geram áreas residuais com pouco controle e grande percepção de insegurança, que paulatinamente convertem-se em espaços degradados pela pouca manutenção e pouca aderência com as práticas de apropriação. (BENETTI, PECLY e ANDREOLI, 2017, p. 127)

Em outro caso, estas pesquisadoras atribuem também estes conflitos relativos às formas de apropriação do espaço à falta de definições espaciais: “sem uma clara definição da fachada principal e posterior nas demais edificações, e ausência de espaço livre privado, a apropriação do espaço comum torna-se um campo propício para situações de conflitos, ‘todos acham que a área na frente da casa é dele’” (ALBERNAZ e ANDRADE, 2015, p. 65). Dentre as formas de apropriação do espaço apontadas como problemáticas neste estudo está o uso do espaço aéreo e de cercas como locais para a secagem de roupas e a área da frente das unidades para o armazenamento de pertences dos moradores, apesar do risco de “sumiço”.

No que diz respeito às áreas de lazer, obrigatórias em cada condomínio do PMCMV¹⁷, o estudo realizado em um conjunto em Queimados aponta que tanto sua localização quanto dimensionamento são inadequados, considerando a demanda que deve ser atendida:

Percebemos que essas áreas quase sempre são alocadas no recuo do terreno ou em áreas que “sobraram”, nos afastamentos dos prédios, onde não caberia um bloco de habitação. Nesse contexto, acreditamos que a alta densidade dos conjuntos são

¹⁷ Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011.

prejudiciais à criação de boas áreas de convivência. (CARVALHO, PATRÍCIO e SCHUETT, 2014)

Na quinta e atual fase de políticas habitacionais no Brasil, marcada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, predomina, portanto, uma visão que privilegia a produção de habitação em massa, negligenciando a qualidade final dos conjuntos habitacionais. As características negativas desta fase, fruto de um governo democrático, se assemelham, em termos arquitetônicos e urbanísticos, ao período de produção habitacional do regime militar. A propagação da idéia de casa própria que se faz presente no ideário do BNH faz também parte da propaganda do PMCMV. Duas diferenças devem, contudo, ser ressaltadas: a opção pela tipologia dos conjuntos em condomínios fechados e o fato de que a construção de habitação é agora realizada pela iniciativa privada com recursos públicos.

Além disso, o modo como o Programa evoluiu ao longo dos anos aponta para um desequilíbrio, no qual pesa mais a faceta de medida econômica, com a finalidade de impulsionar o setor da construção civil do que sua face social, cujo objetivo seria o de impactar o déficit habitacional do país. De acordo com dados do Relatório *Programa Minha Casa Minha Vida: subsídios para a avaliação dos planos e orçamentos da política pública* (2017), das 3,2 milhões de unidades habitacionais entregues entre 2009 e 2016, apenas 1,1 milhões (35%) foram entregues à faixa 1, que recebe o maior montante de subsídio do governo. As faixas 1.5, 2 e 3 pagam o valor quase integral das unidades habitacionais financiadas pelo Programa.

3.1.4 A persistente negligência em relação ao habitar

Na linhagem de políticas habitacionais centralizadas na figura do Governo Federal é possível observar que alguns traços e preocupações recebem maior foco em relação a outros, que acabam sendo deixados de lado. Permanecem aqueles que são compatíveis com os interesses dos que atualmente são os responsáveis pela produção habitacional do país, isto é, do setor privado, que tem como principal órgão regulador um banco - que, portanto, atua visando à redução de riscos, evitando investimentos sem retorno garantido.

Os conjuntos habitacionais construídos pelos IAPs, os financiados pelo BNH e os atuais, representados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, seguem princípios semelhantes em relação à redução de custos, tais como: a racionalização da forma arquitetônica através da eliminação de ornamentos; a padronização de elementos construtivos, visando à produção em massa; a verticalização; e a escolha de terrenos afastados dos centros urbanos, com o objetivo de reduzir o custo final das unidades habitacionais, tornando-as acessíveis à população de menor poder aquisitivo. Podemos apontar, contudo, como principais fatores de diferenciação entre os conjuntos construídos pelos IAPs e aqueles erguidos pelo BNH e pelo PMCMV: a preocupação com a mobilidade; com a qualidade arquitetônica dos edifícios e apartamentos; e, sobretudo, com a valorização dos espaços públicos que havia nos conjuntos realizados nas décadas de 1930 a 1960.

A arquitetura funcionalista, que influenciou a construção dos primeiros grandes conjuntos habitacionais brasileiros, foi duramente criticada, principalmente na Europa, por seu racionalismo extremo, cujos resultados construídos se afastavam do que seria uma arquitetura voltada para a vida, conectada com o lugar em que se insere. Discussões acerca da ideia de *lugar*, do retorno a um contato com a história e com o contexto em que um projeto arquitetônico é construído, datam de meados do século XX, particularmente em reação ao pensamento funcionalista que dominava a disciplina arquitetônica desde o início deste século.

Tais críticas se mantêm válidas uma vez que na atual produção habitacional, a do Programa Minha Casa Minha Vida, a habitação segue como uma função emancipada na cidade. Nos princípios modernistas estabelecidos pelos CIAM, contudo, esta função, apesar de autônoma, se articulava com as funções de trabalhar, do lazer e de circular. Tal aspecto era observado na produção habitacional realizada pelos IAPs: buscavam a implantação dos conjuntos próxima às principais redes viárias (os ramais de trem e a recém-construída Avenida Brasil) e aos locais de trabalho de seus futuros moradores. Além disso, os projetos previam equipamentos e valorizavam áreas livres públicas, na convicção de que a habitação plena se realiza em todas as atividades da esfera da vida humana. O enfoque dado na ideia de casa própria do Programa Minha Casa Minha Vida parece funcionar não somente como forma de promoção do

Programa, mas como uma espécie de justificativa para uma lógica em que construir habitação pode significar apenas a construção de unidades habitacionais.

Além disso, os espaços antes gerados por uma forma de pensar pautada em bases científicas e na lógica são ainda hoje produzidos. O espaço produzido pelo modernismo e pelo estilo internacional é também descrito por Segaud como um espaço alienado, “já que a programática no espaço inscreve, na prática, a impossibilidade de o usuário fabricar seu próprio espaço; este aparece como propriedade alheia, do tecnocrata, e não como o lugar de desenvolvimento do indivíduo”. (SEGAUD, 2016, p. 69)

O que muda na atual produção é o fato de que os espaços antes pensados segundo cálculos de insolação, de ventilação e de densidade, são hoje resultado da articulação entre o esforço em construir o maior número de unidades habitacionais por metragem quadrada e a legislação que determina os afastamentos entre um edifício e outro. Ambas as motivações acabam gerando um espaço geométrico, cartesiano, em oposição ao que é o espaço habitado, existencial, uma construção a partir de uma experiência resultante de uma percepção fenomenológica dos lugares (cf. SOLA-MORALES, 1991, p. 28).

Para Pallasmaa, do mesmo modo que a arquitetura pode acomodar nossos sonhos, desejos e memórias, ela pode, por outro lado rejeitar o *habitar*. Isso poderia acontecer tanto no caso em que a arquitetura nos afasta dos fenômenos do mundo quanto no caso em que não se permite “contaminar” por nossa essência. Enquanto que uma arquitetura que acomoda é pensada segundo o *habitar*, admitindo e estimulando adaptações por parte de seus habitantes, uma arquitetura que rejeita seria aquela que se impõe para as pessoas através de uma ordem intocável.

Esta imposição vinda de cima, contudo, tem um fim. Salvo em alguns casos em que o poder público se mantém presente fiscalizando e limitando as atividades dos moradores, como em exemplos dados por Ribeiro (2016) em seu estudo sobre o conjunto de Triagem, do Minha Casa Minha Vida, o controle sobre as formas de apropriação do espaço de um projeto termina quando este é concluído. De acordo com Mello e Vogel, é a partir deste ponto que a verdadeira produção do espaço começa a acontecer:

Em geral, os resultados reais da atividade do cientista, do planejador, do administrador, do técnico, do político sobre as

idades começam quando toda essa gente sai de cena. Quando os seus projetos deixam de ser mapas, memoriais, orçamentos, leis, decretos ou planos financeiros e se transformam em uma linguagem física decodificável no dia a dia. (...) Na verdade, estão é começando, passando das abstrações estáticas às práticas sociais contaminadoras e cambiantes que caracterizam o que é urbano. (MELLO, VOGEL e MOLLICA, 2017, p. 29)

Assim se estabelece um embate, entre um espaço alienante, feito para “educar” as massas e pensado segundo aspectos econômicos, e as táticas¹⁸ que as pessoas desenvolvem de forma a produzir seu próprio espaço.

3.2 Contextualização da concepção do projeto do Conjunto

Ismael Silva – Zé Ketí

O Conjunto Ismael Silva Zé Ketí (ver anexo 1) apresenta muitos dos elementos típicos de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: a opção pelo formato em condomínio fechado que constitui uma forma de segregação urbana e também uma maneira de impor certo tipo de conduta aos moradores; os edifícios em “H” com planta padronizada, replicados ao longo de uma rua-estacionamento e que não levam em consideração os diversos tipos de família que irão abrigar; e a construção de versões empobrecidas de equipamentos de lazer encontrados em condomínios de classes média e alta, como salão de festas, quadra e parquinho infantil. Existem, no entanto, algumas particularidades neste Conjunto, tais como sua localização, sua implantação e a área livre pública entre os dois condomínios e a Clínica da Família.

No que diz respeito à localização, o Conjunto foi construído sobre as fundações ainda remanescentes do Complexo Penitenciário Frei Caneca no bairro Estácio, na zona central da cidade do Rio de Janeiro. A construção de um conjunto habitacional destinado à faixa 1¹⁹ do Programa Minha Casa Minha Vida

¹⁸ Segundo Michel de Certeau, as táticas “tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhos. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião.’” (CERTEAU, 1998, Pp. 46-47). Certeau diferencia táticas de estratégias, sendo esta última identificada como “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’.”

¹⁹ Segundo a Prefeitura do Rio, 65% das unidades deste conjunto foram ocupadas por famílias cadastradas pela Prefeitura do Rio, após ficarem desabrigadas pelas chuvas que em 2010 atingiram as comunidades Rocinha, em São Conrado; Prazeres, em Santa Teresa; Turano, no Rio Comprido; Santos Rodrigues e Azevedo Lima, no Complexo do São Carlos, no Estácio. Os 35% restante das

não foi, contudo, a primeira opção proposta para este terreno. No período que seguiu entre o anúncio da desativação do Complexo Penitenciário até sua implosão em 2010 pelo menos mais outros dois projetos foram propostos para ocupar o lugar do antigo presídio.

A primeira proposta para este terreno já era anunciada em 2003, quando o presídio Nelson Hungria, que fazia parte do Complexo, foi demolido. Foi anunciada a construção, pela Prefeitura, de um conjunto com 700 unidades habitacionais cuja prioridade de ocupação seria de policiais militares e bombeiros. Três anos mais tarde, ao anunciar a desativação do Complexo Penitenciário, o jornal *O Estado de São Paulo* reportou também a proposta do conjunto de 700 unidades como abortada. A desistência por este projeto teria sido motivada pelos conflitos constantes nos morros que circundam o terreno, que abrigam favelas comandadas por facções rivais. Nesta mesma reportagem afirma-se que havia incerteza quanto à destinação dada ao terreno do Complexo Penitenciário. Dentre as opções cogitadas por Rosinha Matheus, governadora do Estado na época, estava a construção de um batalhão da polícia militar ou uma área de lazer.

Segundo Carmen Guillén y Viñas, Coordenadora de Projetos da CEHAB-RJ, havia também um projeto proposto pela CEHAB para este terreno, que incluía habitação de interesse social, um centro comercial e equipamentos de educação e de lazer. Este projeto tinha como uma de suas diretrizes a preservação de parte do Complexo Penitenciário, por seu valor histórico e arquitetônico. A intenção era conservar: o edifício administrativo, por seu bom estado de conservação e por seus acabamentos refinados; um dos pavilhões de celas, que seria adaptado para outro uso; e o portal, tombado pelo decreto nº 40705 de 2015²⁰. O projeto da CEHAB-RJ era dividido em três núcleos: habitacional, educacional e de equipamentos comunitários. Outra importante diretriz deste projeto era o atendimento não só aos moradores do núcleo habitacional, mas atender também os moradores dos bairros do entorno. O anteprojeto desta proposta pode ser observado na imagem abaixo:

unidades do conjunto beneficiam os índios da Aldeia Maracanã (ocupação do antigo Museu do Índio, no Maracanã) e famílias que ocupavam ilegalmente edifícios públicos abandonados.

²⁰ Ver Anexo 2



Figura 3 - proposta de intervenção da CEHAB-RJ. Fonte: GUILLÉN, 2013.

O núcleo habitacional (amarelo) previa a construção de um condomínio com 300 unidades habitacionais, todas com sala e dois quartos. Carmen Guillén atribui o baixo aproveitamento deste projeto, no que diz respeito ao número total de unidades habitacionais (menor que a primeira proposta, de 700) à restrição da legislação vigente na época²¹. Segundo a Coordenadora de Projetos da CEHAB, a escolha das famílias atendidas pelo conjunto habitacional seria pela faixa de renda, estando também prevista a opção de financiamento da CAIXA pelo Programa PAR residencial.

A sede administrativa do complexo Penitenciário seria usada para o núcleo educativo (cinza). Segundo Carmen, este edifício encontrava-se em bom estado de conservação, além de conter acabamentos internos como pisos em parkê e mármore de carrara, no hall. No projeto proposto, esta edificação seria utilizada para o ensino de nível médio e profissionalizante, incluindo também oficinas de capacitação e geração de renda. O terceiro núcleo do projeto (laranja) incluía a preservação de um dos pavilhões penitenciários, o qual seria adaptado

21 Lei complementar Nº 40 de 20 de julho de 1999, que limita a 300 unidades habitacionais, com edificações de, no máximo, quatro pavimentos. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/1999/4/40/lei-complementar-n-40-1999-estabelece-normas-relativas-a-empreendimentos-habitacionais-de-interesse-social-incluidos-em-programas-vinculados-a-politica-habitacional-municipal-estadual-e-federal>

para o uso comercial. Propunha-se também a construção de um complexo esportivo, contando com quadras polivalentes e piscina semiolímpica abertos aos moradores do conjunto e dos bairros adjacentes.

Em 2010, no entanto, com a implosão completa do Complexo Penitenciário, foi apresentado outro projeto para o terreno: a construção de 2.500 unidades habitacionais financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Apesar de não conter este número de unidades habitacionais, foi esta a proposta que vingou. A escolha da faixa de renda do Programa que seria enquadrada para este empreendimento foi alvo de discussões. Segundo Carmen Guillén, nas reuniões acerca do assunto:

houve discussões a respeito do aproveitamento dessa área, por ela ser uma área valorizada, de enquadrá-la numa faixa mais alta, por exemplo, de três a seis. Mas na época o governador Sérgio Cabral fez questão de que fosse utilizado para faixa 1, de zero a três... enfim, isso aí foi uma decisão mesmo política (GUILLÉN, em entrevista realizada em junho de 2018)

Guillén afirma também que houve pressão por parte da prefeitura para que a empresa responsável pelo projeto deste conjunto em relação à qualidade do projeto, uma vez que o mesmo teria mais visibilidade, seja por sua localização, seja pelo ano de sua inauguração, em 2014, ano de eleições presidenciais e estaduais:

O projeto, eu acho que ainda era pior do que esse... e eu sei que lá na prefeitura, colegas nossos até fizeram uma espécie de pressão para que esse empresário fizesse um trabalho melhor porque, uma área dessa tão valorizada, no centro da cidade, onde tem tudo, tem duas estações de metrô e ponto de ônibus, tem tudo aqui. Então precisava ser valorizado inclusive para você poder fazer a inserção desse conjunto no entorno. (*Ibidem*, 2018)

Esta pressão relatada por Guillén parece ter surtido certo efeito, uma vez que comparado a outros conjuntos do Programa minha Casa Minha Vida, o conjunto Ismael Silva – Zé Ketí apresenta algumas diferenças como a área livre pública entre os condomínios e o fato de que os edifícios não foram dispostos lado a lado ao longo de uma rua-estacionamento, seguindo o espaçamento mínimo permitido pela legislação. A materialização deste projeto, contudo, deixa muito a desejar, principalmente levando em consideração o projeto alternativo a este, proposto pela CEHAB-RJ, que incluía equipamentos que poderiam beneficiar os moradores do entorno deste terreno.

Apesar de um aproveitamento superior em número de unidades habitacionais, três vezes maior do que o número proposto pela CEHAB, o Projeto do conjunto Ismael Silva – Zé Ketí confina o terreno, ao manter parte dos muros do antigo presídio, oferecendo ao local em que se insere apenas a Clínica da Família e uma área livre que somente quatro anos depois de sua inauguração veio a receber algum tipo de equipamento de lazer, uma academia para a terceira idade.

No que diz respeito à implantação dos blocos de apartamentos, tanto o Ismael Silva quanto o Zé Ketí apresentam dois tipos de implantação: um que se assemelha a outros empreendimentos do Programa, e outro que difere por completo deste padrão. No primeiro tipo, há uma rua-estacionamento, ao longo da qual todos os edifícios são dispostos, (Figura 4). Este tipo de implantação, comum em empreendimentos do PMCMV, gera um espaço comum de aspecto árido e extremamente monótono, composto pela rua-estacionamento e pelos espaços residuais entre os edifícios com as dimensões mínimas exigidas para o afastamento entre as edificações. No caso do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, no entanto, os edifícios não estão todos alinhados à rua, havendo algumas torções que geram variações de ângulos e de espaçamento entre os blocos de apartamentos.



Figura 4 Rua-estacionamento no Condomínio Ismael Silva. Fonte: acervo pessoal, 2017.

Um aspecto marcante deste empreendimento reside no fato de que, em cada um destes condomínios, alguns dos blocos não têm seu acesso pela rua-estacionamento, e sim por caminhos de pedestres, cuja implantação forma diferentes ângulos e espaços entre eles (Figura 5). Os espaços conformados nestas áreas têm um acesso relativamente mais restrito, se comparado às áreas cujo acesso se dá pela rua estacionamento. Possuem também um caráter mais intimista, uma vez que se “escondem” entre os edifícios. Conformam-se então como

espaços coletivos de aspecto intermediário, tornando-se mais íntimas que os locais acessíveis pela rua-estacionamento.



Figura 5 - Conformação diferenciada observada em ambos os condomínios do Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí. Fonte: acervo pessoal, 2017.

No que diz respeito à disposição dos blocos de apartamentos, o arquiteto responsável pela gestão da obra do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, Gustavo de Oliveira Souto, afirma existirem dois motivos principais: a pressão já mencionada em relação à qualidade deste projeto, devido à sua visibilidade, e a forma do terreno. Gustavo Souto relatou que, diferentemente do que ocorre em muitos dos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida, cujos terrenos são maiores e de formatos mais regulares, neste caso, o terreno possui recortes e angulações em sua forma que propiciaram um projeto diferenciado. Outro ponto destacado pelo arquiteto é a topografia irregular do terreno, que propiciou também que os edifícios ficassem em diferentes níveis.

Na primeira visita realizada neste conjunto, quando percebi que sua implantação seguia um padrão diferente de outros empreendimentos do PMCMV, procurei comparar sua densidade em relação a outros conjuntos os quais havia visitado antes. O Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí possui menos unidades habitacionais no total que conjuntos como o de Duque de Caxias, Senador Camará e o Bairro Carioca. Cada um destes conjuntos, no entanto, contém menos unidades habitacionais por condomínio que o estudo de caso desta pesquisa. Cada condomínio do Ismael Silva – Zé Ketí contém 499 unidades habitacionais, valor próximo ao limite permitido pela Caixa (500 unidades residenciais por empreendimento). O maior condomínio do Bairro Carioca conta com 300

unidades habitacionais enquanto que no aglomerado de condomínios situados á Estrada dos Palmares, em Santa Cruz, os condomínios variam entre 300 e 480 unidades e no conjunto em Duque de Caxias o maior condomínio conta com 420 unidades habitacionais.

Outro aspecto que chama a atenção na morfologia deste conjunto em relação aos demais é a ausência da rua-estacionamento em alguns trechos, ocasionando espaços de maior qualidade do que aqueles onde a mesma encontra-se presente. No que diz respeito a esta questão, Souto afirmou ter sido alvo de discussões entre a equipe do projeto e o Corpo de Bombeiros foi a rua-estacionamento. Segundo o arquiteto, é uma exigência do Corpo de Bombeiros que todos os edifícios sejam acessíveis por uma rua, para que, no caso de incêndio um caminhão de bombeiros possa acessar o foco do incêndio. No caso do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, Souto relatou que depois de muita discussão com o Corpo de Bombeiros, foi acordado que poderia haver um trecho do conjunto não acessível pela rua-estacionamento desde que fosse instalada uma rede de sprinklers.

Voltando a analisar a implantação do conjunto, é possível observar que, caso o acesso aos edifícios pela rua-estacionamento fosse indispensável, alguns blocos não teriam sido construídos, por falta de espaço. Sendo assim, é possível afirmar que a forma do terreno foi de grande peso para a implantação diferenciada dos edifícios neste conjunto. Este também é um dos exemplares de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida que parece ter atingido maior grau de eficiência em relação à construção do maior número de unidades habitacionais no espaço disponível e seguindo a norma da Caixa que permite no máximo 500 unidades habitacionais por conjunto.

No que diz respeito ao projeto paisagístico, Souto informou que houve apenas o plantio de algumas árvores por exigência da legislação, uma vez que no processo de limpeza do terreno, ao fim da demolição do Complexo Penitenciário, as árvores existentes foram removidas. Além destas árvores, não houve outro tipo de tratamento paisagístico no conjunto além dos gramados entre as edificações. Souto relata que, apesar de não haver projeto paisagístico, durante a obra ele mesmo acabou plantando algumas espécies, como no caso do muro nos fundos do condomínio Zé Ketí, onde ele plantou mudas de trepadeiras. Um morador do condomínio Ismael Silva, ao apresentar seu trabalho de jardinagem, me mostrou algumas das mudas de arbustos e árvores plantadas por este arquiteto. Como

gestor da obra, Souto relatou também ter tido a oportunidade de propor e executar algumas modificações visando a melhoria de alguns pontos do projeto. Em alguns casos, foram modificações mais sutis, como o desalinhamento entre alguns edifícios, com a intenção de tirar uma janela de frente da outra, preservando a privacidade dos moradores.

Assim, dentre as principais razões que propiciaram as diferenças morfológicas deste caso podem ser citadas: a forma e a topografia do terreno; as modificações realizadas durante as obras; e a pressão por parte do poder público, motivada pela visibilidade que este projeto teria. Este último aspecto tem grande peso, se considerarmos que o conjunto foi inaugurado com a presença da ex-presidente Dilma Rousseff uma semana depois de ter sido oficializada como candidata à presidência pelo PT. Conforme ressalta Rolnik, “os benefícios proporcionados pela inauguração dos novos empreendimentos habitacionais são sempre fatos políticos (...) conferindo legitimidade ao exercício do poder por sua elevada visibilidade no conjunto de realizações dos governos.” (ROLNIK, 2015, p. 308).

O reassentamento de famílias da faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida para este terreno, no centro da cidade, é uma decisão que contrasta fortemente com o deslocamento de famílias de áreas centrais para áreas periféricas que ocorre neste Programa. Por outro lado, esta escolha, sem um acompanhamento posterior à entrega das chaves, resultou, conforme relata Rodrigo Ribeiro (2016) em um movimento de “doação” das unidades habitacionais por parte dos moradores, que preferem voltar para seu local de origem ou mesmo para outras comunidades ou áreas mais afastadas do centro da cidade.

Apesar da pressão por uma melhora na qualidade deste Conjunto, há ainda a padronização de edifícios e unidades habitacionais, presente em todos os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Conforme já foi apontado por diversos pesquisadores, essa padronização não leva em consideração questões culturais ou mesmo a forma como as pessoas interpretam e se apropriam do espaço. As unidades habitacionais com dois quartos não levam também em consideração os diferentes perfis familiares que irão abrigar. Há, além disso, a impossibilidade de qualquer modificação interna das unidades habitacionais, gerada pelo sistema construtivo adotado neste e em muitos conjuntos do

Programa. Em contrapartida, a implantação dos edifícios gera espaços residuais de diferentes formas e tamanhos, com potencial para a apropriação do espaço maior do que nos casos em que, entre os edifícios, existe apenas o espaço mínimo exigido por legislação.

Outro ponto em comum deste empreendimento em relação a outros é a dificuldade de adaptação dos moradores aos novos custos de moradia. Conforme já foi apontado neste capítulo, as contas de água, luz e gás, somadas à cota condominial, tomam grande parte da renda destas famílias. Como resultado, neste, como em outros empreendimentos do PMCMV, os índices de inadimplência são elevados. Segundo dados do Ministério das Cidades revelam que o número de inadimplentes na faixa 1 do PMCMV foi de 129 mil para 351 mil famílias em 2018, um número dez vezes maior do que nas outras faixas do Programa.

No caso do Ismael Silva – Zé Ketí, esta situação foi confirmada por Davi, síndico do condomínio Ismael Silva, que administra também o condomínio Zé Ketí. Segundo Davi, a questão da inadimplência é uma das maiores dificuldades de gestão do condomínio. O síndico afirma também que 81 apartamentos do Ismael Silva estão inadimplentes desde 2014 e afirma que, além da dificuldade de adaptação em relação às regras condominiais, o alto custo de moradia no condomínio é um dos fatores que leva muitos dos moradores a voltarem para seus locais de origem ou procurarem moradia em outros lugares.

O Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí se ergue sobre um passado demolido. Sabe-se que ali era a antiga Penitenciária Frei Caneca; restam ainda parte do muro e o portão como testemunhas do que se foi, mas os edifícios, os gramados, as áreas de lazer, quando entregues aos moradores, vieram do zero, como espaços ainda não vividos. Enric Pol (1996) afirma que a apropriação do espaço é tornar um espaço vazio um lugar com sentido, um processo construído ao longo do tempo e que “faz parte da dimensão do vivido, da experiência cotidiana” (MELLO e VOGEL, 2015, p. 294). É através desta vivência que as pessoas se acomodam no espaço e este, ao mesmo tempo, se acomoda na consciência destas pessoas, que habitam o conjunto. No próximo capítulo desta dissertação, procurei observar, através da pesquisa de campo, as formas através das quais os moradores conseguiram ou não se apropriar dos espaços do Conjunto e em que medida a forma construída abrigou ou inibiu tais apropriações.

4. Estudo de caso: o conjunto Ismael Silva – Zé Ketí

Tão importante quanto as observações e mapeamentos realizados em campo é o contato com os moradores. No caso do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, não conhecíamos²² previamente nenhum morador que pudesse nos introduzir ao campo. Assim, inicialmente, buscamos contato com os síndicos de cada condomínio. Na primeira visita ao Conjunto, no entanto, o síndico do Zé Ketí estava ocupado e não conseguimos encontrar o síndico do Ismael Silva. Ao sairmos do Ismael Silva, o porteiro, ao qual tínhamos previamente nos identificado para entrar no condomínio, perguntou se tínhamos conseguido encontrar o síndico. Ao respondermos de forma negativa, ela apontou que uma das funcionárias que estava trabalhando ali perto, na coleta de lixo, e que também era moradora do conjunto, poderia nos ajudar. A Baiana, como era conhecida por todos no condomínio, passou seu contato e se ofereceu a nos mostrar o condomínio.

Baiana morava no morro dos Prazeres e perdeu parte de sua casa com as fortes chuvas de 2010. Foi obrigada a abandonar o que restou de sua casa por questões de segurança e passou então a alugar uma casa com o dinheiro do Aluguel Social oferecido pelo Estado. Em 2014, contudo, seu marido foi sorteado e recebeu as chaves de um dos apartamentos do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí. As primeiras visitas ao campo se deram graças a convites de Baiana, envolvendo sempre algum evento no salão de festas. O primeiro deles, uma festa particular e no segundo, uma festa para o dia das crianças, na qual muitos outros moradores do conjunto se envolveram. Foi através desta moradora que conseguimos conhecer outros moradores e, assim, entrar, de fato no campo.

Ao longo da pesquisa de campo entrevistamos moradores que realizavam atividades nas áreas de uso comum de ambos os condomínios e também alguns moradores em suas residências. Estabelecemos, com alguns moradores, um contato constante, como no caso do seu França, um senhor que adaptou um dos quartos e seu apartamento em uma mercearia, como forma de complementar sua renda. Outro morador com o qual sempre conversamos nas visitas é o Sidney, que

²² A pesquisa de campo foi realizada em conjunto com Juliana Correia de Souza, graduanda em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, bolsista PIBIC, sob orientação da professora Maíra Machado Martins.

morava antes na Rocinha e atualmente vive sozinho em seu apartamento no térreo, de onde costuma ficar, observando a movimentação do condomínio e conversando com os moradores que passam por ali.

Foi somente ao final do período da pesquisa de campo que tive a oportunidade de entrevistar o síndico do Ismael Silva, o qual era frequentemente mencionado pelos moradores, tanto do Ismael Silva quanto do Zé Ketí. Davi assumiu este cargo em 2014, após a desistência da síndica anterior. Desde então foi reeleito em 2016 e em 2018.

Neste capítulo, através do material colhido em campo, procurei identificar os efeitos da conformação do espaço físico, bem como da inserção urbana deste conjunto na cidade na forma como os moradores se apropriam de seus espaços. Esta análise foi feita seguindo a gradação do caráter público/privado dos espaços e os diferentes graus de envolvimento dos moradores do conjunto com estas áreas.

Na primeira parte deste capítulo analiso os espaços de fronteira entre os condomínios e os bairros do Catumbi e do Estácio: a praça e as áreas adjacentes ao muro do antigo presídio. Segundo Jacobs (2009), conjuntos habitacionais caracterizam *espaços especiais* na cidade, que destoam do resto da malha urbana, causando uma espécie de interferência. Neste subcapítulo exponho as relações que moradores do bairro e do conjunto têm com estes espaços. Procuro também compreender se estes se configuram como espaços intermediários de costura, conforme descritos por Lynch (2011), ou permanecem alheios aos moradores, constituindo zonas de fronteiras desertas.

Os lugares usados para o lazer são, conforme demonstra a pesquisa realizada por Mello e Vogel no Catumbi, excelentes indicadores da relação entre os moradores e o lugar em que vivem. Neste sentido, no segundo subcapítulo, adoto como enfoque as formas de apropriação dos espaços dos condomínios para tal finalidade. Busco, a exemplo destes antropólogos, compreender tais práticas através da observação em campo e também por meio dos relatos dos moradores, da visão que eles mesmos têm sobre suas práticas e sobre os espaços do Conjunto. Neste subcapítulo procuro averiguar também se de fato existem formas diversas de apropriação do espaço de acordo com a diferença de ambiência que ocorrem nos espaços próximos às ruas-estacionamentos e naqueles conformados pela disposição dos blocos de apartamentos cujo acesso se dá somente pelos caminhos para pedestres.

Um aspecto marcante deste conjunto é a presença, no entorno imediato de quase todos os blocos de apartamentos, de jardins cultivados pelos moradores. A atenção e o cuidado dos moradores, visíveis nestes espaços, caracterizam demarcações privadas no espaço público, o que, segundo Hertzberger ocorre em espaços intermediários, quando as pessoas podem interpretar um espaço público como extensão de sua esfera de influência. Esta forma de apropriação que transforma fisicamente o espaço, aparentemente simples, evidencia aspectos de sociabilidade, de pertencimento e de identidade. Portanto, no terceiro subcapítulo procuro compreender as motivações dos moradores ao construírem estes jardins, bem como a maneira como é feita sua manutenção e o modo como outros moradores interpretam estes espaços.

Os apartamentos são os primeiros espaços do conjunto que são de fato apropriados pelos moradores. Em alguns casos²³, são os únicos espaços em que existe um vínculo real entre os moradores e o conjunto. Os halls são o primeiro espaço de uso coletivo a estar em contato direto com as unidades habitacionais. Em alguns edifícios eles permanecem trancados, acessíveis somente aos moradores que possuem a chave. Estes locais se caracterizam como o primeiro lugar do Conjunto em que demarcações privadas podem ser feitas em um espaço coletivo, e a maneira como a manutenção dos halls é feita pode ser um elemento revelador da própria relação entre os vizinhos de cada edifício. Na quarta e última parte deste capítulo, analiso estes espaços em sua relação direta com os apartamentos.

4.1. A praça e o muro: relação com o bairro

O Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí foi construído na rua Frei Caneca, que delimita, de um lado o bairro Estácio e, do outro, o bairro Cidade Nova. O conjunto está também próximo ao bairro Catumbi. O local onde foi construído, no lugar do Complexo Penitenciário Frei Caneca, constitui um ponto interessante para estes três bairros, que contém em sua malha urbana grandes terrenos usados

²³ Refiro-me aqui a outros empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, tais como o de Santa Cruz e um em Duque de Caxias.

para usos únicos, que se constituem como enclaves. No mapa abaixo, estão destacados estes terrenos e seus usos:



Figura 6 - Mapa - bairros adjacentes ao Conjunto Ismael Silva e suas grandes áreas de uso único.
Fonte: elaboração própria.

Segundo Jacobs, estes *espaços especiais*, isto é, grandes terrenos de uso único que causam interferência no tecido urbano podem ou não contribuir para seu entorno imediato. Há, segundo esta autora a possibilidade de um equilíbrio entre a malha urbana e estes espaços, sendo isto possível quando o espaço especial contribui, de alguma forma para a cidade, atraindo pessoas ou através de pontos de costura. No caso da subestação da Light, temos um terreno cuja intensidade de uso é muito baixa em relação ao perímetro que possui. Soma-se a isto suas faces muradas na rua Frei Caneca e na rua Carolina Reidner, que constituem-se como becos sem saída para quem caminha pelas ruas perpendiculares a estes muros. A Subestação da Light seria, portanto um espaço especial sem qualquer tipo de comunicação com o bairro em seu entorno imediato, contribuindo com um numero reduzido de pessoas que frequentem seu espaço interior.

O sambódromo, diferentemente do caso da Subestação, abriga grandes eventos periodicamente, como o desfile de escolas de samba durante o carnaval e shows ao longo do ano. Quando não está sendo usado para tais fins, no entanto, este espaço permanece fechado e vazio. Apesar de ser local de grande atração esporadicamente, atraindo pessoas para o bairro, durante grande parte do tempo

permanece como um enclave fechado, sem qualquer tipo de atrativo e com pouca movimentação de pessoas em seu perímetro, todo gradeado.

Outro elemento que se constitui como *espaço especial* para Jacobs e como limite, na visão de Lynch (2011) é o viaduto Trinta e Um de Março, que dá acesso ao túnel Santa Bárbara. Neste caso não há a contribuição para o bairro com pessoas nem a possibilidade de pontos de costura, integrando este espaço ao bairro.

O terreno onde foi construído o conjunto Ismael Silva – Zé Ketí abrigava anteriormente o mais antigo Complexo Penitenciário da cidade. Os constantes tiroteios noticiados pelos jornais e as inúmeras tentativas de fuga levaram à desativação do Presídio, pelos riscos que este uso oferecia aos moradores dos bairros de seu entorno imediato. O Conjunto financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida que ocupa seu lugar atualmente se configura, assim como a subestação, o Sambódromo e o viaduto, como um *espaço especial* na cidade. Diferentemente dos outros, no entanto, o Conjunto trouxe para o bairro centenas de novos moradores. Contribui, assim para que haja maior movimentação de pessoas nesta área, o que segundo Jacobs, traria maior segurança para o entorno, impedindo que ali se tornasse uma zona de fronteira deserta.

Para alguns dos moradores do bairro Cidade Nova, contudo, a construção do conjunto não significou qualquer mudança para o bairro, mesmo que parte dos moradores entrevistados afirmasse conhecer residentes do conjunto. Para outros moradores, a inserção do conjunto e, principalmente, com a nova leva de moradores, o bairro se tornou perigoso, especialmente nos pontos de ônibus próximos aos muros do conjunto. O entorno do conjunto Ismael Silva – Zé Ketí funciona, portanto, em parte, de forma semelhante ao descrito por Jacobs: os muros remanescentes do antigo Complexo Penitenciário Frei Caneca repelem as poucas pessoas que usam as calçadas adjacentes ao conjunto e esta falta de uso do espaço público se espalha para as áreas mais próximas.

Há, por outro lado, certa permeabilidade neste caso. Há entre os dois condomínios uma área pública e uma Clínica da Família, dois locais de possível atratividade tanto para os moradores do Conjunto quanto para os moradores do Catumbi, Estácio e Cidade Nova. A “praça central” do conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, localizada entre os dois condomínios fechados, à primeira vista, poderia ser entendida como um *lugar-sem-lugaridade*. Durante o dia, vemos apenas uma área

de passagem por onde todos os moradores entram ou saem de seus respectivos condomínios. Além disso, vimos e fomos informadas da existência de uma equipe de limpeza que cuida da área do térreo e dos halls de circulação dos edifícios dentro de cada condomínio, mas que essas equipes só trabalham na parte interna dos condomínios, não havendo responsáveis pela área central entre os dois. Ou seja, esta área não é vista pelos moradores dos dois condomínios como parte de sua responsabilidade.

Tanto na primeira ida ao conjunto quanto nas seguintes, este local tinha um aspecto de mal cuidada, com lixo espalhado pelo chão; o gramado pisoteado desaparecendo em alguns pontos, dando lugar a terra; umas poucas e franzinas mudas de árvores. A fotografia abaixo, feita em uma das primeiras visitas ao conjunto, ilustra este aspecto árido da praça central:



Figura 7- Área livre entre os dois condomínios do Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí, com a Clínica da Família ao fundo. Fonte: acervo da autora

Na segunda visita, no entanto, percebemos que haviam ali, ancorados no portão do antigo presídio, camelôs e um vendedor de salgadinhos. O vendedor nos informou que, ao contrário do que imaginávamos, este não era um mero espaço de passagem, mas um lugar que reúne pessoas, dando espaço para animadas noites, com música e barraquinhas de comes e bebes. Além disso, este tipo de ocupação atrai não só moradores do Conjunto, muitos dos quais armam barracas nestas noites²⁴, mas também moradores da vizinhança. Esta forma de apropriação ocorre

²⁴ Segundo relatos dos moradores, a venda de comes e bebes na praça é um importante elemento de complementação de renda, sendo motivada principalmente pelos novos custos das famílias.

somente à noite e em dias específicos (quintas, sextas e sábados), sendo ainda mais intenso no início do mês, de acordo com o relato de moradores do conjunto. A imagem abaixo mostra os preparativos para uma das noites em que a praça é apropriada pelos moradores do Conjunto e dos bairros do entorno:



Figura 8- Praça ocupada no início de uma tarde, em uma sexta feira. Fonte: acervo da autora.

Esta área livre comporta uma apropriação do espaço temporária, que não deixa marcas, fazendo também com que aquele espaço adquira *aspectos de lugar* de forma intermitente e sem deixar qualquer vestígio. Para aqueles que não estão familiarizados com o cotidiano do conjunto, assim como o papel que este espaço aparentemente vazio e sem vida tem para os moradores dos condomínios e do bairro, esta praça, à primeira vista, se configuraria como um *lugar-sem-lugaridade*, incapaz de promover a reunião de pessoas, de atividades e de significados. A praça é, no entanto, um espaço que realiza uma espécie de costura entre os condomínios e o bairro de forma esporádica. O muro do antigo presídio, por outro lado, mesmo nos pontos em que foi substituído e escalonado, cria as zonas de fronteiras desertas, conforme descrito por Jacobs.

Em teoria, o fato de um conjunto habitacional ter sido construído onde antes havia uma instituição pública abandonada significaria uma contribuição com novos moradores para o bairro. O fato de este conjunto ter sido feito na forma de dois condomínios fechados, agravado pela preservação dos muros e do portão do presídio, contudo, prejudica a relação entre o Conjunto e seu entorno. A praça central, apesar de eventualmente funcionar como um ponto de atração para os moradores destes bairros e do Conjunto é um ponto de costura fraco, por estar “escondida” atrás do portal do antigo presídio e por não conter qualquer equipamento de lazer ou de estar, como bancos e adequado sombreamento pela

vegetação. Neste sentido, o projeto apresentado pela CEHAB, apesar do número reduzido de unidades habitacionais, apresentava pontos de atração mais fortes, como o centro comercial, o centro esportivo e o núcleo educacional.

Outro ponto que deve ser destacado, no que diz respeito à relação entre o Conjunto e os bairros adjacentes, é a existência concomitante de certa proximidade e de um distanciamento entre os moradores do bairro e os do Conjunto. Durante o período da pesquisa de campo observamos certas semelhanças no que diz respeito à forma como os moradores da Cidade Nova e do Conjunto se apropriam dos espaços públicos nas imediações de suas residências. Relato a seguir uma descrição do percurso, do metrô ao Conjunto, passando pelas ruas da Cidade Nova, em um domingo pela manhã que evidencia esta proximidade. Cabe ressaltar que o que foi observado neste dia caracteriza o cenário típico deste trecho em fins de semana, conforme pudemos confirmar ao longo da pesquisa de campo caminhando por estas ruas.

O primeiro trecho do percurso²⁵ seguindo a rua Laura de Araújo, foi por uma rua viva: crianças brincando, adultos sentados nas soleiras das casas, pequenos grupos de pessoas fazendo churrasco na calçada, algumas oficinas fazendo das calçadas uma área de extensão de sua área de trabalho. Depois deste trecho, um hiato, a Avenida Salvador de Sá: passagem quase exclusiva de carros e ônibus, com raros pedestres. A sensação de rua como extensão da casa dá lugar à de rua como espaço público dominado pelos veículos motorizados, o passo calmo, que quer ter tempo para ver e apreciar a rua dá lugar ao passo alerta, objetivo, para atravessar a rua em segurança. O encontro com o outro, nesta rua erma e sem olhos (JACOBS, 2009), já não tem a leveza que tinha na rua anterior.

Na parte final do trajeto²⁵, entre a Avenida Salvador de Sá e o Conjunto, voltei a ver vizinhos nas calçadas, sentados em soleiras, fazendo churrasco. Não vi, contudo, crianças brincando. Em uma das possíveis ruas pela qual se pode chegar ao conjunto, vemos essa vitalidade diminuir drasticamente à medida que nos aproximamos do alto muro do antigo presídio. Um ou outro comércio com as portas abertas, mas com pouca ou nenhuma movimentação.

Ao nos aproximarmos do condomínio Ismael Silva, a presença de moradores sentados conversando em um degrau próximo à guarita aparece como

²⁵ Neste trecho o percurso varia entre as ruas Laura de Araújo, e Viscondessa de Pirassununga.

um primeiro indício de que a mesma vida nas ruas da Cidade Nova, como uma extensão da casa que faz da rua uma sala de estar coletiva para seus moradores se faz presente também aqui. Isto apesar da morfologia quase oposta: enquanto que nas ruas do bairro as casas têm sua soleira dando diretamente para as calçadas e para a rua, os condomínios se fecham para uma das principais ruas do bairro a qual faz frente, a Rua Frei Caneca. Os blocos de apartamentos se voltam para dentro, alguns de frente para a rua-estacionamento do condomínio e outros de frente uns para os outros. Não existe a soleira da casa, pois mesmo os apartamentos do térreo têm seu acesso pelo hall interno do edifício. Existe, no entanto, a janela: se nas ruas do bairro os moradores estão sempre próximos à porta de entrada de casa, ancorados em suas soleiras, aqui são, em alguns casos, as janelas do térreo que servem como intermediárias, por onde o privado se estende ao domínio público.

Apesar desta proximidade, em relação a práticas e formas de apropriação do espaço em comum, há também certo distanciamento social, conforme observa Ribeiro:

Podemos verificar que as intervenções públicas, para garantir os terrenos destinados à construção dos conjuntos habitacionais, em áreas centrais da cidade, não possibilitaram a integração total dos beneficiários ao tecido urbano, e apresentaram, em diversas ocasiões, uma proximidade territorial e uma distância social (...) com o entorno dos conjuntos, tanto no Bairro Carioca, como nos residências Ismael Silva e Zé Ketí. (RIBEIRO, 2016, p. 159)

A distância social observada por Ribeiro se confirma na fala de alguns dos moradores da Cidade nova, que afirmam que a construção do Conjunto foi acompanhada pelo aumento da insegurança no bairro. Em geral, os moradores entrevistados na Cidade Nova veem a chegada dos novos moradores com certo receio e suspeita. Dois vendedores de churrasquinho, próximos à Avenida Salvador de Sá afirmam que os relatos de assaltos nos pontos de ônibus próximos ao Conjunto se tornaram mais frequentes. Augusta, uma moradora da rua Laura de Araújo relata que além da violência, a população oriunda de favelas e de ocupações que vive hoje no Conjunto, poderia transmitir doenças contagiosas comuns em favelas, como a tuberculose.

Os moradores do Conjunto, no entanto não relatam qualquer forma de preconceito sofrida por eles em relação aos moradores dos bairros vizinhos²⁶. Em geral, a localização do conjunto neste bairro é vista como um ponto muito positivo, pela proximidade em relação a comércio, escolas, pontos de ônibus e estações de metro que facilitam o acesso a diversas localidades da cidade. Por outro lado, visão negativa em relação aos moradores do Conjunto por parte dos moradores dos bairros vizinhos não é unânime. Dois moradores do Catumbi afirmaram conhecer muitos moradores do Conjunto e que boa parte de sua clientela, no Catumbi é agora, constituída por estes moradores. Para eles, a construção do Conjunto é vista de forma positiva, uma vez que melhorou a movimentação dos pontos de comércio no Catumbi.

Por fim, cabe ressaltar um ponto que foi alvo de preocupações em relação a este terreno mesmo antes da construção do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí: a faixa de renda escolhida para ocupar este espaço e a valorização crescente do entorno do Conjunto. Conforme relatou Guillén, a faixa de renda a ser escolhida para o empreendimento a ser construído no Estácio foi alvo de discussões, sendo, por fim, escolhida a faixa um do Programa pelo então governador, Sérgio Cabral. Raramente as famílias oriundas de favelas e de ocupações são reassentadas por políticas habitacionais em áreas bem servidas em relação à infraestrutura urbana e de serviços. Apesar de ser um aspecto singular e positivo, esta localização gera, conforme observado pelos relatos dos moradores, um atrativo para a venda de suas unidades habitacionais por valores condizentes com a valorização desta área, próxima ao centro da cidade e bem servida em relação a transporte público.

Isto não significou, no entanto, que todos os moradores originais do Conjunto tenham vendido ou alugado suas unidades habitacionais. Muitas das entrevistas e conversas ocorridas durante a pesquisa de campo foram realizadas com moradores originais do Conjunto, muitos dos quais afirmam ter vindo de comunidades. Esta resistência à venda ou à locação dos apartamentos pode ser atribuída às respostas positivas em relação ao Conjunto e, principalmente, à localização onde foi construído. A localização do Conjunto, portanto, pode ser vista ao mesmo tempo como fator que facilita a saída dos moradores e que também os mantém ali. No que diz respeito ao Conjunto, as respostas positivas e

²⁶ Houve, no entanto, relatos de jovens que não se sentiram seguros em sair do Conjunto por conta de revistas e interrogatórios abusivos por parte de policiais no entorno.

negativas dos moradores serão analisadas nos subcapítulos seguintes, levando-se em consideração a fala dos moradores e suas práticas observadas em campo.

4.2. O lugar do lazer: apropriação dos espaços programados e dos espaços criados

Conforme foi apontado anteriormente, no interior de cada condomínio foi possível identificar diferenciações espaciais que se distinguem pelo grau de envolvimento dos moradores e pelas formas de apropriação destes espaços. O esquema a seguir representa estes diferentes espaços a partir do caráter mais privado (1) ao mais público (4) no interior do Conjunto.

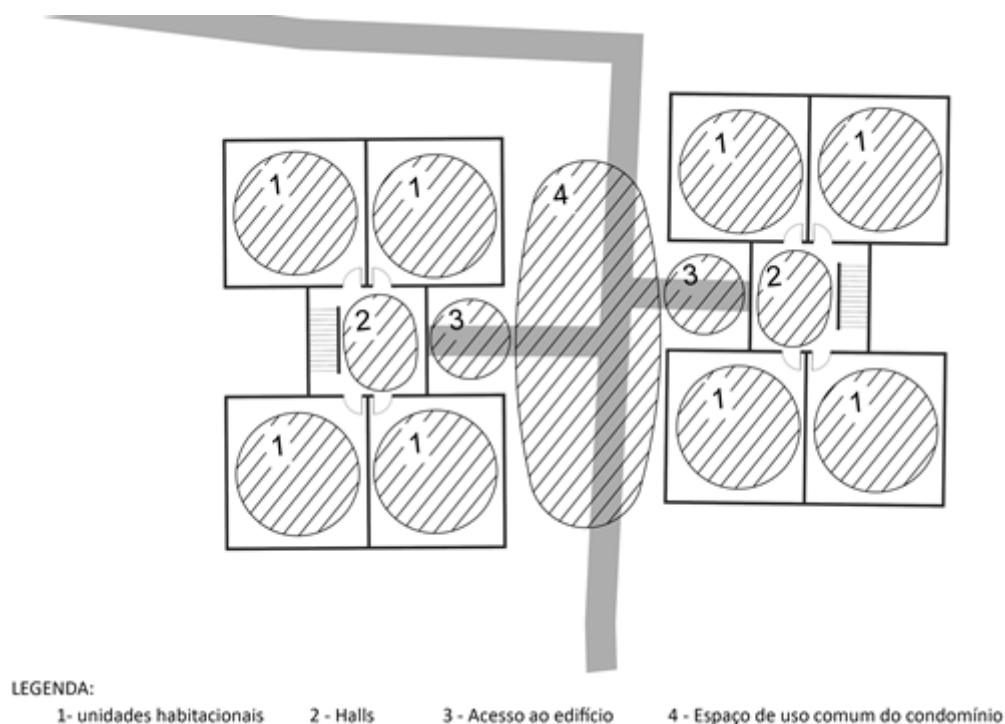


Figura 9 - Esquema de diferenciação territorial no interior do Conjunto. Fonte: elaboração própria.

Neste subcapítulo abordo os espaços e equipamentos de uso coletivo do Conjunto (4), utilizados principalmente para o lazer. Estes espaços, em cada condomínio podem ser subdivididos entre aqueles programados para certos usos, como o salão de festas, o parquinho infantil e a quadra, e aqueles criados pelos moradores.

Dentre as áreas projetadas para uso específico de lazer citadas no parágrafo anterior, o salão de festas foi o que menos sofreu alterações desde a inauguração do Conjunto, em 2014. Em cada um dos condomínios havia um parquinho infantil e, em cada um deles, o parquinho teve o mesmo fim. No caso do Ismael Silva,

Davi informa que o parquinho não chegou a durar mais de um mês, apontando a má qualidade dos materiais do mesmo como motivo.

Alguns moradores deste condomínio, como o Seu França, por exemplo, afirmam que o parquinho foi, na verdade, alvo de vandalismo por jovens moradores do conjunto. Estes moradores relatam também que, por questões de segurança, o que sobrou do parquinho foi removido do condomínio pelo síndico. Há, contudo, segundo Davi, a intenção de repor esta área destinada ao lazer das crianças, mas não um só parquinho, como havia originalmente, mas espalhando alguns grupos de brinquedos pelo condomínio.

As quadras de ambos os condomínios foram também depredadas, tendo parte de seu alambrado destruído e posteriormente removido. Nas primeiras idas ao campo as quadras chamavam a atenção pelo estado de abandono, como pode ser observado na foto abaixo:



Figura 10 - Quadra do condomínio Ismael Silva, com parte do alambrado remanescente, em 2017. Fonte: acervo da autora.

Ao longo da pesquisa de campo em 2017, ouvimos relatos de diversos moradores que se referiam à quadra ora como responsabilidade do síndico, ou, em outros casos, do Estado. Nos primeiros meses de 2018, observamos que em ambos os condomínios as quadras haviam sido concretadas. Quando indagados sobre as quadras antes da concretagem, muitos moradores se referiam a este como um espaço do condomínio que ainda seria reformado. Enquanto que alguns apontavam a responsabilidade pela reforma ao síndico, outros apontavam que o poder público interviria. Em nenhum dos relatos houve qualquer sinal de que os

moradores, cujos filhos usam as quadras²⁷, se sentiam diretamente responsáveis por esta área do condomínio. No início de 2018, houve de fato uma reforma das quadras. De acordo com Seu França, dono de uma pequena mercearia no conjunto e que acompanha atentamente tudo que acontece por ali, o síndico conseguiu apoio financeiro da prefeitura para concretar as quadras. Ao ser indagado sobre a concretagem das quadras, David confirma que conseguiu apoio de um funcionário da prefeitura, mas que, após a demissão deste seu conhecido, não foi possível concluir a reforma das quadras, que permanecem sem o alambrado e as traves dos gols.

Este mesmo tipo de delegação de responsabilidade é observado também no caso do salão de festas. Há, contudo, unanimidade sobre o fato de que a manutenção e o controle deste espaço são de responsabilidade do síndico, de quem os moradores dizem cobrar melhorias. Em ambos os condomínios o salão de festas foi alvo de pequenas reformas. Enquanto que no salão do condomínio Zé Ketí foi feita uma churrasqueira, no caso do Ismael Silva o salão passou por uma obra na qual um dos banheiros foi convertido em uma expansão da área da cozinha. Tal reforma não foi de agrado de todos os moradores, que argumentam que não houve uma incorporação de valor ao salão. No início de 2018 o salão do Ismael Silva passou por outra reforma, tendo sido gradeado em todo o seu perímetro. Segundo alguns moradores a intenção desta intervenção foi a de evitar que as crianças usassem o espaço como local de brincadeiras.

Apesar de frequentemente usados, tanto os salões de festas quanto as quadras são alvos constantes de críticas dos moradores. Em ambos os casos estas áreas são apontadas como mal dimensionadas, considerando-se o número de moradores em cada condomínio, e inadequadas, principalmente no caso do salão de festas. Muitos moradores afirmam ainda que o alto valor²⁸ do aluguel do salão de festas não condiz com a qualidade do espaço que é oferecido. Além disso, no caso do salão de festas é necessário fazer reserva prévia, junto ao síndico, e deve-se respeitar o horário estabelecido para o fim da festa.

²⁷ Em 2017 observamos que, apesar de degradadas e, segundo alguns moradores inutilizadas, as quadras estavam sempre ocupadas por crianças brincando, seja em fins de semana ou em tardes de dias de semana.

²⁸ No condomínio Ismael Silva o valor é de 50% do valor corrente da taxa condominial, atualmente o valor do aluguel do salão seria por volta de R\$ 60,00.

Segundo Davi, o uso do salão de festas foi a causa de muitos dos conflitos no condomínio, principalmente pelo barulho e pela falta de respeito em relação ao horário pré-estabelecido para o fim das festas. A solução encontrada pelo síndico para resolver esta questão foi a instalação de temporizadores na rede elétrica do salão, de modo que as tomadas param de funcionar às 00:00 e a iluminação às 2:00. Com isso, de acordo com Davi, muitas das brigas que envolviam moradores irritados tentando desligar os disjuntores do salão cessaram de ocorrer.

As fotos abaixo mostram o salão de festas quando não está sendo utilizado e a solução recorrente que os moradores encontraram para contornar a questão da privacidade de suas confraternizações:



Figura 11 - Salão de festas do condomínio Ismael Silva, desocupado. Fonte: acervo da autora.



Figura 12 - Salão do condomínio Zé Ketí, em dia de festa. O tecido utilizado durante as festas para “fechar” o salão é retirado ao fim da festa. Fonte: acervo da autora.

Apesar de já termos presenciado em diversas ocasiões o uso deste espaço para festas, privadas ou organizadas de forma coletiva pelos moradores, alguns moradores preferem usar outros espaços do condomínio para suas confraternizações. Dentre os motivos apontados por estas pessoas está o custo, considerado alto para reservar o salão de festas e o fato de este ser um espaço aberto, com pouca privacidade para um evento mais íntimo, como um simples churrasco de fim de semana entre vizinhos. Alguns moradores relatam ainda a dificuldade em reservar o espaço, uma vez que existe apenas um salão para cada condomínio.

No que diz respeito aos equipamentos de lazer dos condomínios, pode-se dizer que o uso é comum a todos os moradores dos respectivos condomínios, mas a responsabilidade pela manutenção cabe a terceiros, no caso, ao síndico e ao poder público. Neste sentido, esta relação dos moradores com estas áreas se assemelha ao que ocorre em qualquer outro condomínio fechado. O que deve ser levado em consideração é o que pode ser acarretado como consequência desta maneira de ler o espaço.

A isenção de responsabilidade quanto a estes espaços por parte dos moradores é descrita por Hertzberger como uma forma de alienação diante do ambiente da vida (cf. HERTZBERGER, 1999, p. 46). Na visão deste autor, “é como se as obras públicas fossem uma imposição vinda de cima; o homem comum sente que ‘não tem nada a ver com ele’, e, desse modo, o sistema produz um sentimento generalizado de alienação.” (*Ibidem*, p. 47). Muitos moradores podem não se sentir à vontade ou sentir que não podem se apropriar deste espaço, no sentido de fazer alguma melhoria, ou mesmo de cuidar destes espaços, cuja manutenção foi delegada a terceiros.

Para além destas áreas programadas especificamente para o lazer, não foi projetado nenhum outro espaço para a convivência dos moradores. Em todo o conjunto não existe nenhum espaço com bancos, ou qualquer local de permanência e, no entanto, é possível ver ao longo do dia e mesmo em dias de semana pessoas em grupos ou sozinhas sentadas em degraus formados pelo encontro do piso do bloco de apartamentos com o gramado da área externa. Algumas ficam próximas às guaritas dos condomínios, outras embaixo de janelas, especialmente em casos em que a janela dá para o cômodo cujo dono transformou em ponto de venda de artigos de mercearia e bebidas.

Apesar de não haver espaços projetados especificamente como áreas de permanência no interior dos condomínios, os espaços entre os edifícios, principalmente aqueles em que os blocos de apartamentos se voltam uns para os outros, abrigam este e outros usos. O fato de não estarem voltados diretamente para a rua-estacionamento do conjunto confere certo grau de privacidade, o que propicia estas formas de apropriação do espaço, que envolvem pequenos encontros entre vizinhos. Nestes espaços observamos a ocorrência de atividades que envolvem desde pessoas sentadas na grama conversando, à colocação de cadeiras de plástico com esta mesma finalidade e até mesmo churrascos. Alguns moradores usam também as áreas próximas ao muro do antigo presídio como local de permanência. No mapa abaixo, destaco as principais atividades de lazer observadas no Conjunto²⁹:

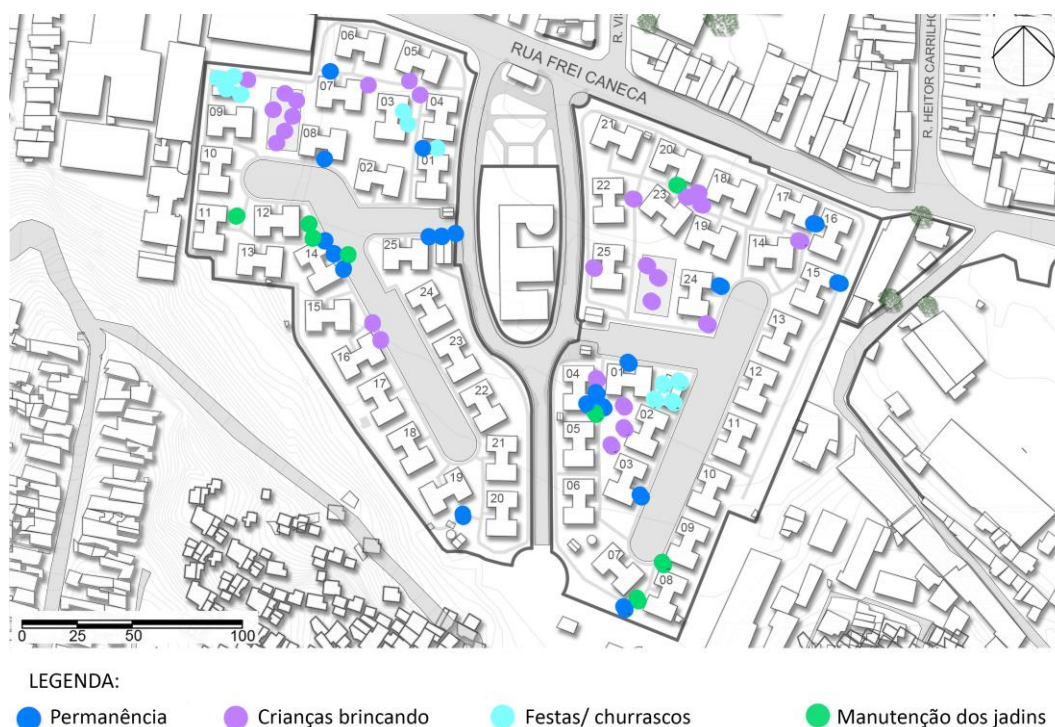


Figura 13 - Conjunto Ismael Silva Zé Ketí - Principais atividades observadas. fonte: elaboração própria.

Além de demonstrar a frequência de uso do salão de festas e da quadra de cada um dos condomínios, este mapa demonstra também uma frequência maior de uso dos espaços que não dão diretamente para a rua-estacionamento, salvo em

²⁹ Os dados deste mapeamento foram coletados ao longo de 12 visitas realizadas no Conjunto nos períodos entre Outubro e Dezembro de 2017 e Abril a Agosto de 2018. A quantidade de círculos por atividade corresponde ao número de vezes que esta atividade foi observada durante este período.

algumas exceções. No condomínio Ismael Silva, por exemplo, foram raras as vezes em que durante uma visita não observamos grupos de pessoas sentadas em um degrau de concreto em frente à guarita. Neste mesmo condomínio é também bastante comum o uso dos estacionamentos como local para brincadeiras de crianças.

Um local bastante frequentado era³⁰ a janela do térreo do bloco 14 do Ismael Silva, onde funcionava uma espécie de vendinha, na qual os moradores se juntavam para tomar cerveja. Outro ponto de atração em frente à rua-estacionamento deste condomínio é a pequena mercearia mantida por seu França. Nestes pontos de vendas, é comum que as pessoas se agrupem para beber e conversar entre si ou mesmo para uma conversa rápida com o dono de um destes pontos.

A área de acesso aos apartamentos, onde a maioria dos moradores cultivam jardins ou realizaram alguma forma de intervenção, é também um dos lugares onde as pessoas colocam cadeiras plásticas e passam o tempo conversando. Muitos moradores afirmam usar o espaço de acesso do edifício em que moram para pequenos churrascos³¹, relatando ser esta uma prática comum no Conjunto. No condomínio Ismael Silva nós observamos esse tipo de reunião mais íntima de moradores ocorrer na entrada do bloco 3 e entre os blocos 4 e 1, na área que não se volta diretamente para a rua-estacionamento.

Wilker, um dos moradores presentes em mais de uma das ocasiões que presenciamos estes churrascos, aponta como justificativa pela preferência por este espaço o custo elevado da reserva do salão de festas, apontando que ali, onde eles faziam o churrasco, era “o lugar dos vizinhos”. De fato, enquanto conversávamos com estes moradores, vimos outros entrando e saindo do edifício, parando para conversar neste ponto com os anfitriões e, eventualmente, entregando ferramentas ou mais carne para o churrasco, ou ainda pegando um pouco do que já estava pronto para ser comido.

³⁰ Em 2018 não vimos este ponto de vendas aberto em nenhuma das visitas ao conjunto.

³¹ Neste caso, como em outros que incluem um churrasco fora do salão de festas, trata-se de um evento de pequeno porte, incluindo geralmente três ou quatro moradores e que conta com a aprovação prévia do síndico no caso do Zé Ketí.



Figura 14 Churrasco no "lugar dos vizinhos". Fonte: Acervo da autora

Outro caso é a parte dos fundos do condomínio do Zé Ketí, eleita como o lugar do churrasco por um grupo de moradores que afirma ser mais proveitoso, até mesmo financeiramente falando, fazer o churrasco nos fundos do condomínio do que usar o salão de festas para o mesmo fim. No Zé Ketí a área mais movimentada está localizada entre os blocos de 1 a 6. Este era o lugar onde havia sido construído o parquinho infantil deste condomínio e continua sendo uma área intensamente apropriada pelas crianças para brincadeiras.

A janela de um dos apartamentos do bloco 4 é também um local onde com bastante frequência vemos diferentes pessoas conversando com o Sidney, morador de um apartamento térreo deste bloco. Foi na janela do Sidney que alguns moradores comentaram sobre o uso dos fundos do condomínio como o lugar do churrasco “informal” e também com melhor custo benefício, uma vez que com o valor do aluguel do salão eles afirmam poder comprar mais carne.

No período entre maio e agosto de 2018 os churrascos fora do salão de festas foram raramente observados. Os moradores relatam, entretanto, que não deixaram de realizar esta atividade. Ao falar sobre as regras condominiais e as dificuldades que estas geram em relação a certas atividades em seu apartamento, Rose afirma que, apesar da recente proibição do uso do espaço comum do Conjunto para a realização de churrascos, esta prática não foi extinta de seu cotidiano:

Churrasco a gente sempre faz. Eu e esse menino do terceiro andar, a gente sempre faz. A gente não liga não, mete bronca. Queima a carne mesmo, bota ação, faz barulho... A gente nunca tomou multa. Eu acho que ele [o síndico] fala isso para evitar de ser uma algazarra. Imagina, porque eu faço, você faz, todo mundo faz, aí vira uma bagunça, a pessoa se inibe de fazer com medo de tomar multa, mas eu não soube de ninguém que já teve que pagar cinquenta reais de multa não. Nunca soube disso. Menos mal, só ameaça. (Rose, em entrevista realizada em junho de 2018).

Outros moradores relatam também o fato de haver certa limitação, mas não uma proibição por completo do uso dos espaços de uso comum dos condomínios, com o intuito de melhor organizar estas práticas.

Vale ressaltar que apesar de demarcarem de forma simbólica um lugar, pois costumam acontecer sempre nos mesmos locais, estas apropriações não são permanentes. Uma vez terminada a atividade, aquele espaço volta à sua condição original, podendo receber novas interpretações e uso por outros moradores. Em alguns casos observamos, contudo, que por questão de sobrevivência destas práticas, elas podem ocorrer em locais diferentes. Um exemplo foi relatado por Wilker, que costuma usar a área de acesso do edifício onde seu pai mora (o local por ele batizado como “lugar dos vizinhos”) para fazer churrasco, mas trocou de lugar por conta de reclamações de moradores do térreo que se queixavam da fumaça entrando em seus apartamentos.

Assim, por mais que em alguns casos as áreas de uso comum adquiram certas marcas simbólicas para os moradores que delas se apropriam, o caráter de lugar ou *lugaridade* nestes espaços ocorre de forma bastante efêmera e frágil, pois qualquer mudança nas normas condominiais ou a simples reclamação de um vizinho pode impedir que as práticas que fazem destes espaços lugares cessem de ocorrer. Por outro lado, estas formas de apropriação do espaço demonstram certa resistência, por parte dos moradores, à normatização implícita neste formato de moradia (isto é, o condomínio fechado). Os espaços por eles criados, mesmo que transitórios, materializam, de certa forma, os espaços e as práticas em seus locais de origem: as lajes, os quintais e os espaços livres próximos às casas e aos bares.

Os espaços internos de cada condomínio, tanto os programados (salão de festas, quadra e parquinho infantil) quanto os criados pelos moradores nas áreas de uso comum, são frequentemente apropriados pelos moradores. Apesar das práticas realizadas nestes espaços e das cargas simbólicas que recebem, estes

espaços permanecem vazios e impessoais quando não estão em uso. Ainda que a possibilidade ou a necessidade de mobilidade dos churrascos, da colocação de cadeiras e das brincadeiras das crianças não impeça que estas atividades ocorram em outro local, é importante ressaltar que os locais escolhidos são majoritariamente aqueles entre os blocos de apartamentos afastados da rua-estacionamento.

Os diferentes espaços de lazer dos condomínios recebem diferentes significados e descrições pelos moradores. Para os adultos a quadra foi, por muito tempo, uma área degradada que nem o Estado nem o síndico, os responsáveis por este espaço do condomínio, consertaram por completo. Para os meninos, por outro lado, é um ótimo local de brincadeiras depois da escola, para jogar bola e soltar pipa. As meninas, que brincam por entre os prédios e na rua-estacionamento, dizem que ali é o lugar dos meninos e que estes decidem quem pode ou não brincar ali. Para os pais, as áreas de uso comum dos condomínios, por serem cercadas e de acesso controlado, são locais onde se sentem seguros para deixarem seus filhos brincando livremente.

Para os moradores que fazem o churrasco nos “lugares dos vizinhos”, o salão de festas é excessivamente caro, e o valor que eles pagam de condomínio não é bem aplicado na manutenção daquele espaço, o qual, além disso, poderia ser mais bem aproveitado, dando lugar a eventos, principalmente para crianças. Para outro grupo, no entanto, composto de pessoas que trabalham ou moram no conjunto, que se organizou para fazer uma festa do Dia das Crianças em 2017, o salão de festas é um excelente espaço, bem estruturado e que ainda vai abrigar muitos eventos, inclusive integrando os moradores do outro condomínio.

4.3. Os jardins: apropriação do espaço e a construção do lugar

Um aspecto deste conjunto que chamou nossa atenção logo nas primeiras idas a campo foram as jardineiras: pequenos cercados dos mais variados tipos – desde os mais elaborados, usando bambu, aos mais simples e improvisados, feitos com pequenas estacas de madeira fincadas no chão – protegendo pequenas áreas ajardinadas junto aos blocos de apartamentos. Elas aparecem principalmente junto

à entrada dos edifícios, muitas vezes se estendendo por suas laterais ou até mesmo pelos espaços residuais entre os edifícios (laterais ou fundos). No mapa abaixo estão demarcadas as áreas em que estas apropriações do espaço de uso comum dos condomínios por parte dos moradores foi observada durante a pesquisa de campo:

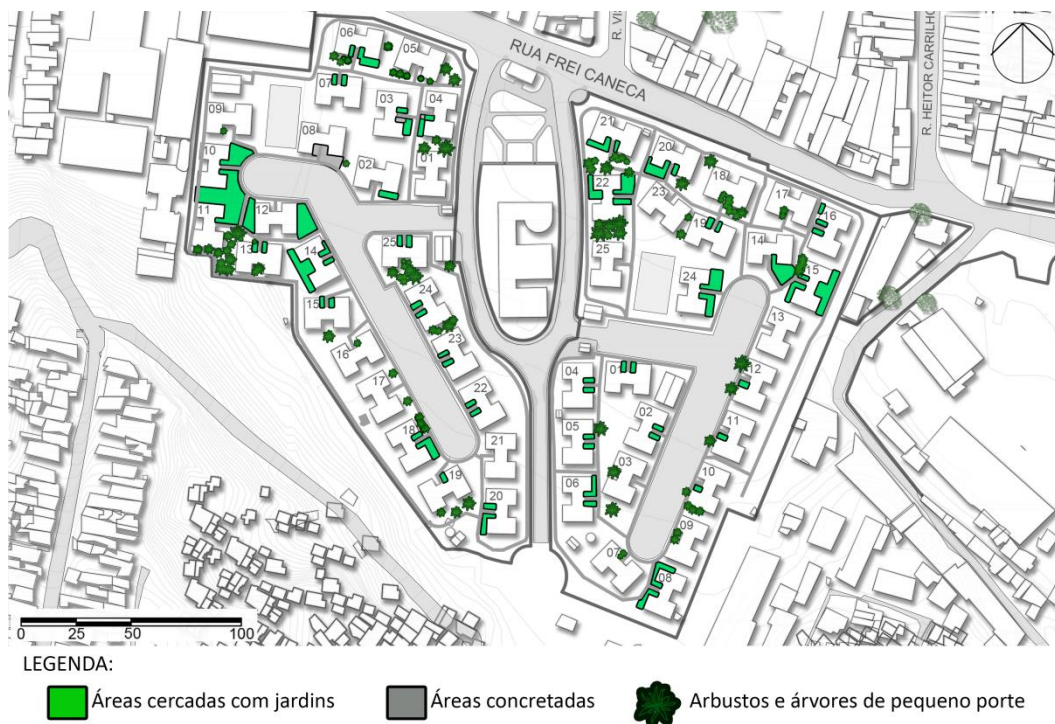


Figura 15 - Mapeamento de apropriações do espaço em áreas comuns do conjunto Ismael Silva - Zé Ketí. Fonte: elaboração própria

Ao longo da pesquisa de campo, observamos que praticamente todos os blocos de ambos os condomínios abrigavam, em sua área de acesso³², algum tipo de modificação do projeto original. A maioria dos blocos de apartamentos, cada um a seu modo, abrigam jardineiras, sendo raros os casos em que nada foi feito deste espaço. Em alguns blocos, no entanto, os moradores optaram por concretar parcialmente ou por completo a entrada do edifício. No caso do edifício em que encontramos alguns moradores em meio a um churrasco entre vizinhos, por exemplo, uma parte da área de entrada foi concretada, criando um espaço de permanência em que os moradores não precisassem colocar suas cadeiras diretamente sobre a terra. Na parte não concretada da entrada do edifício uma pequena cerca simples acolhe um cantinho ajardinado.

³² Espaço nº3, ver Figura 9.

As diferentes formas de tratamento dadas pelos moradores ao entorno imediato de seus edifícios torna visível as ideias de *competência* e *desempenho* descritas por Hertzberger. Aqui vemos como uma determinada forma pode conter em si diferentes possibilidades de apropriação e de uso, e como estas se fazem presentes através da interpretação e da atribuição de significados feitas por aqueles que ali vivem. São também fruto visível da relação entre os vizinhos e um aspecto que gera questionamentos, por se tratar de um pequeno espaço que recebe enorme cuidado e atenção dos moradores em um lugar em que a maioria dos espaços foi depredada ou recebe o mínimo de manutenção (serviço de limpeza). Nas imagens abaixo é possível observar as diferentes formas de apropriação e transformação destes espaços:



Figura 16 Diferentes formas de apropriação do acesso aos edifícios: jardim e área parcialmente concretada (esquerda superior); jardins e uso como depósito (direita superior); concretagem completa (esquerda inferior); e jardim com uso para secagem de roupas (direita inferior). Fonte: acervo da autora.

Fomos informadas de que em geral a decisão sobre o que será feito deste espaço é tomada em conjunto pelos moradores do edifício. Existem casos, no entanto, em que um morador começa, sozinho, o trabalho de plantio de um jardim, podendo ocorrer de outros se juntarem a esta empreitada ou não. Em alguns casos, por outro lado, um ou mais moradores iniciam um jardim, mas o restante dos

moradores do edifício não concorda com este uso, dificultando a sobrevivência do mesmo.

Dois moradores, de diferentes blocos, mas ambos do Ismael Silva, relatam estes casos em que eles tentaram iniciar um jardim, mas que devido a vizinhos descuidados que estragam parte das plantas ao entrarem ou ao saírem dos edifícios e não havendo adesão de outros moradores a esta empreitada, viram suas obras definharem e acabaram desistindo de cultivar os jardins. Em outro caso, no entanto, Alda, moradora do Zé Ketí, relata que, apesar do conflito com alguns dos vizinhos de seu bloco que são contra o cultivo dos jardins, continua, em conjunto com outros moradores, a manter o jardim e zelar por sua existência. Neste caso, o conflito ocorre sob o argumento de que o jardim seria responsável por atrair baratas e ratos, além de ocupar uma área que poderia estar sendo utilizada para a secagem de roupas em varais.

De acordo com Davi, o síndico do Ismael Silva, os jardins começaram a ser feitos há dois anos os casos em que os jardins geram estes tipos de conflitos são raros. Segundo o síndico, para dar início a um jardim nas áreas de uso comum do condomínio, o morador deve procura-lo para pedir permissão. Apesar de haver, no Ismael Silva – Zé Ketí, uma equipe responsável pela limpeza e pela manutenção dos espaços de uso comum de ambos os condomínios, observamos que parte considerável desta área comum tem os próprios moradores como responsáveis por sua manutenção.

Segundo o síndico, ocorriam casos em que as máquinas de cortar grama estragavam algumas das plantas dos jardins, gerando conflito com os moradores. Assim, após a autorização do síndico, o morador é orientado a cercar o jardim para evitar que o funcionário responsável pelo corte do gramado passe o cortador de grama nesta área. Fica acordado, portanto, que, quando uma área do espaço comum do condomínio é apropriada por um ou mais moradores, o funcionário responsável pelo corte do gramado não cuidará mais desta área, que passa a ser de responsabilidade dos moradores.

Em uma das visitas, presenciei um morador cercado uma área de uso comum do condomínio para o cultivo de um jardim. Enquanto preparava o cercado de uma área gramada na lateral do edifício em que vive, João afirmou que esta cerca tinha como principal função proteger seu jardim, tanto de crianças, que brincam por ali, quanto de outros moradores descuidados. Edinaldo conta que, ao

decidir cercar esta área, foi avisado por outros moradores que poderia gerar, com isso, alguns conflitos com outros moradores. Tal aviso, no entanto não o fez desistir desta área, onde já cultivava algumas mudas de plantas. Segundo Ednaldo, este local é usado com frequência por crianças, para jogar bola, e por alguns jovens que se aproveitam do sinal de *wi-fi* de um dos apartamentos deste bloco. Uma moradora do térreo reclama tanto do barulho da bola das crianças batendo na lateral de seu apartamento quanto do barulho dos jovens que ficam ali até tarde.

Apesar de ter sido sorteado pelo PMCMV, Ednaldo mantém ainda seu sítio em São Gonçalo onde diz ter muitas plantas, principalmente frutíferas, suas preferidas. Ele mostrou em sua janela uma mudinha de manga e as plantas de seu jardim, algumas das quais ele mesmo trouxe de seu sítio e outras dadas por d. Joana, uma vizinha que, segundo Ednaldo, fez um dos primeiros jardins do condomínio. Uma das plantas, um ipê roxo, foi plantado por um vizinho e ninguém achava que ia vingar, pois era apenas um galho que ele ia ate jogar fora, mas começou a brotar. Havia ali mais atrás outro ipê rosa, já maior, e que Ednaldo disse que provavelmente ia florescer logo, provavelmente no verão.

Ednaldo comentou que enquanto estava colocando a cerca de arame ali, uma criança passou e disse que não adiantaria, porque ela ia quebrar de qualquer jeito, e que, por isto decidiu colocar arame farpado³³. Este morador falou também, com certa admiração, de um grande jardim cultivado por um de seus vizinhos. Conforme conversávamos, percebi duas mulheres saindo de um bloco de apartamentos vizinho, que andavam em nossa direção e pareciam estar analisando o trabalho de João. Este me informou que uma delas, a D. Joana foi uma das primeiras moradoras a iniciar o cultivo de um jardim, e que ela estava ali para pegar de volta uma ferramenta que havia emprestado a ele. Por algum tempo, os três conversaram entre si, sobre a ideia de colocar grades em volta de cada edifício. D. Joana frisou mais de uma vez o quão bonito não ia ficar, colocando umas grades altas em volta de cada prédio. Precisaria colocar uma muretinha de concreto, pra evitar que os cachorros passassem por ali e ai então colocar as grades (ela gesticulou a altura, mais alta que ela própria). Os três pareciam concordar também quanto a necessidade de haver um síndico para cada bloco, uma vez que um síndico para todo o condomínio era insuficiente.

³³ Na visita seguinte a este dia, o arame farpado havia sido substituído por um arame simples.

As duas, por fim, voltaram a andar pelos jardins. Ednaldo comentou que ia trazer ainda de seu sítio outras plantas frutíferas, outro ipê e uma bananeira. Esta vegetação seria benéfica, sombreando esse prédio, uma vez que esta era a fachada leste. Quando indaguei sobre a possibilidade do cultivo de uma horta, Ednaldo apontou que a terra dali não era muito boa para o cultivo deste tipo de plantas e que, além disso, uma horta exige maiores cuidados. Pouco tempo depois, um senhor se juntou à d. Conceição e a outra vizinha para observar os jardins deste local. Ednaldo me apresentou para este senhor, o Melo, que era o vizinho a quem ele havia se referido antes, quando comentou sobre o grande jardim.

Melo me convidou para conhecer seu jardim. No caminho, Melo contou que seu filho o havia incentivado a começar este jardim, por conta de sua aposentadoria e como forma de terapia, após ter sofrido um AVC. Ele começou me mostrando a frente do prédio dele, frisando que não tinha uma capacidade muito boa de lembrar o nome certinho de todas as plantas. Melo me levou por um percurso na área dos fundos dos prédios, próximo ao muro do conjunto, e ao longo deste percurso foi me apontando as plantas pelas quais passávamos, comentando o nome de cada uma comentava qual. A maioria ali atrás era frutífera: pés de mamão, manga, acerola, pitanga, caju, romã, abacate, bananeira, carambola. Apontava também de quem eram as plantas, sempre dizendo, “o senhor ou senhora deste ou daquele prédio”, nunca dizendo o nome das pessoas. Nesta e em outras falas dos moradores, é possível observar que a prática de cuidar dos jardins funciona como uma forma de os vizinhos se conhecerem.

Quando perguntei sobre Gustavo Souto, que afirmou ter plantado algumas mudas no conjunto ao longo do tempo das obras, Melo não só reconheceu o arquiteto pelo nome, como mostrou estas plantas, frisando: “mas tem que cuidar ne?”. Ao fim do percurso, quando nos aproximávamos de seu edifício, Melo mostrou uma grade que ele pegou da obra da época em que a Clínica da Família estava sendo feita, uma ferragem, que ele colocou para dividir os espaços do fundo com uma reentrância, para evitar que outros moradores andassem por ali e destruíssem as plantas. Mostrou também algumas espécies com espinhos, que afirmou ter plantado como forma de evitar a permanência de pessoas nesta área. Segundo Melo, o uso de plantas com espinhos como forma de proteção dos jardins ocorre também em outras áreas do condomínio. Por fim, mostrou um

ponto, próximo dos relógios de energia elétrica, em que uma planta foi destruída pelos funcionários da light que andam por ali sem qualquer cuidado.

Pudemos observar outros casos em que os jardins propiciaram certa sociabilidade entre os vizinhos de um bloco. Em um destes casos, conhecemos Valdir, ex-morador da Rocinha e atualmente morador de um apartamento térreo no Zé Ketí, o qual costumeiramente nós encontramos em sua janela, conversando com outros moradores do lado de fora do apartamento. Quando indagado sobre o exuberante jardim na entrada do edifício, Valdir informou-nos de que conhecia a moradora responsável pelo cultivo e manutenção deste espaço. De acordo com este morador, esta senhora, cujo nome ele desconhece (conhece-a “apenas de vista”) demonstra ser bastante ciumenta em relação ao seu jardim, chamando à atenção qualquer criança que oferecesse qualquer risco às suas plantas. Valdir nos contou também que, via que esta senhora subir e descer do quarto andar do edifício para ir regar o jardim diariamente. Com a intenção de facilitar seu trabalho, Valdir comprou então para ela uma mangueira e, muitas vezes se responsabiliza por regar o jardim por ela, passando também a repreender crianças ou adultos que demonstrem ser uma ameaça para o jardim.

Existem, por outro lado, casos em que os jardins funcionam como uma forma de afastar os vizinhos. Alguns moradores escolhem arbustos de médio e grande porte para cercarem as áreas próximas às suas janelas para evitar que outros moradores usem o degrau formado entre o piso externo do edifício e as calçadas do condomínio. Um exemplo deste caso pode ser observado na imagem abaixo:



Figura 17 - Uso de vegetação para garantir melhor privacidade em apartamentos térreos. Fonte: acervo da autora.

De acordo com Enric Pol, a forma como nos apropriamos do espaço é também uma forma de mostrarmos nossa identidade, perante os outros e a nós mesmos. Esse tipo de apropriação se dá não somente na forma como o espaço é usado, mas nas marcas e transformações ali realizadas, que no fim, além de espelharem a personalidade, o modo de vida de seus habitantes, também fixam estas mesmas características, reforçando-as. Espaço e sujeito se influenciam mutuamente. É preciso, no entanto, que haja identificação entre os usuários e estes espaços e de que exista também a segurança de que suas marcas ali deixadas, seus objetos pessoais vão continuar ali no dia seguinte. Para que as jardineiras possam existir, faz-se necessário uma espécie de compromisso: um ou mais moradores se deram ao trabalho de criar e de manter a área ajardinada; resta então, aos outros, respeitar esta iniciativa. Deve haver a segurança de que o investimento feito não será perdido, principalmente se considerarmos a sina dos equipamentos de lazer do condomínio (o parquinho e a quadra).

Podemos observar também o reconhecimento destes moradores em relação à sua obra, da qual têm orgulho, caracterizando o segundo momento descrito por Pol, em que há uma *identificação simbólica* por parte dos moradores com estes espaços. Um caso marcante, que ilustra esta relação dos moradores com os jardins, foi o breve relato de Mercedes, que, quando indagada sobre a reentrância do edifício em que mora, afirmou não ter dúvidas quanto ao fato de que aquele espaço pertence aos moradores daquele bloco, e que o jardim seria uma resposta

quase que óbvia para aquele espaço. Segundo Mercedes, a área de acesso ao edifício é seu “cartão postal” e, portanto deve ser bem cuidada e bem-apresentada, pois reflete o caráter dos moradores daquele bloco. Além de evidenciar a maneira como estes espaços se vinculam aos moradores que os produzem, estes casos ilustram também a carga simbólica que é dada a estas áreas, denominadas por Lucas, morador de um dos condomínios como o “lugar dos vizinhos”, onde eles têm a oportunidade de escolher e de executar a maneira como este espaço será tratado.

Este entrelaçamento se faz possível tanto pelas oportunidades de apropriação vislumbradas por estes moradores como pela forma deste espaço, conformada como uma reentrância, criando um espaço intermediário entre a área comum do conjunto, acessível a todos os moradores em seus respectivos condomínios, e o hall que dá acesso aos apartamentos, acessível apenas aos residentes daquele bloco. A área de acesso aos edifícios se configura, a nosso ver, como o intervalo, conforme descrito por Hertzberger, um espaço em que áreas de diferentes aspectos se encontram. Este espaço é acessível a todos os moradores do conjunto, se caracterizando, deste modo, como público. Através dos diferentes modos como este espaço é apropriado por apenas parte dos moradores, isto é, por apenas os residentes daquele edifício em específico evidencia, contudo, certo grau de caráter privado.

Este tipo de cuidado para com o espaço externo, uma marca do domínio privado no espaço público, que pode ser visto na maioria dos edifícios do conjunto Ismael Silva – Zé Ketí, mesmo aqueles voltados para a rua-estacionamento, deve-se, em grande parte, à forma dos edifícios. Mesmo de maneira sutil e provavelmente não imaginada por quem os projetou, foi “o bastante para estimular a expansão da esfera de influência pessoal, e, deste modo, a qualidade do espaço público será consideravelmente aprimorada no interesse comum”. (HERTZBERGER, 1999, p. 41) Além disso “é aqui que cada morador desempenha o papel que revela o tipo de pessoa que quer ser e, por conseguinte, como deseja que os outros o vejam. Aqui se decide também o que o indivíduo e a coletividade podem oferecer um ao outro.” (*Ibidem*, p. 41).

As jardineiras são uma forma de apropriação do espaço que deixam marcas físicas no espaço e funcionam como um primeiro passo da expansão da esfera de influência dos moradores em relação às áreas de uso comum do

condomínio. É nas proximidades das entradas dos blocos, e conseqüentemente das jardineiras, que os moradores escolhem colocar mesinhas e cadeiras, que depois são retiradas, para passar o tempo com os vizinhos e amigos. As apropriações do espaço de caráter transitório estão sempre ancoradas em um território conhecido, em um lugar construído pelos moradores, como no caso das jardineiras.

Cabe aos moradores a interpretação e o uso dos espaços, mas importa também a forma destes espaços, que pode convidar ou inibir. Estudar de que forma as pessoas interpretam e dotam de significados o ambiente a sua volta, e como esse mesmo ambiente é capaz ou não de absorver essas interpretações e significados, nos aproxima da compreensão de como os lugares são construídos pelas pessoas ao longo do tempo, através de suas experiências vividas. Assim, do mesmo modo que a forma construída é capaz de propiciar ou não a apropriação do espaço, pode estimular ou inibir a criação de lugares:

os lugares só podem feitos por quem vive e trabalha neles, pois são tais pessoas que conseguem entender de forma conjunta as construções, atividades e significados. (...). Planejadores e arquitetos não podem fazer lugar, mas se forem sensíveis às condições locais, podem prover de infraestrutura e construir ambientes que facilitem a criação de lugares por aqueles que vivem neles (RELPH, 2012, p. 26).

4.4. Os apartamentos e os halls de acesso

Apesar da flexibilidade observada quanto às normas de uso dos espaços de uso comum dos condomínios, outras normas são mais rígidas, sendo fiscalizadas não só pelo síndico, mas também por outros moradores. Estas regras dizem respeito principalmente à limitação do horário em que se pode ouvir música alta e a objetos colocados nas áreas comuns, e atingem os espaços de caráter mais privado, no interior dos edifícios e dos apartamentos.

No que diz respeito aos apartamentos, os moradores relatam que existe pouca liberdade nas formas como eles pode usar seus apartamentos, o que contrasta fortemente com o antigo local de moradia. Quando indagados sobre as principais dificuldades de adaptação no novo local de moradia, muitos moradores apontam dificuldade em lidar com as regras condominiais. A fala de Luiza, que

morava anteriormente no Andaraí, é apenas uma das que expressam esta dificuldade:

É muito difícil, muito difícil mesmo, as coisas aqui tem horas que tem regra pra tudo e é muito difícil... querer mandar na sua casa, você não poder escutar um som direito, tu não poder fazer nada, não poder fazer uma festa no hall, você tem que alugar o espaço, o espaço que você aluga lá tem hora para acabar, hora pra terminar, o som tem que ser desse tamanhinho, tem que diminuir. Tem muita coisa diferente quando você sai da comunidade pra vir morar num lugar desse é muito diferente. Tu acha muito diferente, realmente é muito diferente, muito. (Luiza, em entrevista realizada em junho de 2018)

Para esta moradora, como para outros que entrevistamos, há uma limitação no uso do espaço privado, do apartamento. As regras do condomínio que influenciam as atividades nos apartamentos são vistas como um incômodo e uma espécie de invasão do espaço privado pelos moradores. Levando em consideração que a apropriação do espaço pressupõe a interação entre os três elementos da sintaxe, conforme apontam Mello e Vogel, pode-se dizer, que neste caso, há uma barreira para uma apropriação plena das unidades habitacionais e dos espaços adjacentes, os halls, pelos moradores.

Por outro lado, alguns dos moradores entrevistados afirmam estarem de acordo com estas regras e lamentam muito o fato de que não são plenamente seguidas, uma vez que acabam tendo que conviver com vizinhos que não respeitam um limite sonoro mínimo e usam o espaço dos halls dos edifícios de forma inapropriada. Ao entrevistar uma moradora de um dos edifícios do Ismael Silva, Cláudia, ela relatou que uma de suas vizinhas tinha o costume de colocar música alta no fim da tarde, e que sabia que esta vizinha usava caixas de som grandes, geralmente usadas em festas. Cláudia, afirmou que em diversas ocasiões procurou o síndico e até mesmo a polícia, mas que dificilmente conseguia fazer com que sua vizinha diminuísse o som. No mesmo dia, acabamos entrevistando esta vizinha, a Rose, que durante a entrevista relatou sua dificuldade em se adaptar ao condomínio:

Difícil. Eu sou barulhenta para caramba, agora está desligado [apontando para a caixa de som], mas eu sou barulhenta (...). Tem umas [regras do condomínio] que ainda é legal, mas tem umas que eu acho muito assim, eu acho abusivas, entendeu? Porque praticamente manda na sua casa. Você tem uma casa que parece que não é sua (...) eu entendo assim, porque a gente paga o condomínio pro síndico, ou pra quem ele botou pra

trabalhar né, ele administra, se tiver algum problema, consertar... essas coisas assim, não privar e não querer mandar no seu espaço, porque praticamente a gente se sente assim. Eu por exemplo, eu me sinto assim, uma pessoa que, a gente não pode fazer nada porque eles é que mandam. Se você fazer alguma coisa na sua casa, não pode ficar com a porta aberta, aí começou a botar um monte de regras. Então a gente que costuma ter a nossa casa, o nosso quintal, vem morar num apartamento desse com um monte de regra, pelo jeito que nós vivemos por muitos anos, pra mudar é meio difícil. A gente se sente constrangida e a gente se sente acuada, pelo local, porque é ruim, a gente tinha nossa casa, a gente podia escutar o nosso áudio ficar sentada na nossa porta, porque era lá no morro, né, e aqui a gente não se sente a vontade. É dificilmente uma pessoa dizer pra mim que não quer ir embora. (Rose, em entrevista realizada em junho de 2018).

Na fala de Rose é possível também observar um forte contraste com a forma como os espaços privados das casas se articulavam com os espaços públicos e coletivos. No caso da casa anterior de Rose, ao deixar a porta aberta a moradora criava um ponto de contato com a rua, era uma forma de estar em casa e presenciar os eventos da rua ao mesmo tempo. A porta da casa, havendo ali uma soleira ou não, tem o potencial de intervalo, conforme descreve Hertzberger; é um local para o contato com os vizinhos e aqueles que costumam passar por ali. Em um edifício, a porta do apartamento cria contato com a área fechada e, em certo grau, privada do hall. Além da possibilidade de haver controle por parte de outros moradores e do síndico, conforme relata Rose, este não tem a mesma vitalidade e as possibilidades de contato que a rua.

A questão, segundo Rose, não é a existência de regras, mas o fato de serem impostas por outra pessoa, que não os próprios moradores. De acordo com esta moradora, na comunidade “a regra quem faz é a gente, mulher, de casa, a gente que faz, a gente que manda.” (Rose, em entrevista realizada em junho de 2018).

No que diz respeito aos halls dos edifícios, alguns moradores relatam que não podem deixar ali alguns pertences. Em um dos edifícios uma moradora nos informou da existência de uma listagem objetos que não poderiam ser deixados nestes espaços. Ao longo da pesquisa, entretanto, observamos em diversos blocos de edifícios que, em geral, os halls adquiriram características que os distinguem uns dos outros graças aos arranjos de objetos pessoais e decorativos realizados pelos moradores de cada andar. As imagens abaixo mostram dois exemplos de halls e a forma como foram apropriados pelos moradores:



Figura 18 - Dois halls do Conjunto Ismael Silva - Zé Ketí. Fonte: acervo da autora

A primeira imagem é de um dos andares do edifício onde vive Socorro, que veio do morro dos Prazeres e vive sozinha em seu apartamento, recebendo visitas ocasionais de seu filho e de sua neta. Socorro insistiu que deveríamos ir ver o hall do andar em que morava, pois era o mais bem cuidado e limpo de seu edifício. Ao irmos com ela para conhecer o hall e seu apartamento, passamos pelo hall da fotografia acima, à esquerda. Apesar de o hall de Socorro ser, realmente bem cuidado e limpo, a mesma não reconhece o cuidado e o valor que os moradores deste outro andar têm em relação a este espaço.

Outro ponto que chamou nossa atenção, em relação à Socorro foi o fato de que, tanto ela quanto sua vizinha instalaram, na frente de suas portas, uma grade metálica fechada por um grande cadeado. O esmero com o qual esta moradora organizou e transformou o interior de seu apartamento indicam uma relação com este espaço que contrasta fortemente com o que esta moradora sente em relação aos espaços externos do condomínio. Apesar do descontentamento em relação a muitos de seus vizinhos, principalmente pela sujeira nos espaços do edifício, socorro diz conhecer seus vizinhos todos pelo nome e que conhece também outras moradoras que vieram dos Prazeres. Suas amigas, contudo acabaram sendo reassentadas em conjuntos em Santa Cruz e no Bairro Carioca.

A segunda imagem, à esquerda, é do hall de Conceição e Mercedes, que também se responsabilizam pelos cuidados com o jardim deste edifício. Os moradores deste edifício relatam que estas duas senhoras decoraram o hall do térreo, onde ficam seus apartamentos, e se organizam, quando há a necessidade para realizar a manutenção do jardim do edifício, pedindo contribuição dos demais moradores deste bloco.

Este tipo de apropriação do espaço indica a possibilidade, muitas vezes aproveitadas pelos moradores, de *ação/ transformação*, que por sua vez acarreta uma *identificação simbólica* dos moradores nestes locais. Este tipo de cuidado indica também a existência de um o sentimento de pertencimento mútuo entre os moradores e estes espaços. Além disso, através dos relatos dos moradores, observamos também que muitas vezes é nestes locais que se estabelecem as primeiras formas de sociabilidade entre os vizinhos, que se juntam para promover a limpeza e a manutenção dos halls.

Em alguns casos, no entanto, a forma como o espaço dos halls é apropriada gera conflitos entre os moradores. Segundo Davi, um dos maiores motivos de conflitos no condomínio é em relação ao uso e manutenção destes espaços:

porque as pessoas querem usar o hall como extensão da casa. Deixar as coisas. A gente está fazendo comunicado. (...). Eu estou separando uma pessoa que não more no condomínio, para também não ter o constrangimento, para fazer a vistoria nos blocos. (...) Esse fiscal vai notificar o morador que deixou as coisas para que ele tire. paisagismo é uma coisa. geladeira fogão bicicleta, peso, entendeu, caixa de cerveja, bota tudo no hall. (Davi, em entrevista realizada em Setembro de 2018)

Existe, portanto, uma seletividade em relação ao que os moradores podem ou não colocar nos halls e até que ponto estes espaços podem ser uma extensão de seus apartamentos. Segundo Davi, “paisagismo é uma coisa”, mas eletrodomésticos, caixas de isopor e caixas de cerveja não são permitidos. As imagens abaixo são exemplos de ocupações irregulares dos halls, segundo alguns moradores e o síndico:

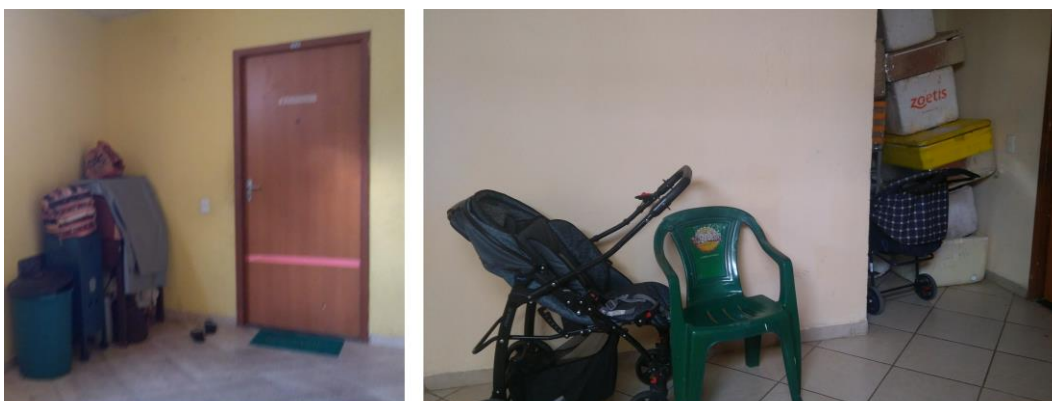


Figura 19 - Uso inadequado dos halls. Fonte; acervo da autora.

A segunda maior dificuldade apontada pelos moradores em relação à vida nestes condomínios são as regras condominiais e a convivência com alguns vizinhos devido a estas regras ou por sua infração. A principal adversidade

relatada pelos moradores são os custos de vida no Conjunto, que incluem desde as contas de luz, água e gás, ao valor do condomínio e o preço da reserva do salão de festas. Segundo o relato dos moradores entrevistados, este é um dos principais motivos pelos quais os moradores que viviam antes em comunidades acabam saindo do Conjunto e voltando para o local de origem ou até mesmo procurando outra comunidade ou local mais barato para morar. Uma das moradoras entrevistadas, Daniela, conta que dentre as dificuldades de adaptação que sua mãe enfrentou, que incluem também as regras condominiais, está o custo de vida: “Minha mãe não se adaptou porque aqui é muito puxado pra ela... tudo é caro... é diferente de morar no morro. Aí minha mãe realmente quer voltar pro Andaraí.” (Daniela, em entrevista realizada em junho de 2018)

O Conjunto situa-se entre dois bairros consolidados (o Estácio e o Catumbi) e, portanto, conta com uma boa oferta de comércio e de serviços em seu entorno imediato. É possível observar, no entanto, em alguns dos apartamentos térreos o uso misto das unidades habitacionais. A adaptação de um dos cômodos do apartamento como local de geração de renda, isto é, para o uso como pequena mercearia, é uma das formas encontradas pelos moradores de complementar a renda mensal da família visando a compensar os novos custos de vida. Quando entrevistados acerca das principais dificuldades encontradas na adaptação no novo local de moradia um ponto em comum entre as respostas foi o alto custo de vida nos condomínios. Roberto, que mora com a esposa e as filhas, comenta que além dos custos adicionais, que não existiam na comunidade em que vivia, existem custos extras como, por exemplo, o valor do aluguel do salão de festas.

Outra forma de contornar esta dificuldade financeira e permanecer no Conjunto é a venda de comestíveis do lado de fora dos condomínios, na praça situada em frente à Clínica da Família. Thiago, um morador do Conjunto, conta que inicialmente procurou vender salgadinhos em seu apartamento, por encomenda. O negócio, contudo, não prosperou, encontrando dificuldades principalmente pela falta de visibilidade, uma vez que este morador não vive em um dos apartamentos do térreo. Atualmente este morador vende seus salgadinhos em uma barraquinha na praça.

Quando indagado sobre as principais infrações de regras condominiais, Davi aponta que a principal diz respeito ao som alto em alguns apartamentos. Segundo o síndico, este é um problema que vem diminuindo: “no começo todo apartamento

tinha um baile funk” (Davi, em entrevista realizada em Setembro de 2018), conta. Outros conflitos incluem brigas de moradores com seus familiares no interior do apartamento. Nestes casos, Davi afirma que não interfere, optando, em casos extremos, por chamar a polícia. Segundo o síndico, muitos dos moradores originais não se adaptaram ao Conjunto, seja pelos custos, seja pelas regras de convivência.

As regras condominiais parecem atingir mais gravemente o interior dos apartamentos do que as áreas de uso comum do condomínio, causando a sensação, relatada pelos moradores, de que seu imóvel, na verdade, não lhes pertence. Há ainda uma perda em relação à moradia anterior. No relato de Regiane, ela menciona a possibilidade de deixar a porta de sua casa aberta e, assim, ter certo contato com o exterior, seja apenas para observar a movimentação ou para conversas com quem passa do lado de fora. Em um edifício, por outro lado, a porta do apartamento se comunica apenas com o hall, um espaço fechado e de pouca movimentação. Além disso, segundo Regiane, não é permitido deixar a porta do apartamento aberta ou usar parte do hall como extensão de alguma atividade que esteja ocorrendo no interior do apartamento.

Os halls, que funcionam como área de transição entre os apartamentos e as áreas coletivas do condomínio, acabam sendo, justamente por isto, a causa de muitos dos conflitos entre os moradores. Em alguns blocos, há uma forte discordância quanto à forma de ocupação destes espaços, disputados entre os moradores de cada andar, havendo também interferência do síndico. Por outro lado, em muitos casos observamos também o oposto: um acordo mútuo entre os moradores de cada andar quanto aos cuidados e organização do hall. Em alguns blocos, os halls de todos os andares recebem o mesmo tratamento, incluindo pintura e manutenção da porta de entrada do edifício. Em outros, apenas alguns halls recebem tais cuidados, havendo grande contraste de um andar para o outro.

A base destes conflitos reside nas diferentes formas de interpretação destes espaços pelos moradores. Para alguns este é visto como uma extensão de seus apartamentos e das atividades que ali ocorre. É também um lugar onde podem ser deixados pertences que não cabem em seus apartamentos, como carrinhos de bebê, bicicletas, eletrodomésticos a serem vendidos ou caixas de isopor usadas para o trabalho ou o lazer. Para outros moradores, no entanto, este é um espaço de caráter mais público, onde devem ser expostos apenas objetos decorativos e, no

máximo, mobiliário que indique uso e permanência, como cadeiras. Apesar de ser também para estes moradores uma expansão de seus apartamentos, neste caso, é levada em consideração a visibilidade que este espaço tem e a possibilidade de julgamento por parte de outros moradores.

5. Considerações finais

Ao longo desta dissertação procurei compreender alguns dos principais aspectos que moldam nossa relação com o ambiente onde vivemos. Neste sentido, temos o *habitar*, enquanto uma condição inerente ao ser humano e que vai se moldando conforme experienciamos os diferentes ambientes de nossas vidas, como peça central para compreender nossa relação com o mundo. É através do ato de habitar que somos levados a agir sobre o ambiente que nos cerca, levando ao *construir*, um processo através do qual nos apropriamos do espaço, que passa, então, a ser uma parte e uma extensão de nosso ser.

A gramática proposta por Mello e Vogel ajuda a compreender esta relação com o mundo através do entrelaçamento entre os valores simbólicos, as práticas cotidianas e a forma construída. O estudo do referencial teórico sobre como a forma influencia a apropriação do espaço não estaria completo, portanto, sem a compreensão das motivações e questões individuais e coletivas que resultam nas maneiras como as pessoas interpretam o lugar em que vivem.

Neste sentido, a metodologia de pesquisa de campo foi também fundamental, uma vez que a etnografia propõe uma imersão no campo, na qual tanto a observação quanto o contato dos moradores deve levar em consideração tudo o que encontramos – mesmo aquilo que, em princípio, possa parecer de pouca importância. A escolha desta metodologia demonstrou também que, para uma compreensão mais consistente da realidade, ter como fonte somente a fala dos moradores é insuficiente. A possibilidade de observar em campo as diferentes formas de apropriação do espaço foi essencial para melhor compreender a relação destes moradores com seu atual local de moradia.

Ao longo da pesquisa de campo foi possível observar a relação entre as formas de apropriação do espaço, o pertencimento que os moradores sentem em relação a estes espaços e o cuidado a eles dispensado. Os espaços pelos quais os moradores se sentem responsáveis são aqueles mais próximos de suas residências, tais como o hall e a área de acesso dos edifícios. Estes espaços são vistos como parte da esfera de influência dos moradores, sendo por eles transformados e cuidados. São também espaços acessíveis a um número reduzido de moradores, isto é, somente aos que vivem em cada edifício ou visitantes. Apesar dos conflitos

existentes, são lugares onde as marcas de seus habitantes são visíveis, tornando-os únicos.

Outros espaços de uso comum dos condomínios, como as áreas entre os blocos sem jardins ou os equipamentos de lazer, acessíveis e usados por todos do condomínio, não recebem a mesma atenção e cuidado por parte dos moradores. Estes são locais cuja responsabilidade recai sobre o síndico e as decisões acerca de obras ou quaisquer modificações são tomadas em reuniões condominiais. São também locais impessoais, sem marcas: pertencem a todos e, ao mesmo tempo, não pertencem a ninguém; são frequentemente utilizados, mas nunca apropriados pelos moradores. Seria interessante, portanto, que as áreas de lazer fossem distribuídas, abrangendo pequenos grupamentos de blocos, de forma que um número menor de pessoas fosse responsável por eles. Quando a responsabilidade por um espaço cabe a quem o usa e não a terceiros, há maiores chances de apropriação deste espaço, de forma que aqueles que o usam não sejam apenas “usuários”, mas “moradores”.

Apesar de ser considerado, desde o tempo do BNH, um sinônimo de monotonia e de pobreza arquitetônica, o bloco em “H” neste estudo de caso apresenta certo ponto positivo. A reentrância conformada por esta planta cria uma espacialidade em seu exterior, que foi lida pelos moradores como parte do edifício. Esta pequena área entre a porta de acesso do edifício e o resto do condomínio funciona como um espaço intermediário bem demarcado. Principalmente na área de acesso, mas também na área dos fundos, é possível observar a apropriação deste espaço pelos moradores, seja de forma mais estética, como no caso dos jardins, seja de forma a adequá-la a certas atividades, como no caso em que é concretada.

Pesquisas realizadas em conjuntos onde a disposição dos edifícios se dá ao longo da rua-estacionamento, sem que configurem espaços apropriáveis, apontam formas de apropriações individuais e de caráter privatizador. Apesar de não estar livre de conflitos, neste conjunto são observados muitos casos em que as apropriações ocorrem de forma coletiva, propiciando a sociabilidade entre vizinhos e criando laços entre eles. Três elementos observados neste caso em específico parecem contribuir para isto: o síndico, que parece buscar um equilíbrio entre as regras condominiais propostas pela CAIXA e os desejos dos moradores, em relação a atividades realizadas no condomínio; a diversidade de espaços

configurados pela implantação do Conjunto, capaz de abrigar diferentes atividades; e a localização em área central, facilitando o acesso a emprego, escolas, hospitais e equipamentos culturais, sendo um estímulo à permanência das famílias neste Conjunto. A localização deste Conjunto, no entanto, também facilita a possibilidade de venda ou locação das unidades residenciais, uma vez que se trata de um local valorizado.

Apesar das mudanças políticas nas últimas décadas (com a alternância entre regimes ditatoriais e liberal-democráticos), o Brasil parece estar direcionando cada vez mais sua política habitacional em função de questões econômicas e negligenciando outras dimensões, como o habitar. O Programa Minha Casa Minha Vida vem seguindo uma linhagem que cada vez mais perde em qualidade arquitetônica e urbanística, segregando famílias oriundas de assentamentos informais da cidade. O estudo de caso escolhido para esta pesquisa constitui uma exceção à regra de uma política habitacional reconhecida pela má implantação e inserção urbana de seus conjuntos, majoritariamente em áreas periféricas da cidade, sem o acompanhamento da instalação de infraestrutura urbana e de equipamentos necessários para atender esta demanda. Esta exceção se deve principalmente a fatores políticos, que influenciaram na escolha deste terreno em uma área central da cidade para a faixa 1 do Programa; e à relação entre a forma irregular do terreno e a ocupação que permitisse a acomodação do maior número possível de unidades habitacionais por condomínio.

Apesar da localização em uma malha urbana consolidada da cidade, o projeto deste estudo de caso opta por seu isolamento ao construí-lo como um condomínio fechado aproveitando, inclusive, os muros do antigo presídio como forma de cercar seu perímetro. Este conjunto apresenta, no entanto, um local que pode ser considerado como uma costura entre a área fechada dos condomínios e o espaço público da cidade. Conforme observado durante a pesquisa de campo e através das falas dos moradores, tanto do conjunto quanto dos bairros vizinhos, a praça entre os dois condomínios abriga, com certa frequência, atividades que reúnem tanto os moradores do conjunto quanto os do Catumbi, do Estácio e de comunidades vizinhas. Desta forma, pode-se afirmar que, apesar de existir, em alguma medida, certo receio dos moradores do bairro do Estácio quanto a seus novos vizinhos, existem também formas espontâneas de integração entre eles.

Procurei também demonstrar as maneiras através das quais os moradores produzem seus espaços e a importância destas práticas tanto para a sociabilidade entre eles quanto pela possibilidade de tornar um espaço cartesiano e excessivamente rígido em um lugar, um espaço habitado. Os apartamentos térreos adaptados como locais de venda de produtos de necessidades básicas e bebidas funcionam como pontos de encontro, sendo observada a permanência frequente de moradores nestes locais. Os jardins, por outro lado, criam uma forma de sociabilidade através da solidariedade entre vizinhos, com trocas de mudas de plantas, empréstimos de ferramentas e do revezamento ou contribuições para a manutenção destas áreas.

Ao longo da pesquisa foram também frequentemente observadas apropriações efêmeras do espaço: pequenos churrascos e moradores com cadeiras de plástico passando o tempo, conversando com vizinhos ou observando a movimentação do condomínio. Tais atividades, apesar de sua importância enquanto forma de apropriação e de demarcação simbólica dos espaços, não deixam marcas. Compreender a maneira como o espaço é lido e praticado por aqueles que o habitam é fundamental para nós enquanto arquitetos e urbanistas, sendo um conhecimento que se adquire somente através do contato com a realidade.

Cabe também nunca deixar de lado experiências passadas. Ao longo do tempo, diferentes formas de habitação foram produzidas, por diferentes estilos, políticas e ideologias. Muitos destes conjuntos, apesar de construídos segundo diferentes concepções sobre a habitação de interesse social e em diferentes contextos políticos e econômicos, apresentam resultados pós-ocupação bastante semelhantes, com a privatização de espaços coletivos e a construção de anexos às unidades habitacionais que descaracterizam quase que por completo sua arquitetura original. Apesar do sistema construtivo que impede quaisquer modificações em planta ou na estrutura dos edifícios do PMCMV, sua ocupação é ainda relativamente recente. Não se pode descartar, portanto, a possibilidade de um destino semelhante aos destes outros exemplares do passado.

Segue, portanto, uma questão, que pode ser o fio condutor de estudos futuros: qual o papel que a arquitetura pode desempenhar, seja na fase projetual, seja na forma de assessoria técnica, de modo a garantir aos moradores de

conjuntos habitacionais a possibilidade de agência sobre seu ambiente de vida sem que isto se torne um problema?

6. Referências bibliográficas

ALBERNAZ, M. P. G. L. D.; ANDRADE, L. D. S. Por Unidades Habitacionais ou pela Moradia Urbana? Avaliação de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro. *InSitu*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 55-67, 2015.

ANDRADE, L. D. S. *Para além da unidade habitacional: pela moradia e pela cidade no contexto da construção da [minha] casa e da [minha] vida*. UFRJ - PROURB - CIHabE. Rio de Janeiro. 2015.

BACHELARD, G. A poética do espaço. In: _____. *Os Pensadores*. Tradução de Antônio da Costa Leal e Lúcia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARONE, A. C. C. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

BENETTI, P. *Habitação social e cidade: desafios para o ensino de projeto*. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

BENETTI, P.; PECLY, M. L.; ANDREOLI, M. C. *Qualidade da habitação de interesse social em três escalas: análise do Programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rio Book's; UFRJ; PROURB, 2017.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 7ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.

BONDUKI, N. *Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 01*. São Paulo: Editora Unesp; Edições Sesc, 2014.

CAMPOS, R. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARVALHO, C.; PATRÍCIO, N.; SCHUETT, N. A importância das áreas de uso comum em projetos de habitação social: o caso Programa Minha Casa Minha Vida. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 24-35, 2014.

CERTEAU, M. D. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COM mais de 3 mil presos, Complexo Frei Caneca será desativado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2006.

COMPLEXO Penitenciário Frei Caneca, no Rio, começa a ser demolido. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2003.

CONCEIÇÃO, W. S. “*Sossega, Moleque, Agora Você Mora em Condomínio*” *Segregação, Gestão e Resistências nas Novas Políticas de Moradia Popular no Rio de Janeiro*. Curitiba: Appris, 2018.

HEIDEGGER, M. Construir, Habitar, Pensar. In: _____ *Ensaaios e conferências*. Tradução de Emmanuel Cordeiro Leão; Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. 8ª. ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HERTZBERGER, H. *Lições de Arquitetura*. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. *Cidades*, v. 10, n. 17, 2013. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/issue/view/233>.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução de Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LAPLATINE, F. *A descrição etnográfica*. Tradução de Ribeiro Coelho e Sérgio coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LYNCH, K. *imagem da cidade*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MACEDO, M. D. R.; BIJOS, P. R. S.; SANTOS, R. D. C. L. F. *Programa Minha Casa Minha Vida: subsídios para a avaliação dos planos e orçamentos da política pública*. Estudo Técnico Conjunto nº1/2017. Brasília. 2017. Disponível em:..

MARICATO, E. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. *Carta Maior*, 2009. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>.

MELLO, M. A. D. S.; VOGEL, A. Apêndice: Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: FREIRE, L. D. L. *Pensando o Rio - políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Niterói: Intertexto, 2015. p. 289-315.

MELLO, M.; VOGEL, A.; MOLLICA, O. *Quando a rua vira casa*. 4ª. ed. Niterói: EDUFF, 2017.

MICHEL Temer anuncia mudanças no programa Minha Casa Minha Vida. [S.l.]: TVNBR. Fev. março de 2017. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Obf9ZAunLbY&t=1477s>.

MINAYO, M. C. D. S. (.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos).

NAKANO, K.; ROLNIK, R. As armadilhas do pacote habitacional. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Março 2009. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>.

NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci. Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980.

NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, K. (.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. 2ª. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PALLASMAA, J. *Habitar*. Tradução de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Socio/Ambientals, v. 9, 1996.

POL, E. El modelo dual de la apropiación del espacio. In: MIRA, R. G.; CAMESELE, J. M. S.; MMARTÍNEZ, J. R. *Psicología y medio ambiente*. Coruña: A Coruña : Unidad de Investigación Persona-Ambiente, Universidad de A Coruña, 2002. p. 123-132.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de Lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. D. *Qual o espaço do Lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012.

RIBEIRO, R. L. C. *Na periferia do centro: intervenções públicas, vida condominial e o mercado de "doação" em dois conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Niterói: PPGS-UFF, 2016.

RIBEIRO, R. L. C. *Na periferia do centro; intervenções públicas, vida condominial e o mercado de “doação” em dois conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Niterói: PPGS-UFF, 2016.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SARAMAGO, L. Entre a terra e o céu: a questão do habitar em Heidegger. *O que nos faz pensar*, n. 30, 2011. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc->

SEGAUD, M. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SOLÀ-MORALES, I. D. *Arquitectura y existencialismo: una crisis de la arquitectura moderna*. Annals d'arquitectura. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona (Universitat Politècnica de Catalunya). 1991.

SOUZA, M. L. D. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

VIÑAS, C. G. Y. *Complexo Penitenciário Frei Caneca: transformações de uso construção de conjunto habitacional programa MCMV*. 2013. 42 slides.

WHITE, W. H. *The social life of small urban spaces*. Project for public spaces. Nova York. 1980.

Anexos

Anexo 1 Mapa do Conjunto Ismael Silva – Zé Ketí



LEGENDA:

A - Salão de Festas B - Quadra C - Guarita D - Portal do Presídio tombado

Anexo 2 Lista de moradores entrevistados

Entrevistas abertas:

Baiana, moradora do condomínio Zé Ketí. Morava no morro dos Prazeres.

Elen, moradora do condomínio Zé Ketí. Morava na Rocinha.

Eliana, moradora do condomínio Zé Ketí. Morava no morro da Formiga.

Glaude, moradora do condomínio Zé Ketí. Morava na Gamboa.

Idê, moradora do condomínio Zé Ketí. Morava na Saúde.

Iolanda, moradora do condomínio Zé Ketí. Morava em uma ocupação na Tijuca.

José França, morador do condomínio Ismael Silva. Morava no Rio Comprido.

Juninho, morador do condomínio Zé Ketí, veio de Minas Gerais, a esposa morava no morro dos Prazeres.

Rosiane, moradora do condomínio Zé Ketí. Morava na Rocinha.

Sidney, 60 anos, morador do condomínio Zé Ketí. Morava na Rocinha. (também respondeu entrevista estruturada)

Silvânia, moradora do condomínio Zé Ketí.

Socorro, moradora do condomínio Ismael Silva. Morava no morro dos prazeres.

Walker, morador do condomínio Ismael Silva. Morava no São Carlos.

Entrevistas estruturadas:

Carlos Roberto, 60 anos, morador do condomínio Ismael Silva. Morava no Andaraí.

Daiane, 17 anos, moradora do condomínio Ismael Silva. Morava no Andaraí.

José Carlos, 36, morador do condomínio Ismael Silva. Morava no Andaraí.

Luciane, 44 anos, moradora do condomínio Ismael Silva. Morava no Andaraí.

Regiane, 36, moradora do condomínio Ismael Silva. Morava no Andaraí.

Anexo 3 - Roteiro da entrevista estruturada

1. Nome
2. Idade
3. Gênero
4. Condomínio e Bloco
5. Onde morava antes de se mudar para o Conjunto Ismael Silva Zé Ketí?
6. Como era o local onde morava?
6. a) Quais serviços tinham próximo da moradia?
6. b) Havia espaços de lazer?
6. d) O que costumava fazer no tempo livre/ fins de semana? E atualmente?
6. e) Exercia alguma atividade dentro de casa para complementa renda? Se sim, continua exercendo esta atividade?
6. f) Quantas pessoas moravam com você? E atualmente?
6. g) Ainda visita seu antigo local de moradia? Mantém contato com as pessoas de lá?
7. Como foi o processo de mudança de seu local de moradia anterior para o Conjunto?
8. Como foi a adaptação ao Conjunto após a mudança?
9. O que tem no conjunto que não tinha na antiga habitação? O que tinha na habitação anterior que não tem no Conjunto?
10. O que mais gosta no condomínio?
11. Se pudesse mudar algo no apartamento ou no condomínio, o que seria?
12. Conhece muita gente que foi embora? Por que acha que foram embora?
13. O que acha da (o):
 - a) Quadra;
 - b) Salão de Festas;
 - c) Entrada do edifício;
 - d) Jardins;
 - e) Hall;
 - f) apartamentos.

Anexo 4 - Decreto de tombamento – Portal do Complexo Penitenciário Frei Caneca



DECRETO RIO Nº 40705

DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Determina o tombamento definitivo do antigo portal situado no Complexo Penitenciário Frei Caneca.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a importância de proteger exemplares representativos das diversas fases da evolução urbana carioca;

CONSIDERANDO a importância arquitetônica do remanescente da antiga Casa de Correção;

CONSIDERANDO que o bem constitui referencial arquitetônico da história dos equipamentos urbanos públicos da cidade,

CONSIDERANDO que o bem constitui referencial arquitetônico da história dos equipamentos urbanos públicos da cidade,

CONSIDERANDO os estudos elaborados pela Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design – C/SUBPC, atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH;

CONSIDERANDO o pronunciamento do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, que consta no processo 22/000.398/2006;

DECRETA:

Art. 1º Ficam tombados definitivamente, nos termos do art. 1º da Lei 186, de 27 de maio de 1980, o portal e portão da antiga Casa de Correção, situados no Complexo Penitenciário Frei Caneca, à rua Frei Caneca nº463, bairro do Estácio.

Art. 2º Quaisquer obras ou intervenções nos bens citados no art. 1º deverão ser previamente analisadas pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 1º de outubro de 2015 - 451º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

D. O RIO 02.10.2015

Anexo 5 - Desenhos técnicos – Conjunto Ismael Silva Zé Ketí

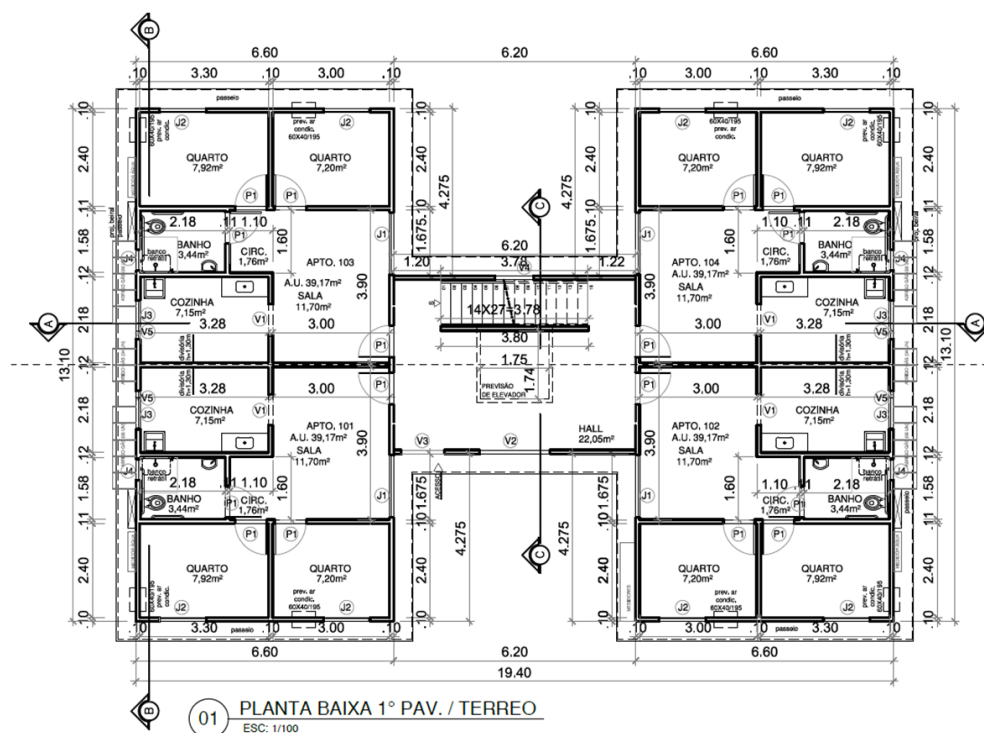


Figura 20 - Planta baixa. Fonte: GUILLÉN, 2013.



Figura 21 – Corte AA. Fonte: GUILLÉN, 2013.

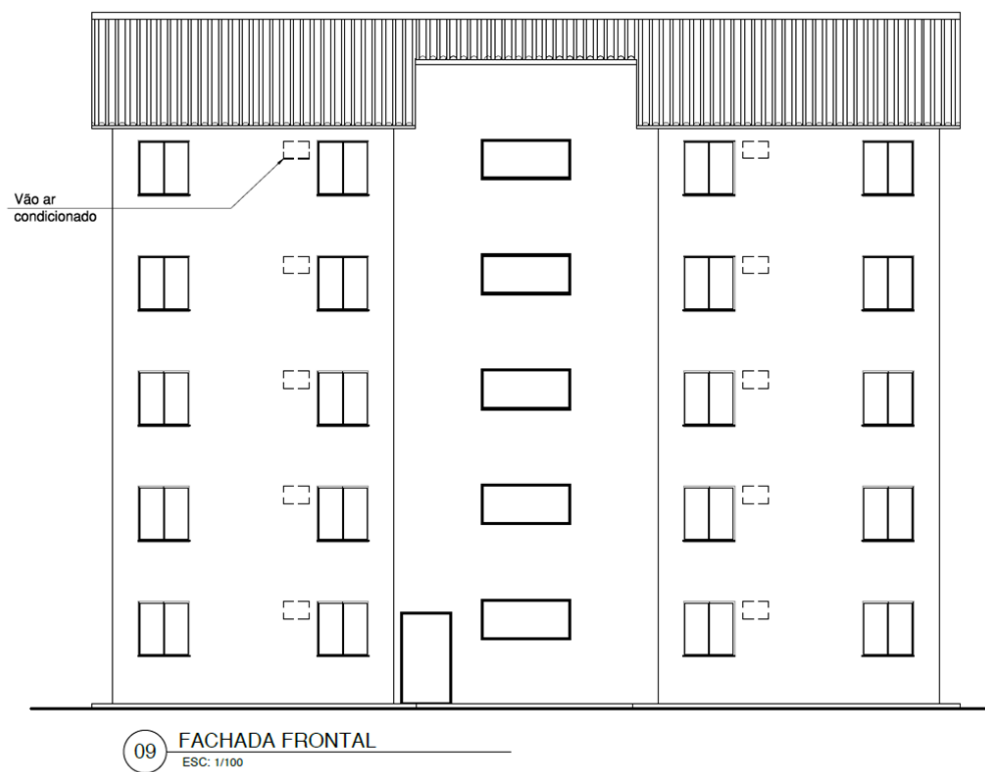


Figura 22 - Fachada Fonte: GUILLÉN, 2013.

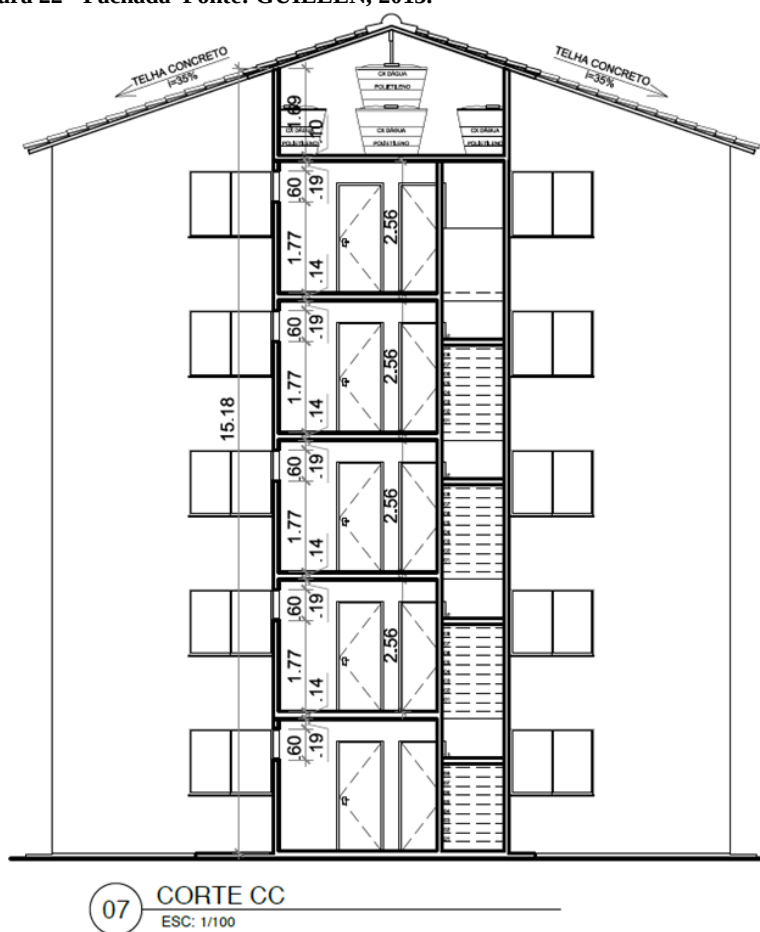


Figura 23 - Corte CC. Fonte: GUILLÉN, 2013.

Anexo 6 - Metodologia e Etapas do processo da pesquisa

Etapas da Pesquisa		Conceitos iniciais	Hipótese inicial	Campo	Mapeamento
	Informações complementares	H. Hertzberger "o Intervalo" (espaços de transição); expansão da esfera de influência; apropriação do espaço, gerando o cuidado e o afeto em relação ao lugar; a forma convidativa; competência e desempenho; demarcações privadas no espaço público; o conceito de Obra Pública.	Os espaços formados pela implantação dos edifícios não acessíveis pela rua-estacionamento seriam mais propícios para a apropriação do espaço.	Observação de práticas dos moradores em espaços de uso comum do Conjunto e entrevistas abertas sobre estas práticas e sobre o local de origem dos moradores do Conjunto.	Croquis sobre desenho da implantação e fotografias das práticas observadas no conjunto.
	E. Pol	Apropriação do espaço; Ação/Transformação e Identificação Simbólica.			
	M. Heidegger	Habitar; Construir (edificar, cultivar); Lugar.			
	E. Relph	Lugaridade; sentido contaminado de Lugar.			
	G. Bachelard	Habitar; marcas do Habitar.			
	J. Pallasmaa	Habitar enquanto intercâmbio e extensão.			

Entrevistas estruturadas	Ordenamento do material colhido em campo em unidades espaciais de análise (percepção de que há uma gradação do carácter público/privado e do grau de envolvimento dos moradores em relação a determinados espaços do conjunto)	Análise do material colhido em campo, em diálogo com outros estudos realizados sobre os conjuntos do PMCMV e com o referencial teórico desta pesquisa
Feitas com moradores indicados por nossos principais interlocutores. Ocorreram dentro dos apartamentos e, em geral o entrevistado indicava outros moradores para entrevistarmos.	Área livre entre os condomínios (quanto mais público, menor o grau de envolvimento dos moradores);	Os espaços pelos quais os moradores se sentem responsáveis são aqueles mais próximos de suas residências (ponto de origem de sua esfera de influência), tais como o hall e a área de acesso dos edifícios (locais para onde esta influência se expande).
	Áreas de uso comum do condomínio;	
	Áreas de acesso aos edifícios;	
	Halls de acesso aos apartamentos;	As áreas pertencentes a todo o condomínio e cuja responsabilidade recai sobre a figura do síndico não são de fato apropriadas pelos moradores, permanecendo impessoais.
	Apartamentos (quanto mais privado, maior o grau de envolvimento dos moradores).	
		As áreas de acesso dos edifícios são interpretadas pelos moradores como parte de seu domínio. O resultado das apropriações destes espaços varia conforme as necessidades e desejos dos moradores de cada bloco, gerando, como resultado, a quebra da monotonia imposta pelo modelo de habitação padronizada do PMCMV. Muitas apropriações dos espaços de uso comum do Conjunto ocorrem de forma coletiva, criando ou reforçando a sociabilidade entre os moradores. Foram observados também, por outro lado, diversos casos em que tais apropriações geraram conflitos. Algumas atividades (churrascos, colocação de cadeiras para passar o tempo etc.), importantes enquanto forma de apropriação e de demarcação simbólica dos espaços, não deixam marcas. Somente através da imersão no campo foi possível observá-las.